



Hinc patriam sustinet

Instituto Superior de Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa

ÊXODO URBANO, GENTRIFICAÇÃO RURAL E O FUTURO DA PAISAGEM

Paulo Jorge Macias Ribeiro

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura Paisagista

Orientador: Doutor, Pedro Miguel Ramos Arsénio

Júri:

Presidente: Doutor, Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor, Fernando Silva Oliveira Baptista, Professor Catedrático Aposentado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor, Pedro Miguel Ramos Arsénio, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, 2013

Dedicado aos meus Pais, ao Pedro e à Rita.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, não sendo o trabalho de uma vida, é apenas mais uma etapa importante pela qual me senti intensamente motivado a encerrar. O tema abordado foi de certa forma um meio de aprendizagem, por uma ideia que me foi transmitida pelo conhecimento e despertou um interesse em pesquisar e aprofundar conhecimentos no âmbito.

Apesar do risco tomado na escolha pessoal de um tema actual e com algumas incertezas, levando o seu estudo avante com objectivos bem definidos, é sempre um orgulho e um prazer aprender.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor Pedro Arsénio, por ter recebido com entusiasmo o meu tema proposto e acreditado na minha ambição, oferecendo sempre a disponibilidade, apoio e conselhos necessários para a realização desta dissertação.

Realço um reconhecimento especial, por parte do restante corpo docente e colegas da faculdade que tiveram contacto e colaboraram no desenvolvimento deste projecto.

A minha gratidão para com todos os meus amigos, que se interessaram pelo meu trabalho e me acompanharam em várias fases do mesmo, tornando todo este percurso mais fácil. Em especial, a Joana Esteves que esteve sempre comigo, desde os momentos mais descontraídos até àqueles em que precisei de força e ânimo para terminar esta tarefa.

Resta apenas agradecer àqueles que sempre me apoiaram e motivaram, a minha família. Em particular, à notável disponibilidade da minha mãe, à constante curiosidade do meu pai, aos conselhos do meu irmão. À minha irmã Rita, que me inspira a superar os obstáculos que a vida me apresenta.

RESUMO

Actualmente, em Portugal, deparamo-nos com um meio rural dividido por duas principais diferenças. Um que é próximo das grandes cidades e outro, que se encontra em grande parte desertificado e quase esquecido. Nos últimos anos, a preocupação europeia em desenvolver o rural tem vindo a crescer com políticas que tentam dinamizar este espaço.

Os objectivos desta dissertação são: verificar a existência de tendências migratórias, nomeadamente deslocação da população urbana para o meio rural; identificar as principais razões que levam a este tipo de migração; caracterizar a nova população rural; saber qual a percepção, das autoridades e residentes locais, sobre o desenvolvimento local e sobre estas movimentações; e tentar demonstrar que efeitos poderá ter o êxodo urbano e a gentrificação rural no Planeamento Urbano, no Ordenamento do Território e na Paisagem. Dado que, uma das principais metas do ordenamento do território é gerir a sua ocupação com vista ao uso dos seus recursos humanos, culturais e naturais, garantindo a sua sustentabilidade, o aproveitamento das tendências migratórias podem ser uma base de promoção para uma diferente e benéfica ocupação do espaço.

A metodologia aplicada permitiu verificar, no caso nacional, a existência de uma tendência de regresso ao rural por parte da população urbana, ainda que com algumas especificidades, um processo de êxodo urbano e gentrificação rural pode ser visto como um motor de desenvolvimento rural.

A procura de uma melhor qualidade de vida e proximidade com a natureza, pode devolver ao meio rural a sua identidade, oferecendo-lhe dinâmicas que atraiam os seus residentes e proporcionando um papel importante num país fortemente marcado pela sua ruralidade.

Palavras-Chave: *paisagem, êxodo urbano, gentrificação rural, rural, desenvolvimento rural, sociologia e ordenamento do território.*

ABSTRACT

Portugal is presently facing rural territories based in two main differences. One that is next to big cities and another, which is characteristically deserted and almost forgotten. In recent years, Europe has been growing with policies that attempt to refresh this space, due to the concern of rural development.

The objectives of this dissertation are: to verify the existence of migratory trends, specifically the movement of urban population to rural areas; to identify the main reasons that are taking this people to move from urban to rural; to characterize the neo-rural population in Portugal; to know which is the knowledge of this situation by the local authorities and residents; and attempt to demonstrate what effects, caused by urban exodus and rural gentrification, might have in Urban Planning, Spatial Planning and Landscape. Since one of the main goals of spatial planning is to manage its occupation in order to use its human, cultural and natural resources, ensuring the respective sustainability, the use of migration trends may be a basis for promotion to a different and benefic space occupation.

The methodology has shown in the national case, the existence of a current tendency to return to rural by the urban population, although with some specifications, this process of gentrification and urban rural exodus can be seen as an engine for rural development.

The demand for a better quality of life and life close to nature, is an opportunity to refresh the rural identity, offering dynamism that attracts its residents and providing a major role in a country deeply marked by its rurality.

Keywords: *landscape, urban exodus, rural gentrification, rural, rural development, sociology and planning.*

EXTENDED ABSTRACT

Once observed the occurrence of a massive rural exodus, with different durations and at different times, depending on the locations. However, in all societies this phenomenon was identified as a result of a long period of scientific, cultural, political and social evolution, to which the people responded with their most important needs. The population "moved" from the countryside to the city, marking the global evolution and the beginning of an industrial and capitalist era. The repercussions in Portugal, in spatial planning and, more specifically, the regard to the safeguarding and proper utilization of existing resources, proved to be pretty negative until the present day. The countryside turned in many cases, into a desertified place where some of its characteristics and respective importance were forgotten. As described in the Millennium Ecosystem Assessment (2005), over 50% of the world population now lives in urban areas. It remains, this demographic trend of population concentration in cities.

Currently, we are dealing with societies, which in them there are groups of people living in urban discontent, more specifically in the larger and most developed metropolis. This dissatisfaction stems from the more basic problems to the most eclectic, eclectic or seen as basic in the present day. But this ability to distinguish what is important, essential for life or not, is one of the characteristics that define the population that now moves to the countryside.

Sociology is a study that can help in all landscape architecture, such as spatial planning, studying and knowing human societies. What makes us stay local? What makes us want to change and migrate? After all, whatever the temporal context, the humans are the ones who, according to their experiences, leave a mark on the landscape.

If big cities continue to make their residents feel repulsed, it is necessary that the territory and its plans are prepared for possible unwanted impacts. Thus, through a methodical study of sociological basis, although we can not predict the future, we can see what happened and what is currently moving the population, even diversified, it can support and characterize the spatial plans, by greater plasticity, respecting the landscape in all its aspects and offering rural the diversity needed for social dynamism of the moment.

This work has as main objective, the demonstration that sociology and spatial planning, by its interdisciplinary nature, can be articulated and studied together for a prevention of certain negative impacts on the landscape and used to promote a better spatial occupation.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
EXTENDED ABSTRACT	ix
ÍNDICE DE MATÉRIAS	xi
ÍNDICE DE IMAGENS	xv
ÍNDICE DE TABELAS	xvii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – RELEVÂNCIA DO ESTUDO	1
1.2. OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO	2
1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	3
2. ESTADO DA ARTE	5
2.1. CARACTERIZAÇÃO DE GENTRIFICAÇÃO RURAL E ÊXODO URBANO.....	5
2.1.1. TERRITÓRIO E PAISAGEM	6
2.1.2. MEIO URBANO E MEIO RURAL	10
2.1.3. DESENVOLVIMENTO RURAL	11
2.1.4. ÊXODO RURAL	13
2.1.5. GENTRIFICAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO RURAL.....	14
2.1.6. ÊXODO URBANO	16
2.1.7. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	18
2.2. O ÊXODO URBANO E A GENTRIFICAÇÃO RURAL NO CONTEXTO ACTUAL	21
2.2.1. MUNDO E EUROPA	22
2.2.2. PORTUGAL – PANORAMA NACIONAL.....	28
3. METODOLOGIA	33
3.1. METODOLOGIA APLICADA.....	33

3.2. ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA	33
4. ESTATÍSTICAS ACTUAIS RELACIONADAS COM O ÊXODO URBANO E GENTRIFICAÇÃO RURAL – RECOLHA E AMOSTRAGEM DE INFORMAÇÃO	37
4.1. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO ÊXODO URBANO	37
4.1.1. POPULAÇÃO	38
4.1.2. EMPREGO	42
4.1.3. AMBIENTE, ENERGIA E TERRITÓRIO	45
4.1.4. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO ÊXODO URBANO – CONCLUSÕES PRELIMINARES.....	49
5. INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO	53
5.1. METODOLOGIA DO QUESTIONÁRIO.....	53
5.2. METODOLOGIA DA ANÁLISE AOS QUESTIONÁRIOS.....	54
5.3. LISBOA	55
5.3.1. TESTE QUI-QUADRADO	60
5.4. MAFRA.....	63
5.5. PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	68
5.5.1. REGULAMENTO.....	68
5.5.2. ANÁLISE SWOT	71
6. DISCUSSÃO DE RESULTADOS E CONCLUSÕES	73
6.1. LIMITAÇÕES, APROXIMAÇÕES E CREDIBILIDADE DA METODOLOGIA ADOPTADA..	73
6.2. CONCLUSÕES GERAIS.....	74
6.3. DESENVOLVIMENTOS FUTUROS.....	75
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
8. ANEXOS	84
8.1. ANEXO A – ESTADO DA ARTE	84
8.2. ANEXO B – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO ÊXODO URBANO	87
8.2.1. POPULAÇÃO RESIDENTE 2011	88
8.2.2. POPULAÇÃO IMIGRANTE DE OUTRO MUNICÍPIO 2001	91
8.2.3. POPULAÇÃO QUE NÃO MUDOU DE MUNICÍPIO 2011	92

8.2.4. SALDO MIGRATÓRIO INTERNO 2001	93
8.2.5. POPULAÇÃO ACTIVA 2011	94
8.2.6. POPULAÇÃO EMPREGADA 2011	95
8.2.7. POPULAÇÃO INACTIVA 2001	96
8.2.8. POPULAÇÃO INACTIVA 2011	97
8.2.9. POPULAÇÃO DESEMPREGADA 2001.....	98
8.2.10. POPULAÇÃO DESEMPREGADA 2011.....	99
8.2.11. TOTAL EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS 2009.....	100
8.2.12. TOTAL SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA 2009	101
8.2.13. TOP – MUNICÍPIO DESTINO DE IMIGRAÇÃO	102
8.3. ANEXO C – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS RESIDENTES DO MUNICÍPIO DE LISBOA	104
8.3.1. <i>LAYOUT</i> FINAL	104
8.3.2. TABELA – DISTRIBUIÇÃO DO QUI-QUADRADO	107
8.4. ANEXO D – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS RESIDENTES DO MUNICÍPIO DE MAFRA.....	108
8.4.1. <i>LAYOUT</i> FINAL	108

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 - “the layer cake model” - Representação do conceito gráfico de paisagem.	9
Figura 2 - Regiões Predominantemente Urbanas, Intermédias e Predominantemente Rurais da União Europeia, segundo a metodologia da OCDE	23
Figura 3 - Esquematização da metodologia aplicada	33
Figura 4 - Sexo dos inquiridos (n=227)	56
Figura 5 - Idade dos inquiridos (n=227)	57
Figura 6 - Nível de escolaridade dos inquiridos (n=227)	57
Figura 7 - Condição profissional dos inquiridos (n=227)	58
Figura 8 - Campo profissional dos inquiridos (n=200)	58
Figura 9 - Intenção de viver fora da cidade, dos inquiridos (n=227)	59
Figura 10 - Principais razões para sair da cidade, dos inquiridos (n=227)	59
Figura 11 - Principais razões para viver no meio rural, dos inquiridos (n=227)	60
Figura 12 - Residência anterior dos inquiridos (n=110)	64
Figura 13 - Idade dos inquiridos ex-residentes em Lisboa (n=63)	65
Figura 14 - Nível de escolaridade dos inquiridos ex-residentes em Lisboa (n=63)	65
Figura 15 - Condição profissional dos inquiridos ex-residentes em Lisboa (n=63)	66
Figura 16 - Profissão dos inquiridos ex-residentes em Lisboa (n=63)	66
Figura 17 - Principais razões para sair da cidade, dos inquiridos (n=63)	67
Figura 18 - Principais razões para viver no meio rural, dos inquiridos (n=63)	68
Figura 19 - Análise SWOT da implementação de medidas direccionadas para desenvolvimento rural.....	72

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Baseado numa pesquisa realizada por telefone com 180 recém-chegados em Brome-Missisquoi (n =100) e Arthabaska (n = 80) (INRS, 2006) (Adaptado de Guimond e Simard, 2010)	25
Tabela 2 - Razões da mudança para o campo (%) (n = 664) (Adaptado de Bijker, Haartsen & Strijker, 2012)	26
Tabela 3 - Razões para a saída (%) (n = 664) (Adaptado de Bijker, Haartsen & Strijker, 2012).....	27
Tabela 4 - Razões da mudança para a área específica (%) (n = 664) (Adaptado de Bijker, Haartsen & Strijker, 2012)	27
Tabela 5 - Principais características dos cenários expostos nas entrevistas e discussões(Adaptado de Berkel, Carvalho-Ribeiro, Verburg & Lovett, 2011).....	29
Tabela 6 - Taxa de variação (%) da população residente, em 2011 (INE, 2011).	39
Tabela 7 - Taxa de variação (%) da população residente, imigrante de outro município, em 2001 (INE, 2011).	40
Tabela 8 - Taxa de variação (%) da população que não mudou de município, em 2011 (INE, 2011).	41
Tabela 9 - Taxa de variação (%) do saldo migratório interno, em 2011 (INE, 2011).	41
Tabela 10 - Taxa de variação (%) da população activa, em 2011 (INE, 2011).....	43
Tabela 11 - Taxa de variação (%) da população empregada, em 2011 (INE, 2011).....	43
Tabela 12 - Taxa de variação (%) da população inactiva e desempregada, nos três principais municípios, em 2001 e 2011 (INE, 2011).....	44
Tabela 13 - Taxa de variação (%) total das explorações agrícolas, em 2009 (INE, 2011).....	46
Tabela 14 - Taxa de variação (%) total da superfície agrícola utilizada, em 2009 (INE, 2011).	47
Tabela 15 - Relação entre o sexo e a intenção de sair da cidade. Valor observado, (Valor esperado).....	60
Tabela 16 - Relação entre a idade e a intenção de sair da cidade. Valor observado, (Valor esperado)	61
Tabela 17 - Relação entre o nível de escolaridade e a intenção de sair da cidade. Valor observado, (Valor esperado).....	62

Tabela 18 - Relação entre a condição profissional e a intenção de sair da cidade. Valor observado,
(Valor esperado) 62

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Em tempos observou-se a ocorrência de um êxodo rural massivo, com diferentes durações e em diferentes alturas, consoante os locais. Porém, em todas as sociedades em que este fenómeno se identificou, foi o resultado de um longo período de desenvolvimento científico, cultural, político e social, ao qual a população respondeu com as suas mais importantes necessidades. A população “mudou-se”, do campo para a cidade, marcando a evolução e o início de uma era industrial e capitalista. As repercussões, em Portugal, a nível do ordenamento do território e, mais concretamente, no que toca à salvaguarda e aproveitamento adequado dos recursos existentes, revelaram-se consideravelmente negativas até aos dias de hoje. De acordo com o Millenium Ecosystem Assessment (2005), mais de 50% da população mundial vive já em zonas urbanas. Esta tendência demográfica de concentração populacional nas cidades, continua a ser maioritária.

Actualmente, estamos perante sociedades que vivem descontentes no meio urbano, mais concretamente na grande metrópole. Essa insatisfação, deriva dos problemas mais básicos até aos mais ecléticos, ou ecléticos vistos como básicos nos dias presentes. Mas essa capacidade de distinguir o que se torna importante, essencial para a vida ou não, é uma das características que define a população que hoje se muda para o meio rural.

A sociologia, é um estudo que em tudo pode ajudar a arquitectura paisagista, estudando e conhecendo as sociedades humanas. O que as faz permanecer nos locais? O que as faz querer mudar e migrar? No fim de contas, em cada contexto temporal, são os humanos que, de acordo com as suas vivências, deixam uma marca na paisagem.

Se as grandes cidades continuarem a fazer com que os seus residentes se sintam repulsados, é necessário que o território esteja precavido para eventuais impactos não desejados. Assim, através de um estudo metódico de base sociológica, mesmo não podendo prever o futuro, é possível perceber o que já aconteceu e o que actualmente move a população. Dada a diversificação da população e dos seus movimentos, é nesses estudos que se podem apoiar e caracterizar os planos de ordenamento do território, por uma maior plasticidade, respeitando a paisagem em todas as suas vertentes e dando-lhe a diversidade necessária para o dinamismo social do momento.

Este trabalho, tem como principal objectivo a demonstração de que a sociologia e o ordenamento do território, pelo seu cariz interdisciplinar, podem ser articulados e estudados a par, para uma prevenção de certos impactos negativos na paisagem.

1.2. OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO

No âmbito do estudo desenvolvido, foram definidas as seguintes questões orientadoras:

- Será que é possível identificar tendências migratórias, nomeadamente a deslocação de população urbana para o meio rural, em Portugal?
- Como se caracteriza esta nova população rural?
- Quais as principais razões que levam à migração do meio urbano para o meio rural?
- Quais as percepções, das autoridades e residentes locais, sobre o desenvolvimento local e sobre estas movimentações?
- Que efeitos terá o êxodo urbano e a gentrificação rural no Planeamento Urbano, no Ordenamento do Território e na Paisagem?

Dadas as questões propostas, é realizado um estudo de um município onde a contemporaneidade, de uma destas tendências migratórias, seja identificada no seu contexto real. Este é identificado com base em dados estatísticos, que servem essencialmente como um filtro de carácter puramente quantitativo. Numa segunda fase, é feito um inquérito aos residentes locais, de forma a obter a percepção local acerca desta migração e o seu fundamento. É realizado também um inquérito por questionário para os residentes da cidade, que se identifique como principal motor de origem destas migrações, em Portugal, com o objectivo de saber qual a intenção e razões de migrar para o meio rural, usado como ferramenta de previsão.

Para concluir, é elaborada uma proposta de desenvolvimento rural em que é tido em conta o possível desenvolvimento acentuado de zonas rurais, decorrente da intenção de sair da cidade e que poderá servir de exemplo, em linhas gerais, para casos futuros. Neste sentido, é fundamentalmente um método que pode ser aplicado em situações vindouras, especialmente no que diz respeito à regulamentação a efectuar, para uma melhor ocupação do território e uso dos seus recursos, aproveitando o que esta tendência migratória pode trazer de benéfico.

1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação é desenvolvida e dividida em seis capítulos numerados.

O primeiro capítulo, apresenta o estudo a desenvolver, bem como a sua relevância e enquadramento actual, e ainda os objectivos e principais questões a que se compromete a sua pesquisa.

O capítulo número dois é a base conceptual, onde é feita uma revisão literária em torno dos principais termos e conceitos usados no fundamento deste trabalho. É feita uma pesquisa e análise no âmbito e naquilo com que mais se relaciona, como é exemplo disso o território e a paisagem, o meio urbano e o meio rural, o desenvolvimento rural, o êxodo rural, a gentrificação, a gentrificação rural e o êxodo urbano. São cuidadosamente analisadas as referências e informação utilizada, no seu próprio contexto, assim como as limitações, aproximações e benefícios de algumas metodologias utilizadas ao longo do tempo. No fim deste capítulo é estabelecido um panorama actual, internacional e nacional, no que é mais relevante para o desenvolvimento deste trabalho.

O terceiro capítulo, explicita a metodologia aplicada. Para uma melhor compreensão do que se segue, toda a metodologia é sucintamente descrita e enquadrada tendo em conta o tema explorado.

A elaboração prática da metodologia aplicada, é feita no quarto capítulo e quinto capítulo. Ao longo deste ponto, são retiradas algumas conclusões breves para o prosseguimento natural da pesquisa realizada. O quinto capítulo, é dedicado à fase de amostragem e análise dos resultados dos questionários aplicados.

No sexto capítulo, é aprimorada a discussão final dos principais resultados obtidos, considerando as limitações, aproximações e credibilidade da metodologia adoptada. Por fim, são também retiradas as conclusões acerca do trabalho elaborado e possíveis desenvolvimentos futuros.

2. ESTADO DA ARTE

No presente capítulo, é feita uma revisão de literatura científica para o estudo efectuado, para definir o estado da arte. No fundo, tudo o que a este tema diz respeito e que o pode suportar. Deste modo, para melhor compreensão do estado actual do tema, a revisão é dividida, inicialmente em dois subcapítulos, o primeiro com seis subcapítulos e o segundo com dois.

Do ponto 2.1.1. ao ponto 2.1.4., é feita uma descrição das principais definições adjacentes ao estudo e conceito em estudo, o êxodo urbano. Sendo estes, a paisagem e o território, o meio urbano e meio rural, o desenvolvimento rural e o êxodo rural.

Nos dois seguintes, é descrita, suportada e explicada a conceptualização de gentrificação rural e êxodo urbano. A origem do que levou ao ajustamento destes conceitos, destas tendências, a uma teorização empírica feita para Portugal. Neste ponto, é também elaborada uma possível consequência no caso deste conceito se tornar uma realidade.

No ponto 2.1.7., é exposta, de forma clara e sucinta, o significado de ordenamento do território.

Por fim, os subcapítulos numerados 2.2.1. e 2.2.2., são resultado de uma pesquisa das referências mais marcantes no âmbito desta dissertação e ao que mais se relaciona com o tema.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DE GENTRIFICAÇÃO RURAL E ÊXODO URBANO

A gentrificação rural e o êxodo urbano são conceitos pouco explorados, com poucas referências directas até ao momento. No entanto, é possível descrevê-los, ao longo deste capítulo, com base noutros termos usados com frequência para referir movimentos populacionais com metas semelhantes. Mesmo com uma meta reversa, o êxodo rural é muito semelhante em termos de objectivos sociais e já muito explorado.

Este subcapítulo, é usado para percorrer os conceitos existentes e já muito explorados, para chegar à conceptualização, descrição dos termos acima referidos e explicitar o panorama actual de estudos feitos, acerca desta tendência e de outros acontecimentos que estão intimamente relacionados. Dada à relevância que este estudo pode representar para a disciplina do Ordenamento do Território, também este é explicitado no decorrer deste subcapítulo.

2.1.1. TERRITÓRIO E PAISAGEM

Por vezes, o conceito de território e paisagem, são usados na vez um do outro e nem sempre de forma correcta.

Estas duas palavras, apesar de terem representações vastas, há que clarificar e distingui-las para um emprego apropriado.

Começando pela palavra “território”, sucintamente e na sua caracterização mais ampla, pode ser entendida como um conceito meramente espacial e de uso principalmente administrativo, que significa uma extensão, maior ou menor, da superfície terrestre que pode ser delimitada convencionalmente, por acontecimentos históricos, por diferenças linguísticas ou por diferenças geofísicas. É através do exercício mental que chegamos a esta correspondência, não se vivencia o conceito de território empiricamente (Assunto, 1976).

A definição de paisagem, possui uma subjectividade contextual muito maior que o conceito de território, isto é, varia de situação para situação dependendo de como a empregamos, de como a vemos, do que queremos dizer ou fazer quando nos referimos à mesma.

Quando se pesquisa a palavra “paisagem”, num dicionário, o mais normal é encontrar uma explicação simples, generalizada, redundante por vezes, uma mera definição que se ajusta a qualquer observador que olha em redor e vê uma paisagem ou para um pintor, fotógrafo ou escritor que “pinta” à sua maneira a sua obra, seja para transmitir um estado psicológico ou uma imagem figurativa da acção. Exemplo disso, é o resultado encontrado no Dicionário Houaiss, em que paisagem é: 1. extensão de território que se abrange num só lance; vista, panorama; 2. conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar; 3. espaço geográfico de um determinado tipo; 4. pintura, desenho, gravura, fotografia etc. em que o tema principal é a representação de formas naturais, de lugares campestres (Houaiss, 2001).

A paisagem é tudo o que nos rodeia, sendo a principal base para todos os acontecimentos que tratam do território. Na paisagem, há sempre uma vertente natural e outra, a que é directamente produzida pela acção antrópica, como os edifícios, as estradas, etc.. A paisagem também pode ser vista como a forma na qual se exprime a matéria, sendo esta o território, e o conteúdo ou função, que é o ambiente. Desta forma, é a paisagem que deve ser estudada em profundidade, pois é nela que está presente o território e o ambiente, porque a intervenção do ser humano recai primeiro aí, conseqüentemente no território e depois reflecte-se no ambiente (Assunto, 1976).

Depois de apreciarmos as definições expostas até ao momento, podemos ver que a sua acepção depende em tudo do que o Homem “quer ver” para a compreender. A maneira de “ver” a paisagem, de a definir, varia ao longo do tempo como resultado da evolução do conhecimento e

do desenvolvimento de novas disciplinas que a estudam. Assim, existem diferentes maneiras de a definir, variando de acordo com a perspectiva de abordagem que pode ser, exclusivamente visual ou estética, territorial, histórico-cultural e sistemática.

A perspectiva exclusivamente visual, unicamente sensorial e obtida empiricamente, está muito ligada a um contexto artístico. Inicialmente pictórico e literário, representando na maior parte das vezes a paisagem como um cenário harmonioso ligado à natureza e aos campos (Bulcão, 2005).

Ao longo do tempo, esta abordagem foi-se demonstrando insuficiente para muitos autores que defendiam desde o séc. XIX que, a paisagem não se podia restringir ao seu aspecto estético em detrimento do que a constitui e permite a sua existência, daí o aparecimento das outras abordagens referidas (Telles, 1994; Hodge, 1999).

Existe de facto, uma componente visual de extrema importância, contudo isso é apenas o resultado observável do que a constitui e do que provoca alterações na mesma.

A conotação territorial associada ao conceito de paisagem resulta, no sentido de a afastar da aceção meramente estética e visual, do desenvolvimento e ligação das disciplinas de Geografia e Arquitectura Paisagista, como refere Andresen em 1992. Desta maneira, diferentes autores passaram a defender a paisagem como um resultado de duas componentes principais. A primeira respeitante aos factores bióticos e abióticos, bem como a sua ligação por relações de interdependência. A segunda componente, é o resultado visual obtido pela interação dos constituintes da paisagem, a componente cultural.

Ainda neste âmbito, Caldeira Cabral, define a paisagem como o conjunto de condições que permite a existência de biocenose, da qual o Homem faz parte (Cabral, 1993).

No fundo, a inclusão desta perspectiva territorial, mostra que para compreender a paisagem é fundamental perceber a sua constituição e funcionamento.

Sendo que o Homem passa a representar um papel importante como actor activo na alteração paisagem ao longo do tempo, nasce uma perspectiva em que, também a história e as culturas presentes num local, actuam de forma axiomática na modelação de uma paisagem. Esta perspectiva encontra-se presente na Lei de Bases do Ambiente da legislação portuguesa, ao definir a paisagem como “a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do Homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima, e cultural quando a acção é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio ecológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica”(Lei no 11/87 de 7 de Abril, alínea c, ponto 1, artigo 5º, capítulo I).

Esta nova acepção conceptual, deu origem a novos tipos de paisagem e novos conceitos, decorrentes das culturas praticadas, como a agricultura e a pastorícia. As paisagens culturais são a expressão da relação entre a natureza e a cultura, o resultado da acção humana na paisagem natural. Entre estas, dividem-se vários tipos de paisagem. Vários autores consideram que, presentemente todas as paisagens são paisagens culturais, tratando-se apenas de uma questão de proporção daquilo que é directamente resultante da presença humana e daquilo que representa a presença dos elementos naturais. Para Gonçalo Ribeiro Telles (1994), a paisagem é uma “invenção” da sociedade humana que derivou da necessidade de adequar o espaço físico à actividade agrícola ou pastorícia.

Na realidade, a face antrópica, cultural, ou a face que é resultante da acção humana, é tudo o que é construído ou elaborado *a posteriori* do que a natureza nos oferece. No entanto, as duas devem representar uma função de equilíbrio e harmonia. Quando a humanidade actua na paisagem, pode inserir elementos naturais para que o equilíbrio se dê com mais facilidade. A paisagem, é assim vista como uma representação temporal das marcas deixadas pela natureza e pelo Homem, “um texto, um conjunto de sinais que traduz o sentido das acções que o produziram” (Nunes, 2008).

Nas civilizações mais desenvolvidas, a paisagem é formada com base nos seguintes factores: conhecimento do meio; conhecimento e desenvolvimento da diversidade biológica; transformação da circulação e da permanência da água; transformação do solo e do relevo; criação de microclimas favoráveis; melhoramento de plantas e animais; protecção contra as pragas. A organização do espaço, do território, deve basear-se nestes factores e na sua articulação e harmonia, pois a paisagem é “um todo”, um conjunto onde cada elemento presente influencia e é influenciado por todos os outros, formando um ciclo constante que foi criado pela natureza e que o Homem tem o poder de recriar (Telles, 1994; Amaral, 2003).

Desta forma, a paisagem pode ser vista como um sistema, em que as suas interacções internas e externas a alteram ao longo do tempo. Washer (1998, *in* Cancela d’Abreu *et al.*, 2001) e Antrop (1997), são dois autores que defendem a definição de paisagem como um sistema dinâmico, por ser um sistema em que os seus constituintes principais, a natureza e o homem, estão sempre expostos a evoluções e transformações permanentes. Nesta perspectiva sistemática, McHarg (1969) define a paisagem como um conjunto de camadas que se sobrepõem e interagem entre si, teoria que é exposta graficamente por Steiner (2000) e denominada por “*the layer cake model*” (Figura 1).

Mesmo no que se refere a abordagens mais recentes, é recorrente a referência às componentes natural e cultural da paisagem. Tal é o caso da definição de paisagem apresentada por Arsénio (2011), cuja proposta de conceito de paisagem com base num mapa conceptual mantém a referência às referidas componentes, ainda que a componente natural da paisagem se apresente decomposta nas componentes física e biótica da paisagem (ANEXO A – Figura 1).

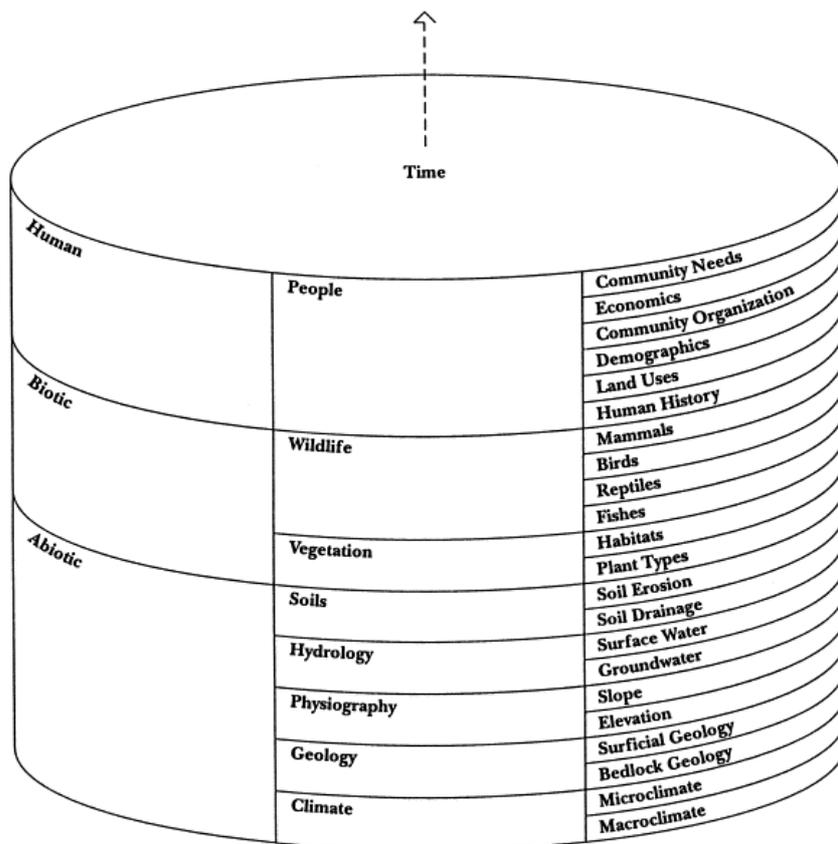


Figura 1 - "the layer cake model" - Representação do conceito gráfico de paisagem.

Fonte: Steiner (2000)

Desta forma sistemática, o conceito de paisagem é abrangente e integra as vertentes ecológica, cultural, sensorial e económica e definem-na como "um sistema dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais se influenciam entre si e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere geralmente uma certa coerência e à qual corresponde um determinado carácter" (Cancela d'Abreu, 2001).

"O resultado material de todos os processos (naturais e sociais) que ocorrem num determinado sítio."

(Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas s.d.)

2.1.2. MEIO URBANO E MEIO RURAL

A paisagem pode ser “dissecada” em várias secções, de acordo com o objectivo pretendido. Assim, a maneira de estudar uma paisagem ou um território, também nos leva a definir limites diferentes para essa divisão e estes podem ser muito ténues ou consideravelmente abrangentes no que toca aos seus contornos. Estes limites podem ser definidos por características físicas facilmente visíveis *in loco*, ou podem ser, e são muitas vezes, dependentes de factores socioeconómicos, ambientais, entre outros, que só estudados profundamente são compreendidos de maneira a desenvolver contornos para definir espaços caracteristicamente diferentes na paisagem.

Para fazer a distinção entre meio urbano e meio rural, é preciso ter em atenção que com o passar do tempo, estes ambientes vão sofrendo alterações tornando a sua divisão menos rígida.

Segundo o dicionário LEXTEC, “urbano” é quase antónimo de “rural”. Sendo o primeiro, relativo à cidade propriamente dita, e o segundo, relativo ao campo e a actividades campesinas, como a agricultura. Desta forma, o meio rural englobaria acima de tudo e de forma bastante linear, as freguesias que não fazem parte de cidades e locais onde a agricultura seja praticada.

Para Lefebvre (1969), a separação entre o campo e a cidade foi fundada nas primeiras divisões de trabalho, onde na cidade se processavam as funções de organização política, militar e do conhecimento e no campo apenas as actividades agrícolas. Uma cidade é “uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e facilidades que leva a maioria das pessoas (...) a preferirem viver em comunidade a viverem isoladas” (Cullen, 2010, p. 9).

Entre os anos 40 e o início dos anos 60 do séc. XX, em Portugal, havia uma grande sobreposição da superfície agrícola nacional sobre o meio rural. Isto fazia com que, quando se falava em meio rural a associação automática era o conceito de rural, o campo e as suas actividades. Hoje em dia, o meio rural é generalizadamente caracterizado por uma desertificação demográfica e pela falta de dinamismo económico. Pode também ser definido por mais que um tipo de espaços rurais, os que foram sendo progressivamente deixados ao abandono, desde há 50 anos para cá, e os que estão mais próximos das cidades (Figueiredo, 2010). Por estas razões, torna-se cada vez menos linear a divisão entre o rural e o urbano.

Na sua obra de 2006 intitulada “O Rural depois da Agricultura”, F. Oliveira Batista distingue o rural como o conjunto de população isolada e a que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes. A diferença entre o meio rural e meio urbano, é reflectida pela dimensão dos aglomerados populacionais e não nas características, adequadas pela população em geral, de uma certa unidade administrativa.

Contudo, o autor defende que é ainda possível dissociar o meio rural em diferentes zonas, com base em critérios de densidade populacional e na percentagem de população activa que trabalha na agricultura. Assim, tendo em conta estas variantes, resultam quatro zonas rurais: o rural de baixa densidade (13 habitantes por km²); o rural agrícola e o rural de indústrias e serviços (60 habitantes por km²); e por fim o rural urbano (165 habitantes por km²). Destes, o que tem maior peso geográfico em Portugal Continental é o rural de baixa densidade, ocupando mais de metade do território.

Sem divisões de maior importância, o meio ou paisagem rural é "(...) aquela que o homem modelou para a satisfação das suas necessidades primárias (...)" (Cabral, 1957).

2.1.3. DESENVOLVIMENTO RURAL

O conceito de desenvolvimento teve a sua origem nas discussões pós-guerra estando intimamente ligado à Carta do Atlântico de 1941 e à Carta das Nações Unidas de 1945 redigidas no âmbito Organização das Nações Unidas (ONU). Tal como quase tudo o que existe, já existiu de outra forma, com outra explicação, assim acontece com esta definição, que tal como muitas outras coisas, tem uma vertente subjectiva considerável. Primeiramente associava-se o desenvolvimento, exclusivamente, à economia e ao crescimento da mesma, tendo como principal indicador o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. O PIB corresponde ao valor total dos bens e serviços finais produzidos num país, num determinado período de tempo, geralmente um ano, dividido pelo número de habitantes desse país (LEXTEC, s.d.).

Sucintamente, depois da subjectividade deste conceito ter sido apontada por Seers em 1979, como algo que deve incluir alguns juízos de valor, é defendido por Colman e Nixon em 1981 como "um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores". A controvérsia da definição é inevitável e quase tão subjectiva como são os valores de local para local, sociedade para sociedade, de acordo com as suas culturas e costumes.

O conceito de desenvolvimento rural, nasce depois de se falar em desenvolvimento local, em 1970. No culminar dos anos 80, o desenvolvimento local e endógeno, que estava ligado fundamentalmente à administração do Estado, dos poderes locais e das grandes empresas, gerindo e corrigindo os impactes sociais, espaciais e urbanísticos resultantes das diversas acções económicas, ganha uma vertente política que aponta as suas decisões para o meio rural. Surge então o conceito de desenvolvimento rural, produto de políticas que pretendiam proteger e desenvolver o meio rural que por esta altura começava a ficar abandonado devido ao êxodo rural.

O desenvolvimento rural é um conceito sobre o qual muito se tem reflectido em todo o mundo, especialmente nas duas últimas décadas, e que tem subjacente um conjunto de processos de desenvolvimento. Para Murdoch e Marsden (1996), este conceito poderá ser definido como a melhoria das condições de vida dos residentes em áreas rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os princípios de eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica.

Os processos que estão subjacentes e que tornam o desenvolvimento rural possível, necessitam de um estudo teórico que não existe numa disciplina específica. Por isso, dada a multidisciplinaridade do espaço rural, para explicar o “desenvolvimento económico das regiões rurais”, há uma necessidade de desdobramento, dissecação e articulação de uma panóplia de disciplinas que representam os estudos rurais, como a economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc (Terluin, 2003). Ainda assim, com base nestas disciplinas, existem três maneiras de enfatizar o estudo do desenvolvimento rural, já que este pode ser dividido em desenvolvimento exógeno, endógeno e combinando estas duas vertentes. A primeira vertente, é caracterizada pelo desenvolvimento rural resultante de factores externos, como políticas de modernização da agricultura ou políticas de reordenamento territorial que tenham como objectivo o desenvolvimento rural. Em segundo lugar, temos o desenvolvimento endógeno ou local, que depende essencialmente dos aspectos locais, dos recursos naturais, dos recursos humanos e das instituições locais. Resumidamente, o desenvolvimento rural pode ser definido como um resultado de uma combinação de estímulos externos ou internos à região, em que os responsáveis das regiões rurais participam e estão envolvidos numa complexa combinação de redes locais e externas, tirando proveito dos recursos existentes (Simão, 2009).

A par destas actualizações ao conceito de desenvolvimento, no Congresso do Rio de Janeiro na II Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento Humano, é elaborada a “Agenda 21” (1992), um projecto exaustivo que tem o objectivo de criar novos padrões de desenvolvimento em todo o mundo, promovendo o desenvolvimento sustentável, rural ou urbano, traduzido por uma forma de crescimento económico dos países com maior justiça social e em equilíbrio com a natureza. A sustentabilidade e a preocupação da durabilidade e flexibilidade de medidas tomadas, com vista ao desenvolvimento ganham ênfase e torna-se uma componente quase obrigatória nos dias de hoje.

Desde 1988, a Comissão Europeia e a sua preocupação com o espaço rural e com o seu desenvolvimento, sem sido demonstrada ao aplicar uma política de coesão económica e social integrada, através de uma utilização complementar de três fundos estruturais: FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), orientado para as infra- estruturas e o desenvolvimento económico; FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), para a modernização agrícola, a organização dos mercados agrícolas e a promoção das actividades rurais; FSE (Fundo

Social Europeu), para as políticas de valorização dos recursos humanos (Comissão Europeia, 2005).

Na última década, a Comissão Europeia reestruturou esta política. Esta foi alterada pela Decisão 2006/144/CE, alterada pela Decisão 2009/61/CE, com o principal objectivo de melhorar a gestão e o controlo da política comunitária de desenvolvimento rural para o período 2007-2013. Desta forma, foi criado o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) que, juntamente com o FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia), se tornou um dos dois instrumentos de financiamento da Política Agrícola Comum (PAC), substituindo o FEOGA. Esta política, fornece também uma série de directrizes que auxilia a implementação de programas de nível nacional e regional, nos diferentes Estados-Membros, com os mesmos objectivos deste segundo pilar da PAC.

Esta política comunitária, centra-se nos quatro eixos seguintes:

- aumento da competitividade do sector agrícola e silvícola;
- melhoria do ambiente e da paisagem rural;
- promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural;
- Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER).

O quarto eixo enunciado, é um apoio direccionado para a acção local, entre o sector público e privado. Estes grupos de “acção local”, como são denominados, têm de cumprir pelo menos um dos eixos acima referidos. Podem ainda executar projectos de cooperação interterritoriais ou transnacionais.

2.1.4. ÊXODO RURAL

Começando por dissecar o conjunto de palavras que constituem o conceito, clarifique-se “êxodo”, já que “rural” está agora explícito.

A palavra “êxodo”, facilmente encontrada em vários locais, pode ser respeitante segundo o dicionário Houaiss, a: 1. emigração de todo um povo ou saída de pessoas em massa; 2. o segundo livro da Bíblia, em que se narra a fuga dos hebreus do Egipto (com inicial maiúscula); e na sua etimologia podemos encontrar algumas palavras que nos podem oferecer um leque mais amplo de sinónimos, por exemplo, *éksodos* ou passagem, saída marcha, partida, expedição militar, procissão, cortejo, pompa (Houaiss, 2001). Parte de outra definição é: 1. saída de um povo

ou de uma multidão de um país ou de uma região (ex.: êxodo rural). 2. emigração (Priberam, 2012).

O êxodo rural, é o conceito que se aplica ao movimento dos habitantes do meio rural para o meio urbano. Há toda uma panóplia de acontecimentos e descobertas, no campo cultural, filosófico, científico, político e social, que provocaram o êxodo rural, uma evolução que se deu durante quase três séculos, desde o séc. XVI. Indirectamente, é um resultado da revolução industrial, em que as máquinas começaram a substituir uma grande parte do trabalho executado pelos humanos, tornando evidente o aumento do desemprego nos campos e fazendo emergir esta movimentação nos séculos XIX e XX. Foi nessa altura que o termo de industrialização ganhou maior impacto, em que inicialmente era representada pela manufactura em pequenas oficinas, até que, a máquina a vapor, ligada aos vários mecanismos que constituíam os componentes que trabalham numa fábrica, promove a substituição de parte do trabalho feito pelo Homem, aumentando exponencialmente a produção, a mercantilização e dando azo às economias capitalistas que se centravam nas grandes cidades. As repercussões na paisagem e no meio rural foram evidentes, o equilíbrio que outrora existiu entre a *Ecúmena*, ou paisagem humanizada, e a *Silva*, ou paisagem mais selvagem geralmente caracterizada por mato, é destruído (Berque, 1993; Telles, 1994; Feliciano, 2012).

A migração para os grandes centros urbanos, tinha como grande objectivo a procura de emprego, conseguir melhores condições de vida ou mesmo pela necessidade de preparar um futuro melhor para as gerações seguintes. Se o emprego, e a disputa pelo mesmo, aumentou nas cidades, de certa maneira parecia óbvio que seriam necessários conhecimentos mais avançados para conseguir trabalho. Nesta altura, só nas grandes cidades havia essa hipótese de estudar, de obter um grau de aprendizagem superior ao básico.

2.1.5. GENTRIFICAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO RURAL

A gentrificação, é um conceito que nasce em meados dos anos 60 do séc. XX, associada na altura ao meio urbano. O termo *gentrification* é criado por Ruth Glass, que o descrevia como o processo em que as famílias de classe média, em vez de permanecerem nos subúrbios, iam habitar para os bairros centrais de Londres, no Reino Unido. Ocupando zonas antigas e desvalorizadas, traziam uma modificação na sua composição social. Este processo, era frequentemente visível nas grandes cidades anglo-saxónicas e era o resultado de uma crise de suburbanização e da vontade das pessoas, com algum poder económico, de voltar ao centro das cidades (Gaspar, 2007).

Em Portugal, alguns autores, Mendes (2006) e Rodrigues (2008) mencionam ainda o termo "nobilitação urbana", como versão a adoptar na língua portuguesa para descrever o fenómeno anteriormente descrito e referindo-se ao seu processo de reestruturação urbana. Segundo o primeiro autor, este acaba por não ser exclusivamente, um processo de reestruturação e diversificação do estrato social dos centros urbanos por resultar em bairros elitistas em termos sociais.

Em 2006, Bidou-Zachariansen baseando-se em Neil Smith, afirmou que a gentrificação é vista como um elemento que se distingue na metamorfose dos centros urbanos.

"(...) Diante dessas transformações, os "novos polos de crescimento", entendidos como áreas passíveis de desenvolver o processo de gentrification correspondem, frequentemente, a espaços urbanizados suscetíveis de atrair – em razão da oferta de equipamentos culturais, lazer, consumo e concentração de oportunidades de emprego que eles representam – camadas altamente qualificadas, muito solicitadas por essas novas formas de desenvolvimento nos países primeiramente industrializados, mas também nos países emergentes."

(Bidou-Zachariansen, 2008, p. 2)

"Esta reorganização socioeconómica da sociedade em função de um novo regime de acumulação provoca a emergência de um novo modo de vida urbano e novos tipos de consumo. Esta nova ideologia se exprime na individualização da vida social e cultural, mas também na reestruturação do quadro construído. Grosso modo, ela valoriza o património histórico representado nas edificações dos centros urbanos, mas este é adaptado para ser ocupado por uma nova classe média de residentes..."

(Gaspar, 2007, p. 2)

Este processo, tem uma grande relevância nas centralidades urbanas (Xerez, 2008), tanto nas existentes como nas novas que se formam com estas tendências de movimentação no território, o que faz com que o território, a paisagem, se altere com o tempo e com a diferente ocupação do mesmo.

A gentrificação, tal como o desenvolvimento, é um conceito que já sofreu alterações de acordo com o ponto de vista de que é feito um estudo ou apenas da época em que se fala do mesmo. Em certos momentos, o uso do termo gentrificação pode ser acompanhado de uma especificação que se aproprie mais ao tema em questão.

Neste trabalho, a tendência explorada é a gentrificação rural, que tem a mesma base conceptual mas adaptada ao meio rural. Ou seja, há de facto uma alteração das centralidades do território mas com maior ênfase nas áreas rurais, onde se poderão estar a formar novos centros urbanos, muito graças a repovoamentos neo-rurais (Guimond & Simard, 2010).

Em suma, a gentrificação rural, tal como a gentrificação em geral, é um factor promotor da diversificação de serviços e da composição social de centralidades, neste caso de locais rurais, através de um movimento selecto, por necessidade ou por gosto, de população que decide mudar de vida, que decide passar a viver no meio rural (Guimond & Simard, 2010).

2.1.6. ÊXODO URBANO

Apesar de se falar nesta tendência migratória de outras maneiras, não são assim tantas as referências que explicitam claramente o conceito de êxodo urbano. Esta tendência migratória não é tão linear como o êxodo rural, em que a população se move de variadíssimos pontos do meio rural para as grandes cidades. No caso da migração para fora dos centros urbanos, esta pode ser para os subúrbios, locais que hoje em dia já se encontram muito marcados pela urbanização, para locais adjacentes às cidades que se podem considerar como o sub-rural, são caracterizados por uma densidade populacional bastante mais baixa e por uma grande interacção com o centro económico mais próximo, ou para o meio rural mais remoto, onde, em geral, a presença da natureza é muito mais demarcada, a busca pelo desenvolvimento é maior, enquanto as acessibilidades, a oferta de serviços, a oferta de actividades lúdicas e culturais, e conseqüentemente a interacção social, são frequentemente mais escassas. Por estas razões, também a pesquisa sobre um êxodo rural, tem resultados muito mais lineares que uma pesquisa sobre o êxodo urbano ou os diversos tipos de migração dentro do meio rural.

Numa pesquisa efectuada entre 1967 e 1971, que deu origem a um trabalho publicado em 1977, está bastante clara a ideia transmitida sobre o tipo de êxodo que esta dissertação trata (Spittler, 1977).

Segundo Gerd Spittler, na década de 70 do séc. XX, era comum falar-se de migração do meio rural para o meio urbano em África. Porém, no período colonial na Nigéria, este tipo de movimentação migratória era feita no sentido inverso. As cidades ou vilas mais antigas, eram abandonadas para a busca de novas terras aráveis e nasciam novas vilas. Esta tendência foi a base do desenvolvimento agrícola neste país. As grandes cidades, nessa altura, tornaram-se incapazes de suportar o desenvolvimento da população total, muito devido ao seu crescimento

demográfico. As zonas que mais participaram nesse crescimento foi a capital Niamey, assim como Maradi, um centro económico.

Este estudo tinha como principal objectivo, saber porque se deu o êxodo urbano, durante um longo período, o período colonial, e desde os anos 50 se tenha dado uma inversão no sentido migratório. A pesquisa foi efectuada com foco na zona de Gobir, na região de Maradi, onde inicialmente existia uma cidade principal, Tibiri (ANEXO A - Figura 2).

As principais razões que levaram à procura de novas terras e ao estabelecimento de novas aldeias e cidades foram: a grande densidade existente em cidades fortificadas, típicas do séc. XIX, revelava-se um grande obstáculo para a implementação da agricultura; só as terras nas proximidades podiam ser cultivadas, pois quanto mais longe, maior a probabilidade de haver “buscas” ou ataques na procura de escravos (ANEXO A - Figura 3).

Por um lado, havia sempre uma ambição económica, a de poderem cultivar, produzir e criar riqueza. Por outro lado, a falta de carácter administrativo gerava complicações, como a insegurança dos camponeses. Apesar da insegurança, esta movimentação para fora das cidades tinha também o intuito, por parte dos camponeses, de diminuir a pressão administrativa das suas vidas.

O estabelecimento destes migrantes, prometia não só maiores colheitas, mas também uma maior liberdade para o poder colonial com a implementação de impostos, trabalho forçado, requisições e maior recruta militar, gerando um crescente número de população activa.

Na altura, havia uma grande área de terra livre, enquanto o número de camponeses era escasso.

Com a II Guerra Mundial a ganhar importância na Europa, a colonização diminuiu, assim como estas migrações urbano-rural. Com a necessidade consequente de uma maior procura de segurança, os camponeses voltaram em grande escala para locais onde a densidade populacional e o poder administrativo se fazia sentir com maior intensidade, as cidades, gerando o êxodo rural. (Spittler, 1977)

Em Portugal, já em 1977, Ilídio de Araújo dizia que “A Alternativa é Rural”, num estudo que desenvolve acerca dos problemas económicos da época, afirma que são resultado de um mau ordenamento do território e mau uso dos recursos existentes. A solução passaria por um melhor uso das matérias primas que o país oferece, inclusive e dando especial ênfase ao que o meio rural pode oferecer.

À partida, o êxodo urbano tem como base um descontentamento geral na vivência e permanência nas grandes cidades e centros urbanos, relativo à falta de emprego, inflação, congestionamento em quase todos os aspectos e deterioração da qualidade do ar. Devido a esta falta de bem-estar, os mais descontentes tendem a “fugir” para o meio rural, onde a oportunidade de investimento é

facilitada pelos preços mais baixos e pela baixa ocupação, comparativamente às cidades. Até agora os casos que são identificados como neo-rurais (Guimond & Simard, 2010), são os que têm conhecimento e capacidade financeira suficiente para se movimentarem para o meio rural, com o intuito de escapar ao desemprego, praticando actividades sustentáveis, que lhes dêem a hipótese de viver, com sustento vindouro da terra ou não, e de enriquecerem oferecendo serviços preciosos para estes espaços, que há muito foram abandonados.

O êxodo urbano, representa a saída, numa escala considerável, de população residente nas cidades para o meio rural. Contudo, este não é o processo inverso do êxodo rural, não só pelo contexto envolvente mas também pelos trajectos resultantes dos movimentos da população. A saída da cidade para o meio rural, é muito menos linear em termos de destino e nem todos o fazem como os que anteriormente migraram no sentido contrário. É um processo oposto em várias componentes mas não no seu todo. Assim sendo, o conceito de êxodo urbano é mais abrangente e inclui, a gentrificação rural, que em termos sociais, representa as pessoas que se movem para o meio rural, tendo conhecimento suficiente para dinamizar e diversificar o ambiente em que se inserem.

2.1.7. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A expressão do ordenamento do território nasce nos anos 20 do séc. XX, no Reino Unido e na Alemanha, como resultado da “necessidade de limitar o desenvolvimento das cidades dentro do seu âmbito territorial” (Oliveira, 2002, p.9).

Segundo o dicionário Houaiss, o ordenamento do território é um conjunto de acções tomadas voluntariamente com o objectivo de alcançar uma optimização de um espaço, consoante a sua escala.

O *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, possui uma definição mais específica, que caracteriza o mesmo termo como “a acção e a prática (mais do que a ciência, a técnica ou a arte) de dispor com ordem, através do espaço de um país e com uma visão prospectiva, os homens e as suas actividades, os equipamentos e os meios de comunicação que eles podem utilizar, tendo em conta os constrangimentos naturais, humanos e económicos, ou mesmo estratégicos” (Merlin & Choay, 2009, p. 38). Todas as definições relacionadas com o ordenamento do território, fazem desta, uma actividade sempre voluntária e quase sempre possuindo uma dimensão prospectiva. A planificação, no espaço e no tempo, é imperativa.

“A Arquitectura Paisagista visa ordenar o espaço exterior em relação ao homem.”

(Telles, A Arquitectura Paisagista - Morfologia e Complexidade, 2001, p. 50)

O ordenamento do território é a principal função da Arquitectura Paisagista. Claro está que, o território como objecto de trabalho possui uma escala variável, escala essa que foi variando ao longo do tempo, tendo começado pela concepção do jardim. A partir daí, decorre uma sequência crescente, no que respeita à escala dimensional das intervenções, até ao momento em que a Revolução Industrial provoca também uma revolução na forma como o território passa a ser ocupado pelas actividades humanas. Assim, a Arquitectura Paisagista passa a representar um papel importante no ordenamento do território, ao nível que este é mais comum quando referido, o nível regional e nacional (Magalhães, 2001).

Para Cancela d’Abreu (2010), as decisões que dizem respeito à ocupação e transformação das paisagens, têm geralmente os seguintes principais fundamentos:

- A sobrevivência, segurança e bem-estar de pessoas e das comunidades;
- A protecção de bens;
- O balanço de custos/benefícios (ambientais, económicos, energéticos, sociais);
- A protecção e valorização de recursos, bem como de elementos naturais e culturais considerados com valor especial;
- A atenção a questões, como sejam as de natureza ética, estética, religiosa ou lúdica;
- A previsão de dinâmicas futuras.

Esta actividade baseia-se, na modelação da paisagem, articulando a interdisciplinaridade que está presente na forma em que esta é construída e nos é apresentada. O principal objetivo dessa modelação, é a sustentabilidade, tanto das componentes naturais como culturais. Nesta sustentabilidade, está inserida a conservação e potencialização dos recursos existentes, para que possam subsistir e ser reaproveitados nas gerações vindouras. Desta forma, decorrente deste objectivo de sustentabilidade é necessário que o ordenamento do território seja uma ferramenta de previsão, ou antecipação, visto que a previsão é bastante incerta devido a tudo o que actua numa paisagem. Por isso, é da maior importância a realização de um estudo minucioso e abrangente de forma a evitar intervenções superficiais ou paralelas às metas traçadas. Chegamos então à dimensão prospectiva enunciada anteriormente.

Prospectiva, por Lacaze (1998, p. 127), é a “relação sobre o futuro, baseada na análise rigorosa das tendências de evolução resultantes do passado e do presente, bem como a pesquisa dos factos portadores do futuro.” Não se trata de prever o futuro, trata-se da necessidade do estudo do passado e do presente para ajudar numa decisão que decorrerá no futuro. Também para Ribeiro

Telles (1994), no planeamento do território, a instalação de novas actividades deve ser acompanhada ou antecedida pela recriação das paisagens. Desta perspectiva, é necessário compreender o passado para conceber algo que possa ter sucesso no futuro.

“Only a fool will build in defiance of the past. What is new and significant always must be grafted to old roots.”

(Bartók, 2009, p. 152)

Para uma adequada observação e aplicação do ordenamento do território, há que admitir a paisagem como um sistema, como fora definida anteriormente no ponto 2.1.1.. Esta visão caracteristicamente holística, tem sido identificada como a mais indicada para a disciplina, sendo a que permite encarar as várias componentes da paisagem e as suas políticas sectoriais. A paisagem deve ser vista como um todo, não possuindo fronteiras rígidas de zonamento como as que muitas vezes se fazem sentir entre as áreas urbanas e rurais (Telles, 1994). Cada vez mais, esta “simbiose” pretendida entre espaços distintos numa paisagem, se demonstra uma necessidade a cumprir.

No conjunto de textos reunidos em *Perspectivas da Arquitectura Paisagista* (2010, p. 22), António Viana Barreto afirma que parte do ordenamento do território é “preparar o território para alcançar um objectivo. Colocar as peças do sistema no seu lugar adequado a fim de produzir, com o mínimo de recursos, o máximo de rendimento, sem degradar ou explorar exhaustivamente o capital fundiário.” A seguir, divide o processo do ordenamento do território em seis fases:

- Reconhecer e caracterizar as diversas parcelas do conjunto;
- Definir as suas aptidões e vocações, potencialidades e capacidades, do território e da paisagem;
- Apurar tendências da evolução das populações;
- Tornar orgânico o sistema “espaço-população”;
- Criar incentivos positivos neste contexto;
- Verificar impactos e seu controlo.

Nesta dissertação, o ponto quatro deste faseamento é o que se pretende destacar. Demonstrando que as análises das tendências da evolução das populações, podem ser ferramentas muito importantes no desenvolver do ordenamento do território.

Ainda relativo ao ordenamento do território e a destacar, é a metodologia proposta por Ian McHarg (1969), clarificando a forma de analisar a paisagem através da diferenciação das camadas interdependentes que nesta se inserem. Esta metodologia facilita o estudo da paisagem e o ordenamento do território.

Finalizando, esta actividade de ser cumprida respeitando os quatro princípios de ordenamento do território definidos pela Carta de Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1998, p. 10), a seguir descritos:

- “Democrático: deve ser conduzido de modo a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos;
- Integrado: deve assegurar a coordenação das diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global;
- Funcional: deve ter em conta a existência de especificidades regionais, fundamentadas em valores, cultura e interesses comuns que, por vezes, ultrapassam fronteiras administrativas e territoriais, assim como a organização administrativa dos diferentes países;
- Prospectivo: deve analisar e tomar em consideração tendências e o desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais.”

2.2. O ÊXODO URBANO E A GENTRIFICAÇÃO RURAL NO CONTEXTO ACTUAL

Seguidamente, é estabelecido o panorama actual do tema exposto, primeiro na vertente mundial e depois com incidência numa escala nacional.

O ponto 2.2.1., é referente a uma exploração de estudos efectuados no âmbito do tema principal ou dos conceitos directamente associados ao mesmo. Estes estudos são relacionados com o tema, na Europa e no Mundo.

No segundo e último ponto, é feita uma procura de estudos similares mas para o caso de Portugal. Estas referências, explicitam claramente a aposta no meio rural e nas possíveis consequências ou medidas a tomar no caso destas tendências ganharem volume.

2.2.1. MUNDO E EUROPA

Existem uma série de estudos feitos sobre gentrificação com especial incidência sobre o desenvolvimento rural. Contudo, como já foi referido antes, há toda uma panóplia de conceitos envolventes que expõem o tema.

Após a revolução industrial e tudo o que esta nos trouxe de novo, o rural, em quase todos os países e em variadas escalas, saiu prejudicado. As novas formas de promover o crescimento e desenvolvimento económico, que outrora se baseavam na terra e na sua produção, foram alteradas para um modelo industrial e capitalista (Feliciano, 2012). Com isto, as grandes cidades emergiram a um ritmo empolgante enquanto parte do meio rural ficou para trás, esquecido e desertificado. O meio rural e o seu desenvolvimento, têm sido alvo de uma preocupação crescente para os governos e políticas a adoptar.

Na Figura 2 podem ver-se, em forma de mapa, as regiões predominantemente urbanas, as intermédias e as regiões predominantemente rurais, segundo a metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Esta tipologia aplica-se a uma grelha de células de 1 km². As células urbanas devem cumprir, simultaneamente, duas condições obrigatórias: 1) ter uma densidade populacional de pelo menos 300 habitantes por km²; 2) ter uma população mínima de 5000 habitantes em células adjacentes. As restantes células são consideradas rurais. Detalhadamente, a metodologia da OCDE classifica as Unidades Territoriais Estatísticas de nível III (NUT III) em Predominantemente Urbanas com menos de 20% da população residente em freguesias com densidade demográfica inferior 300 hab./km², Significativamente Rurais, ou Intermédias, quando entre 20 e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica menor a 300 hab./km², e por último as Predominantemente Rurais, quando mais de 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica menor a 300 hab./km² (PEN, 2007).

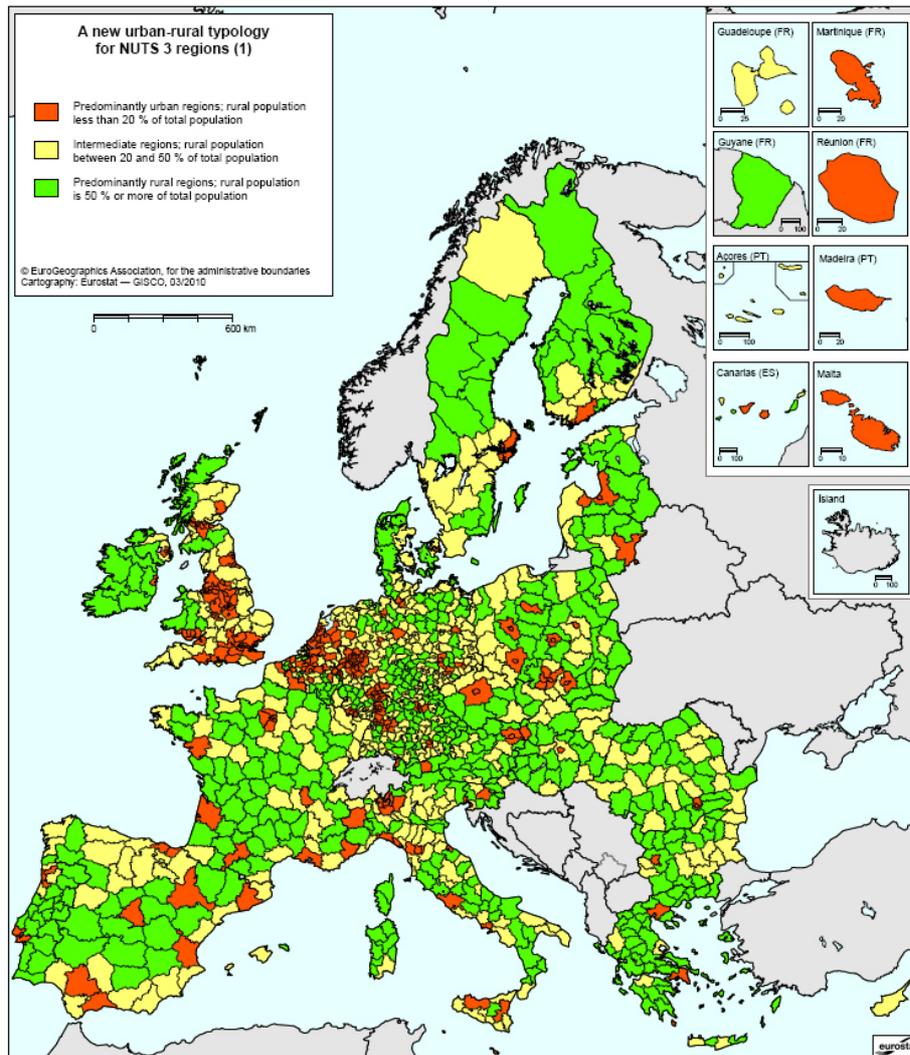


Figura 2 - Regiões Predominantemente Urbanas, Intermédias e Predominantemente Rurais da União Europeia, segundo a metodologia da OCDE

Esta preocupação crescente, deriva do conseqüente afastamento entre o espaço rural e o espaço urbano, aumentando as divergências nas suas várias características. A partir desse marco, que foi a movimentação em massa para as grandes cidades, viver em áreas demarcadas pela ruralidade era sinónimo de viver isolado, com escassa oportunidade de ter um emprego e de obter uma qualidade de vida satisfatória. Hoje em dia, parece que há um crescente número de pessoas que, pelo menos, preferem residir em zonas não urbanas. Se esta tendência for promovida e explorada da melhor maneira, o meio rural pode demonstrar-se um espaço diversificado e com potencial para dinamizar as economias regionais e nacionais (Araújo, 1986).

Apesar da desertificação que marcou as zonas rurais da Europa nas últimas décadas, estas possuem uma vasta riqueza intrínseca e a que foi sendo deixada ao longo do tempo. Exemplo disso são as matérias - primas essenciais, o património cultural histórico, os produtos alimentares

típicos produzidos em determinadas regiões, vistas dominadas pela sua componente natural, ar de qualidade com menos teor de poluição, locais onde podemos descansar, recuperar energias e entregar-nos a múltiplas actividades de lazer, etc. No fundo, locais com enorme potencialidade, que primam, ou podem primar por uma grande diversidade de actividades que neles podem ocorrer. São apenas algumas das razões que, levam a União Europeia a uma crescente atenção em proteger e desenvolver o rural, sendo actualmente uma das suas prioridades.

Neste subcapítulo, é feita uma amostragem sucinta dos estudos desenvolvidos nos últimos anos com maior relevância no âmbito requerido.

O êxodo urbano e o conceito de gentrificação rural estão intimamente ligados, não obstante, com diferenças significativas. Em vários trabalhos elaborados pelo mundo, essa conexão é evidenciada de diferentes maneiras, uma delas é a causa e efeito procurados, e são sempre postos em grande plano os factores demográficos crescentes no meio rural, a procura de uma melhor qualidade de vida da população que se move, assim como uma procura de actividades que diversifiquem o sítio para onde vão viver, tanto pela oferta de novos serviços como pela diversificação social que é causada pela população que tem o desejo de mudar a forma de viver. Em suma, as novas populações rurais ou neo-rurais são particularmente atraídas pela promessa de uma melhor qualidade de vida no meio rural (Cognard, 2001; Hallyday & Coombes, 1995; Hines, 2010; Roy, Paquette, & Domon, 2005; Guimond & Simard, 2010; Walmsley, Epps, & Duncan, 1998).

A meio da década de 70 do séc. XX, os peritos observaram um retrocesso na perspectiva demográfica de algumas regiões de carácter rural de certos países Ocidentais, no sentido de um crescimento positivo, principalmente nos Estados Unidos (Beale, 1975; Berry, 1976), Reino Unido (Boyle & Halfacree, 1998; Boyle & Halfacree, 1998) e França (Fougurouse, 1996; Kayser, 1990; Kayser, 1993; Léger & Hervieu, 1979). Só alguns estudos reportaram esta situação no Canadá (Hodge G. , 1983; Keddie & Joseph, 1991), os primeiros em meados dos anos 80, e até agora muito pouco noticiados. Também em Espanha, nomeadamente na Catalunha, a intensidade da desertificação tem diminuído desde os anos 80. Existem actualmente, novos padrões de crescimento que têm ocorrido em áreas rurais, basicamente devido a imigração (Solana-Solana, 2010).

Num estudo recente feito para o Québec (Guimond & Simard, 2010), no Canadá, é referido que a teorização da gentrificação rural foi largamente inspirada pela rica conceptualização que tem em ambientes urbanos. Os principais indicadores que levariam certos grupos sociais a mudarem-se, incluindo jovens e população económica, social e culturalmente desfavorecida, em ambos os meios, são semelhantes, nomeadamente: uma mudança na composição socioeconómica dos

seus cidadãos; uma maior focagem no património cultural e nacional, assim como os aspectos estéticos do património construído, cultural e ambiente natural; a emergência de novas instituições que levam ao encerramento de outras mais velhas; a diversificação de produtos e serviços; as mudanças nos valores das propriedades (especulação e investimento privado), etc. (Cloke & Thrift, 1987; Phillips, Rural gentrification and the processes of class colonisation, 1993; Phillips, Other geographies of gentrification, 2004; Phillips, Differential productions of rural gentrification: illustrations from North and South Norfolk, 2005; Champion, 1991).

Tabela 1 - Baseado numa pesquisa realizada por telefone com 180 recém-chegados em Brome-Missisquoi (n =100) e Arthabaska (n = 80) (INRS, 2006) (Adaptado de Guimond e Simard, 2010)

	Brome-Missisquoi RCM	Arthabaska RCM
Principal razão da mudança permanente para o meio rural		
Ambiente do meio rural (qualidade de vida, características físicas e sociais, etc.)	83	60
Familiar	12	19
Profissional	5	16
Económica	0	5

Nesta pesquisa, as RCMs (Regional County Municipalities) de Brome-Missisquoi e Arthabaska, a serem usadas como caso de estudo, foram selecionadas pela avaliação dos níveis demográficos, socioeconómicos e de mobilidade. Apesar de uma componente quantitativa relevante, o resultado final baseia-se numa preferência pela metodologia qualitativa, que se torna indispensável e de extrema relevância quando se pretende saber as opiniões de inquiridos pertinentes para o objectivo do trabalho.

A análise feita por Guimond e Simard (2010), conclui que representa um forte contributo para as teorias de gentrificação rural por: estudar as visões de todas as partes envolvidas no processo de gentrificação rural; tendo em consideração os impactos negativos e positivos da gentrificação rural; considerando as nuances quando aplicadas as teorias de gentrificação urbana para o contexto rural; referindo tanto as escolas de pensamento económico como as de pensamento social para uma melhor compreensão do processo de gentrificação no meio rural; chamando a atenção para o contexto local e regional.

Na Europa, surgem conclusões amplas acerca de parte deste processo migratório e da reutilização do espaço rural, o que nos ajuda a ter um enquadramento do tema. Ao longo de um

trabalho desenvolvido na Bélgica, são feitas várias referências a alterações ocorridas neste tipo de paisagem, o rural (Verhoeve, Roob, & Rogge, 2012).

Desde 1950, as áreas rurais na Europa, têm sofrido profundas alterações, como o seu abandono resultante do êxodo rural e posterior ocupação por processos de globalização, diversificação do espaço, conservação da natureza e actividades não-agrícolas (Fry, 2001; Kristensen, Thenail, & Kristensen, 2004; Kerselaers, Rogge, Dessein, Lauwers, & Huylenbroeck, 2011). Bomans (2010) argumenta que o facto de se subestimar as transformações, resulta num ciclo vicioso, em que “o ordenamento do território não incorpora transformações que são difíceis de medir e uma vez que não são incorporadas na política de ordenamento, essas transformações não são medidas” (Bomans, Steenberghen, Dewaelheyns, Leinfelder, & Gulinck, 2010). A incapacidade de compreender a totalidade da diversificação económica em áreas rurais, dificulta o ordenamento do território e o desenvolvimento de estratégias sustentáveis para o meio rural (Antrop M. , 2004; Schneeberger, 2007; Hersperger, 2009).

Especificamente neste trabalho, realizado com incidência nas regiões Roeselare e Tielt, com o objectivo de revelar a reutilização de edifícios rurais para abrir actividades não agrícolas. Muitas das empresas, estabeleceram-se nas zonas do meio rural de Roeselare e Tielt, entre 2001 e 2005. De todas as actividades detectadas, 26% foram estabelecidas entre 2001 e 2005. Se nos restringirmos aos edifícios ligados à agricultura, o número sobe para 30%. Para os edifícios não-agrícolas, a percentagem aproxima-se dos 25% (ANEXO A – Figura 4 e Figura 5).

Na Holanda, foi desenvolvido um estudo com o nome, “Migration to less-popular rural areas in the Netherlands: Exploring the motivations”, que demonstra, comparando com outros estudos, que mesmo que a tendência migratória seja a mesma em vários locais, países ou sociedades, as razões podem ser sempre diferentes (Bijker, Haartsen, & Strijker, 2012).

Tabela 2 - Razões da mudança para o campo (%) (n = 664) (Adaptado de Bijker, Haartsen & Strijker, 2012)

Características das habitações	24	Viver junto da família/amigos	15	Familiaridade com o local	8	Características sociais do meio	8
Características físicas do meio	21	Baixos preços imobiliários	14	Tranquilidade	8	Outra	16
Mudar-se com o parceiro	16	Trabalho	12	Localização	8		

Tabela 3 - Razões para a saída (%) (n = 664) (Adaptado de Bijker, Haartsen & Strijker, 2012)

Tranquilidade	43	Características das habitações	13	Baixos preços imobiliários	10	Viver junto da família/amigos	7	Outra	8
Características físicas do meio	42	Familiaridade com o meio rural	12	Estilo de Vida	9	Mudar-se com o parceiro	6		
Características sociais do meio	17	Factores citadinos	12	Trabalho	8	Pelos filhos	4		

Tabela 4 - Razões da mudança para a área específica (%) (n = 664) (Adaptado de Bijker, Haartsen & Strijker, 2012)

Casamento/Coabitação	33	Mudança na	14	Reforma	7	Viver junto da família	3	Saúde	2
Sair da cidade	22	Bairro anterior	12	Elevados preços imobiliários	5	Filhos deixarem de viver com os pais	2	Outra	3
Casa anterior	18	Habitar pela	8	Separação	5	Aumento da família	2		

Em baixos níveis de desenvolvimento económico há falhas substanciais, favorecendo o meio urbano em relação ao meio rural em termos de lucro monetário, educação, estruturas ocupacionais e, conseqüentemente um grande excesso de satisfação, cobrindo problemas tipicamente urbanos como, poluição, congestionamento, etc. Em níveis mais avançados de desenvolvimento, estas diferenças sócio – económicas tendem a desaparecer, e as áreas rurais aproximam-se ou ultrapassam zonas urbanas em satisfação de vida. É através do desenvolvimento que se consegue cativar a população, satisfazendo a população com uma série de factores que são muitas vezes a base para estabelecer uma certa qualidade de vida (Easterlin, Angelescu, & Zweig, 2011).

Com isto, torna-se inequívoco, que não se pode tomar como certo algo que já exista. Ou seja, pode já existir, mas dependendo do objectivo pretendido, é da maior importância que no seu estudo, se saiba a origem de um fenómeno para tentar controlá-lo para um futuro melhor.

2.2.2. PORTUGAL – PANORAMA NACIONAL

Assim como aconteceu para o êxodo rural se dar, é possível rever, actualmente, a evolução dos principais factores no sentido de potencializar um novo tipo de êxodo em Portugal. A intensificação das notícias nos últimos dois anos, relativamente ao movimento “da cidade para o campo”, é mais uma mostra nos meios de comunicação social de que esta migração está de facto a ocorrer, independentemente da escala que esta representa até ao momento.

No entanto, é necessário um estudo metódico e profundo para saber se é possível falar de uma tendência, com uma origem, destino e objectivo geral e comum.

Recentemente foi realizado um estudo para Castro Laboreiro, sob indicações da Comissão Europeia, que tem como principal meta a renovação das ferramentas que permitem destacar e escolher as melhores opções para o desenvolvimento local. É claramente mais um resultado das recentes migrações para o meio rural, mesmo que dispersas pelo território, e do contínuo esforço em desenvolver o território não-urbano ou suburbano, de uma forma ordenada e sustentável (Berkel, Carvalho-Ribeiro, Verburg, & Lovett, 2011) .

Segundo o caso referido, em primeiro lugar, deveriam ser diminuídos os subsídios provenientes da PAC que subsidia a produção agrícola, permitindo *plafonds* maiores para o desenvolvimento rural e proporcionando boas oportunidades para regiões rurais com serviços orientados para a beleza estética, produtos especializados e habitats importantes para a biodiversidade. Em termos reais, isto traduzir-se-ia numa transferência de fundos do primeiro para o segundo pilar, que se reflecte nos programas de desenvolvimento rural e iniciativas apoiadas pela UE, como o LEADER. Os apoiantes sugerem que a orientação destas políticas permitam a conservação da vida social, cultural e rural, através da promoção de multifuncionalidade, onde velhos modelos monofuncionais falharam (Marsden & Sonnino, 2008; Renting, et al., 2009). Por exemplo, diversos estudos concluíram que a eficiência de uma política deste género aumentaria, considerando e conhecendo minuciosamente as condições locais para uma intervenção de desenvolvimento (O'Rourke, 2005; Burton, Kuczera, & Schwarz, 2008).

Um dos principais objectivos deste estudo é introduzir e ilustrar um método que, usando muitas avaliações qualitativas, ajude a identificar potencialidades e constrangimentos nas diferentes formas de desenvolver o meio rural. Desta forma, a participação das entidades interessadas é frequentemente o elemento chave nos exercícios de cenário, onde os peritos, participam e “desenham por cima” das hipóteses, parametrizando novos cenários, tanto na conceptualização das hipóteses como do resultado das mesmas. Isto torna possível que os participantes avaliem e desenvolvam diferentes maneiras de demonstrar os resultados. Em geral, as hipóteses

demonstradas, sejam montagens foto-realistas, textos e pequenas regulamentações, ajudam e tornam-se obrigatoriamente requeridas, no que toca ao aumento do conhecimento social, assim como o aumento da legitimidade das intervenções. É uma metodologia em que a participação pública também se revela fulcral no processo (Alcamo, 2008).

Para este caso específico, Castro Laboreiro, as mudanças políticas e sócio - económicas, com origem nos anos 40, causaram alterações significantes no uso do solo, especialmente o seu abandono. Até há pouco tempo, só alguns permaneciam interessados na agricultura uma vez que as condições ambientais limitam o potencial produtivo e os novos residentes que vieram para a região trabalham principalmente na indústria turística, ou nas hortas da sua casa de férias como hobby. De acordo com o programa de desenvolvimento rural da UE (EAFRD), os residentes podem também receber fundos para diversificação agrícola e aluguer para pequenos negócios.

Conclui-se, neste caso, tendo em conta as potencialidades do regresso ao rural, que a paisagem é um cenário de múltiplas actividades e que esta multifuncionalidade, combinada com baixos custos energéticos, boa qualidade de vida e oportunidades de emprego, criam as condições para o regresso ao meio rural com um aumento de residentes e uma maior dispersão da população no território (Berkel, Carvalho-Ribeiro, Verburg, & Lovett, 2011).

Tabela 5 - Principais características dos cenários expostos nas entrevistas e discussões (Adaptado de Berkel, Carvalho-Ribeiro, Verburg & Lovett, 2011)

Cenário	Retorno à Natureza	Gestão de pastagens e conservação de montanhas	Retorno ao Rural
Descrição	Retorno à vida selvagem a par com o declínio das populações. Algumas oportunidades surgem para o turismo selvagem	Jovens agricultores assumem actividades agrícolas semi-tradicionais, criando uma nova dinâmica e promovendo o turismo cultural	A economia rural é diversificada através da produção de energia, turismo e conservação da natureza. O sector agrícola é mantido, fornecendo a área local
População	Diminui	Mantém-se	Aumenta
Onde a população vive	Na vila principal; Visitantes/turistas nos vales	Na vila principal; Visitantes/turistas nos vales	Na vila principal e em algumas vilas que permanecem competitivas nos vales (brandas)
Paisagem característica	Ambos planalto e vale coberto por florestas de carvalho. Carvalho comum cresce abaixo de 700 m; Carvalho pyrenaica a 1000 m	Vale coberto por carvalho comum e carvalho pyrenaica; Planalto com pastagens anuais e queimadas dando origem a arbustos e gramíneas	Paisagem em mosaico. Agricultura mista no vale e pastagem no planalto. Colheita de biomassa também contribui com a manutenção da paisagem

Tipos de actividades	Agricultura como hobby e casas de férias; excursões; restaurantes; duas ou três actividades ao ar livre (ex. canoagem, escalada em rocha)	Produção e venda de bens especializados (DOP) como mel, presunto, etc.; turismo "experiência de agricultura"; cooperação entre agricultores e restaurantes para fornecer alimentos regionais	Geração de energia de biomassa; canoagem; escalada; agricultura orientada para o mercado; caça orientada; escalada orientada; marketing e vendas de produtos típicos locais (mel, pão, presunto, cabrito); acampar
Vantagem competitiva territorial	Ao contrário de Espanha e Melgaço, Castro Laboreiro pode oferecer uma floresta de carvalho natural intocada; também pode oferecer uma experiência mais selvagem e isolada, que não pode ser vivida em lugares como o Gerês, uma zona florestal semelhante do Parque Nacional	A tradição cultural da transumância não tem comparação, nenhuma outra região tem esta tradição tão demarcada. Esta característica cultural é uma vantagem sobre Melgaço Gerês e Espanha, que não tem um passado cultural tão rico	O terreno montanhoso, ribeiros e rios em conjunto com as áreas florestadas fazem Castro Laboreiro um local único em comparação com o Melgaço e Espanha. A paisagem oferece boa canoagem e escalada de qualidade
Estratégia de marketing	Visitas selvagens; Venda de serviços ecossistémicos para o sector público (água limpa, conhecimento)	Produtos DOP - criação de uma imagem da agricultura e da qualidade da produção; vivenciar as tradições de Portugal	Criação de uma imagem - Juntando actividades ao ar livre, produtos DOP, áreas de lazer, natureza intocada, a produção de energia limpa (biomassa e fotovoltaica.)
Impacto Ambiental	Baixo impacto, devido a menor interacção humana no ecossistema florestal	Baixo a moderado, devido à pastagem de gado e regimes de fogo para a manutenção do ecossistema montanhoso	Moderado sobre o ecossistema montanhoso devido a pressões populacionais e de utilização

Neste trabalho, há uma grande ênfase para que se aposte no desenvolvimento rural e em trazer novos moradores, promovendo a diversificação do espaço e tendo em conta as potencialidades e fraquezas da região, tanto os que derivam directamente da natureza como os que podem ser oferecidos pelos residentes, entidades variadas e corpos administrativos locais. Só assim se consegue um desenvolvimento sustentável.

Esta ideia de etimologia do espaço, do seu conhecimento aprofundado, é apoiada em vários trabalhos desenvolvidos ao longo do tempo. Actualmente, é neste esmiuçamento que se crê estar a resposta para as decisões mais apropriadas para o conseqüente desenvolvimento do espaço. Elisabete Figueiredo, afirma que a falta de conhecimento da paisagem rural e de tudo o que é fruto dela, é uma das principais falhas no empreendedorismo para a evolução destas zonas mais remotas.

Desenvolvido recentemente, no projecto “Rural Matters”, uma das autoras defende que “o turismo rural não é o futuro do mundo rural”, nem a agricultura intensiva, pois estas são sempre actuações dispersas no espaço e fruto de iniciativas privadas para benefício próprio. Como foi referido antes, já não se pode fazer uma ligação tão restrita entre o meio rural e área agrícola em Portugal. O rural é hoje um espaço que se tornou tão diversificado, pelo abandono gradual dos últimos 50 anos, pela proliferação de pequenos espaços urbanizados junto às grandes redes viárias, pelo desenvolvimento dos subúrbios e áreas que se seguem às grandes cidades, e conseqüentemente um desordenamento territorial em que há uma grande falta, tanto de dinamismo económico como de planeamento para que se possa retirar do espaço, o que de melhor este tem para oferecer ao país e à sua população (Araújo, 1986; Figueiredo, 2010).

O rural, é caracterizado por uma série de movimentações e características de permanência em que é difícil definir uma tendência de um só sentido. Os imigrantes sazonais ou moradores, estão presentes em muitas freguesias. Há também novos residentes, não imigrantes que se instalam quer apenas para residir, quer para desenvolver algum negócio ou iniciativa. Em alguns locais, há um crescente na reconstrução ou reabilitação de velhas casas, para efeitos de residência secundária ou férias, muitas também são construídas de raiz. Os emigrantes, seja os que foram para fora do país ou unicamente para fora do município, voltam nos principais períodos de férias e por vezes aos fins-de-semana. Este tipo de pequenas migrações, tem um efeito bastante positivo no pequeno comércio e no comércio local, nos fornecedores de serviços locais e nos pequenos construtores. Um dos principais factores que facilitou estas movimentações, foi a melhoria da rede viária. Por este agente facilitador, são muitos os que vivem no meio rural mais remoto, menos populoso, por facilmente se deslocar até ao trabalho que muitas vezes é fora do município de residência (Baptista, 2006; Carmo, 2012).

Nos últimos anos, há também uma crescente iniciativa, muitas vezes vinda de fora do rural, na aposta de actividades procuradas pelos residentes do meio urbano, mas que aqui as podem experienciar com maior realismo, melhor qualidade e em contacto com a natureza. A aposta nos serviços de hotelaria, restauração, valorização do património local por romarias, festas e feiras de gastronomia e artesanato, têm devolvido alguma vida ao meio rural. Os grandes agentes impulsionadores, são muitas vezes “aventureiros” em nome próprio, câmaras municipais, juntas de freguesia e muitas vezes, os resultados podem ser ampliados pela comunicação social (Baptista, 2006).

Pelas características amplas que o rural apresenta, não só de iniciativas privadas e de pequena escala deve depender o seu desenvolvimento. Há uma série de políticas que podem ser feitas, de âmbito local, regional e nacional, que articuladas criariam condições e atraíssem residentes que pudessem dinamizar a economia e o espaço. Não quer dizer que se queira um repovoamento em grande escala mas, um repovoamento adequado que salvguarde e promova a riqueza do meio

rural pois este, é parte activa na produção de fluxos e de novas configurações socioespaciais (Carmo, 2012).

Estas referências, não incidem exactamente sobre o tipo de migração que esta dissertação aborda. Porém, demonstram metodologias, resultados e conclusões que interessam no desenvolvimento deste projecto. Contudo, é possível identificar algumas linhas guias que suportam esses conceitos e ainda mais no caso de uma gentrificação rural.

Em 2012, foi desenvolvido o projecto “Visão Portugal” que na reportagem “A minha cidade é uma aldeia”, são trazidos para a ribalta alguns aspectos em foco nesta dissertação. Segundo estatísticas do INE, no total, os três concelhos mais marcados por algumas características do meio rural, sendo os três com menor densidade populacional da Área Metropolitana de Lisboa, ganharam mais de 36 mil novos habitantes. Os três concelhos destacados por este crescimento acentuado são, Alcochete, Palmela e Mafra. Durante esta pesquisa, levada a cabo pela revista Visão, são entrevistadas várias entidades: os novos residentes que, afirmam que a mudança se deve essencialmente a uma querença numa melhor qualidade de vida; a socióloga Teresa Costa Pinto explica que presentemente, este é um crescimento muito heterogéneo, oferecendo especificidades muito próprias a cada concelho, cada vez mais longe do centro das grandes cidades, com uma ocupação territorial e uma morfologia urbana bastante diferentes de outrora; João Joanaz de Melo, presidente da associação ecologista GEOTA, diz que “na maior parte das cidades europeias, toda a metrópole é uma rede de terminais intermodais”, podendo ser o congestionamento, facilmente identificado em Lisboa, e o complexo tarifário de transportes públicos, algumas razões importantes para estas mudanças de pensamento habitacional. (Ribeiro, 2012)

Há um foco especial para as cinco freguesias, que mais população ganharam entre 2001 e 2011, e para outras cinco que mais população perderam no mesmo intervalo de tempo. Para as primeiras cinco temos, Afonseiro no Montijo (+103,7%), São Francisco em Alcochete (+93,3%), Venda do Pinheiro em Mafra (+74,8%), Atalaia no Montijo (+70,7%) e Mafra (+59,5%). As cinco freguesias que mais população perderam, também entre 2001 e 2011, são, Castelo em Lisboa (-39,5%), Paço de Arcos em Oeiras (-34,8%), Encarnação em Lisboa (-29,2%), Santiago em Lisboa (-27,8%) e Alfovelos na Amadora (-27%) (INE, 2011). É possível supor que, a maior parte da população perdida em Lisboa, se deslocou em grande parte para o município de Mafra e do Montijo, como afirma a fonte desta reportagem. Contudo, é necessário um estudo aprofundado, firme e seguro que permita assegurar a veracidade de uma afirmação como estas. Viver nos subúrbios imediatos ao município de Lisboa, já não é suficiente para quem se quer afastar do centro e obter uma melhor qualidade de vida por um custo semelhante.

3. METODOLOGIA

3.1. METODOLOGIA APLICADA

Depois da revisão literária científica, apresenta-se o enquadramento e descrição da metodologia adoptada, onde são expostas as técnicas de recolha e tratamento de dados.

A metodologia adoptada nesta dissertação, pode ser sucintamente representada através da figura a seguir:

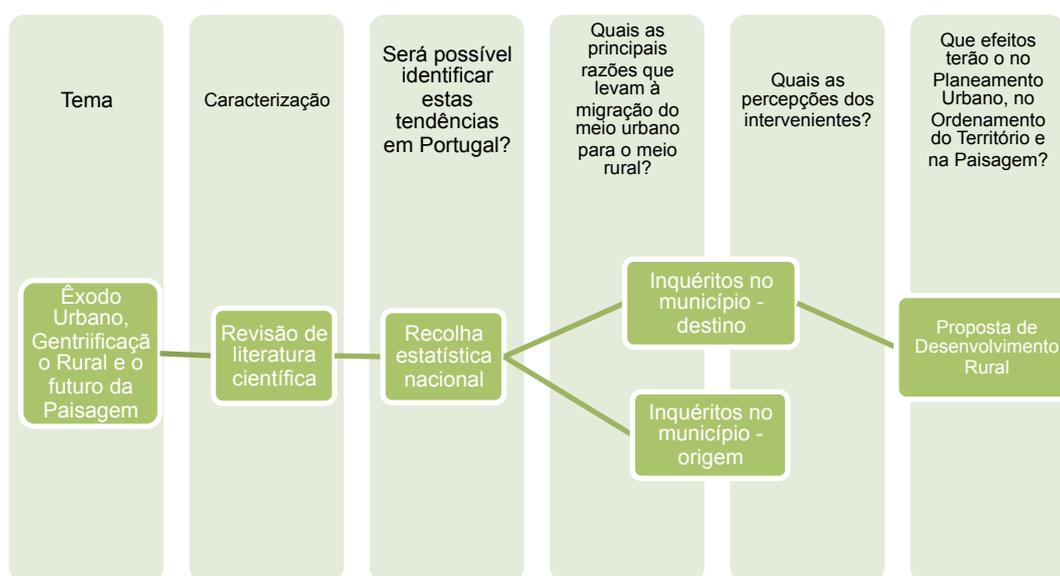


Figura 3 - Esquematização da metodologia aplicada

3.2. ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

Dados os objectivos a que está subordinada esta dissertação, a metodologia aplicada deve primar por uma vasta e diferenciada recolha de informação.

Em primeiro lugar, é feita uma revisão literária científica com o objectivo de fundamentar este estudo com trabalhos desenvolvidos anteriormente. Dada a vastidão e actualidade do tema, principalmente por ser uma pesquisa de verificação existencial, esta pesquisa também é direccionada para os principais conceitos e questões que envolvem a temática de forma a poder fazer-se a ponte, entre esses conceitos e questões, e o tema que rege este estudo. Um longo caminho, de pesquisa, recolha e análise, é percorrido para a escolha daquilo que é realmente importante. Essa investigação, é feita por intermédio de bibliotecas, internet e entrevistas informais, para obtenção de dissertações, censos, documentos variados, notícias, relatórios, etc. Esta pesquisa literária e de carácter científico, ajuda a perceber, principalmente em termos sociais, o que leva as pessoas a abandonar e a estabelecerem-se de local para local, neste caso do meio urbano para o meio rural e não de uma perspectiva “nómada”, mas de acordo com a conjuntura actual e modo de viver das sociedades.

Depois da formalização teórica e conceptualização dos termos usados para estas movimentações, o “êxodo urbano” e a “gentrificação rural”, há uma recolha, análise e amostragem estatística, com o intuito de verificar a sua existência, a sua origem e os principais destinos, em termos práticos e em território português. Também através das estatísticas obtidas, é possível distinguir algumas das principais razões que promovem as movimentações populacionais e que ajudam a fixá-las em determinados locais. Desta forma, é feita a escolha de um município que tenha sido o principal destino, face à principal origem dos emigrantes, para uma melhor percepção deste fenómeno.

Sabendo, em geral, os indicadores que levam a concluir a existência deste tipo de migração, são realizados inquéritos por questionário de resposta fechada, no município - destino resultante da análise estatística efectuada e na principal origem, ou município – origem, territorial do fenómeno migratório. No município - destino, é realizado: um inquérito para os novos residentes, em que se pretende saber em pormenor, as principais razões que os levou a sair da cidade e a escolher aquele local em específico, assim como a sua noção face a este tipo de migração; uma entrevista, para assimilação da percepção local, nomeadamente das principais entidades presentes no município, acerca deste fenómeno e do possível futuro esperado. Na principal origem do êxodo urbano, o município em causa, os residentes são expostos a um inquérito que, avalia a sua intenção de saída para o meio rural, consoante as principais razões, no âmbito de perceber se é um fenómeno crescente ou não.

Através de inquérito por questionário, assim como deslocação e interacção social nos locais em causa, é possível uma aproximação e intimidade muito maior, com as respostas que se procura num determinado alvo. Como estudante observador, a aproximação ao que se pretende estudar, permite aprofundar e conhecer melhor o contexto, obtendo opiniões dos observados no que toca ao seu papel que, no âmbito da sua actuação, são de grande valor e evitam deturpações da realidade, esclarecendo dúvidas e resultando numa recolha rica de dados variados, mesmo que restringido a questões específicas (Bogdan & Biklen, 1994). A escolha do questionário de

perguntas fechadas, resulta dos grupos-alvo serem de número considerável, principalmente no caso da cidade – origem do êxodo urbano, e também por permitir uma análise facilitada após a sua resposta, não dando hipótese a respostas ambíguas ou redundantes. O principal atributo positivo do questionário de perguntas fechadas é o facto de ser, segundo Foddy, talvez o único método que podemos aplicar em grande escala, escolhendo os indivíduos, e tem como principal “inconveniente” o facto de restringir a resposta dos inquiridos (Foddy, 2002).

Em resultado dos inquéritos, principalmente aos realizados na cidade que deu origem ao fenómeno migratório, ficamos a saber a intenção actual da população em sair da cidade. No caso dos residentes da cidade, continuarem a mostrar intenções de migrar para outro município em Portugal, por diversas razões, é feita uma regulamentação de boas práticas no contexto do ordenamento do território, assim como dos seus planos resultantes. Assim, esta população neo-rural (Guimond & Simard, 2010), não seria uma surpresa no território e passaria a ser um fenómeno controlado e com um objectivo direccionado, prevenindo impactos negativos que esta movimentação da população pode causar. Impactos esses que podem eventualmente ser identificados no desordenamento do território em geral, na excessiva e, por vezes ilegal, construção imobiliária, desarticulação de redes de transportes, desrespeito pelos valores patrimoniais existentes, desenvolvimento insustentável, desrespeito ou desaproveitamento do meio rural e dos valores que se encontram presentes, etc. Assim, são elaboradas e adaptadas as principais linhas reguladoras que podem ser seguidas, para que o território se possa desenvolver e a paisagem possa ser vivida de maneira harmoniosa, dando espaço a dinâmicas económicas e sociais, sem comprometer a mesma e as mais valias naturais e culturais que esta tem “guardado” ao longo do tempo.

Concluindo, esta dissertação tem como principal objectivo, demonstrar que se o retorno ao meio rural existe actualmente, é possível que este ocorra com grandes benefícios para o país. Para isso, é necessário que existam, com a devida antecedência, os diferentes mecanismos e ferramentas necessárias para receber e fixar a população, sem a consequente degradação da paisagem como aconteceu outrora, em vários lugares.

4. ESTATÍSTICAS ACTUAIS RELACIONADAS COM O ÊXODO URBANO E GENTRIFICAÇÃO RURAL – RECOLHA E AMOSTRAGEM DE INFORMAÇÃO

4.1. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO ÊXODO URBANO

Neste capítulo, são demonstradas as evoluções estatísticas, dos últimos tempos, dos principais indicadores que podem estar na origem, promoção e verificação existencial do tipo de migração estudada. Para cada indicador, foram destacados os dez municípios que mais variaram pela positiva e são incluídas as três principais cidades portuguesas em cada uma das listas. Após a detecção da possível origem deste fenómeno migratório, são realizados inquéritos por questionário naquela que poderá ser a origem desta tendência.

Os factores, ou indicadores escolhidos, são uma parte considerada necessária para uma melhor compreensão e para saber se de facto, o êxodo urbano está a ocorrer ou não. Dado que depois desta análise, são retiradas algumas conclusões importantes para o prosseguimento do estudo, é da maior importância a escolha desses índices que serão esmiuçados nos subcapítulos seguintes. Quando a sua selecção não é verdadeiramente bem executada, ou inadequada, pode resultar em conclusões erradas e numa má funcionalidade da metodologia aplicada. Dos principais problemas que podem estar presentes, quando é feita uma escolha de indicadores a serem estudados, para posteriormente retirar elações, destacam-se os seguintes: indicadores complexos podem transmitir uma mensagem difícil de entender; indicadores qualitativos que não medem o que é importante; indicadores que podem estar dependentes de um falso modelo, isto é, pressupostos que podem não estar correctos; falsificação dos resultados para coincidência com os objectivos em vista; confiança exagerada, provocando uma falsa leitura dos dados estatísticos; serem indicadores incompletos, já que não são o sistema real, são apenas números. (Meadows, 1998) Contudo, apesar dos “perigos” enunciados, é um meio simples e completo como ferramenta de trabalho, até porque o processo de selecção, dos factores e indicadores, é também um processo de aprendizagem e compreensão.

Dadas estas condições, são escolhidos alguns indicadores, que são tomados como principais, e de seguida há um aprofundamento na procura de respostas, através de outras ferramentas de análise.

No primeiro ponto, são avaliados aspectos de carácter essencialmente demográfico assim como, população residente, movimentos, migração da população e influência no crescimento demográfico por municípios.

O ponto 4.1.2., explora o indicador de empregabilidade, mais concretamente, serve para adquirir uma noção mais esclarecida e sucinta da evolução da actividade da população. Desta forma, é exposta de forma clara a alteração que a população activa, inactiva, empregada e desempregada, tem sofrido com o passar dos anos nos diferentes municípios. Este é um dos indicadores que, pode também representar um factor de atracção ou repulsão dos residentes

No ponto 4.1.3., referente à parte ambiental, é demonstrada a evolução do número e área de explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada. Este ponto, é crucial para uma melhor percepção da “utilização” actual do território com destino à actividade agrícola e não tanto como verificação existencial de um fenómeno migratório.

No último ponto, com o número 4.1.4., é feita uma pequena revisão conclusiva do teor exposto até então, neste capítulo 4.

4.1.1. POPULAÇÃO

Neste subcapítulo, dirigido ao factor demográfico mais sonante que é “População”, são consideradas em primeiro lugar, as taxas de variação dos seguintes indicadores:

- População residente em 2011;
 - o População residente entre 2001 e 2011
 - o População residente entre 2008 e 2011
- Imigrantes de outro município em 2001;
- População que não mudou de município em 2011;
- Saldo migratório interno em 2001.

Tabela 6 - Taxa de variação (%) da população residente, em 2011 (INE, 2011).

Município	2011	Município	2011
Albufeira	0,6	Oleiros	-1,8
Cascais	0,3	Gavião	-1,8
Loures	0,3	Ourique	-1,8
Odivelas	0,3	Alcoutim	-1,8
Sintra	0,3	Góis	-2
Benavente	0,3	Crato	-2,1
Arruda dos Vinhos	0,2	Sabugal	-2,2
Mafra	0,2	Penamacor	-2,2
Alcochete	0,2	Vila Velha de Ródão	-2,2
Sines	0,2	Arronches	-2,4
Faro	0,1		
Lisboa	-0,3		
Porto	-0,8		

Considerando, apenas em 2011, a variação da população residente nos diferentes municípios, pode verificar-se que Lisboa e Porto perderam, respectivamente, residentes face ao ano anterior segundo uma taxa de 0,3% e 0,8%. Neste ano o máximo e o mínimo encontrados não são matematicamente muito distantes, já que em primeiro lugar se encontra Albufeira com 0,6% e em último, Arronches a registar -2,4%. Assim, temos Lisboa na posição 73, Porto em 172 e Faro no 18º lugar, num total de 278 municípios. Enfatizando os 10 municípios em que a população residente demonstra maior crescimento de 2010 para 2011, encontra-se Albufeira, Cascais, Loures, Odivelas, Sintra, Benavente, Arruda dos Vinhos, Mafra, Alcochete e Sines (ANEXO B – 8.2.1. POPULAÇÃO RESIDENTE 2011).

No que diz respeito ao indicador “População residente”, considerar apenas a variação de 2010 a 2011 pode ser insuficiente. Desta forma, são calculadas médias com as taxas de variação de 2001 a 2011, referente aos últimos dez anos, e outra de 2008 a 2011. Em ambos os cálculos, se incluirmos as estatísticas de 2010, os resultados são um pouco diferentes e com uma aparente falta de coerência. Isto porque, precisamente no ano de 2010, o que existe são estatísticas de previsão e comparando com os dados de 2009 e 2011, há uma grande diferença nos dez municípios que mais se destacam, por exemplo.

Nas médias, excluindo o ano de previsão, dos municípios com as maiores taxas de variação, presentes no “Top 10 de 2001 a 2011 e no Top 10 de 2008 a 2011 são, Albufeira, Sesimbra, Benavente e Mafra.

No caso da inclusão do ano de 2010, o município que passa também a ter destaque, tanto na última década como nos últimos três anos das estatísticas, é Loulé. Os restantes são os enunciados no parágrafo anterior.

Ainda assim, tendo em conta os dados já analisados, a principal diferença destaca-se nas grandes cidades, como Lisboa e Porto. No ano de 2010, a previsão era de um aumento de residentes, ao contrário do que aconteceu nos anos anteriores e mesmo no ano de 2011. Isto faz com que, calculadas as médias aos dois períodos referidos, incluindo o ano de previsão, os municípios do Porto de Lisboa se distanciem dos municípios que mais população perderam, em proporção. Excluindo o ano de 2010, tanto para o período de 2001 e 2011 como de 2008 e 2011, pode-se constatar que foram de facto dos municípios que mais população perderam nos últimos anos, tendo em conta as suas taxas de variação negativas e os seus números populacionais (ANEXO B – 8.2.1.1. POPULAÇÃO RESIDENTE 2001-20011 e 8.2.1.2. POPULAÇÃO RESIDENTE 2008-2011).

Tabela 7 - Taxa de variação (%) da população residente, imigrante de outro município, em 2001 (INE, 2011).

Município	2001	Município	2001
São Brás de Alportel	180,2	Sines	-59,3
Lousã	175,3	Crato	-59,4
Alcochete	174,9	Vila Flor	-59,5
Mafra	172,2	Monforte	-61
Sesimbra	163,7	Santiago do Cacém	-61,5
Sobral de Monte Agraço	159,5	Mação	-62
Arruda dos Vinhos	140,4	Vimioso	-66,3
Santa Maria da Feira	138,6	São João da Pesqueira	-70,3
Condeixa-a-Nova	133,2	Penamacor	-70,7
São João da Madeira	128,7	Ribeira de Pena	-77,2
Faro	44,3		
Porto	-19		
Lisboa	-28,1		

De 1981 para 2001, os dez municípios que se destacam com a maior percentagem crescente de residentes que são imigrantes de outro município são, São Brás de Alportel, Lousã, Alcochete, Mafra, Sesimbra, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Santa Maria da Feira, Condeixa-a-Nova e São João da Madeira. Tendo em consideração as grandes metrópoles, tem-se, Faro em 39º lugar, Porto na posição 166 e Lisboa a ocupar posição 190. A capital, comparando com o período entre 1960 e 1981, ocupa uma posição mais elevada mas com um decréscimo maior (ANEXO B – 8.2.2. POPULAÇÃO IMIGRANTE DE OUTRO MUNICÍPIO 2001).

Tabela 8 - Taxa de variação (%) da população que não mudou de município, em 2011 (INE, 2011).

Município	2011	Município	2011
Mafra	43,9	Figueiró dos Vinhos	-16,3
Alcochete	37,8	Alijó	-16,5
Sesimbra	36,6	Idanha-a-Nova	-16,8
Albufeira	33,8	Pampilhosa da Serra	-16,8
Arruda dos Vinhos	28,4	Manteigas	-16,9
Montijo	27,4	Mértola	-17,1
Benavente	26	Mourão	-17,1
Portimão	26	Montalegre	-17,3
Lagos	24,5	Carraceda de Ansiães	-18,1
Cascais	21,7	Alcoutim	-22,5
Faro	12,2		
Lisboa	-3,9		
Porto	-10,6		

Entre 2001 e 2011, os dez municípios que mais se destacam pela população não ter mudado de município, são, do primeiro ao décimo, Mafra, Alcochete, Sesimbra, Albufeira, Arruda dos Vinhos, Montijo, Benavente, Portimão, Lagos e Cascais (ANEXO B – 8.2.3. POPULAÇÃO QUE NÃO MUDOU DE MUNICÍPIO 2001).

Tabela 9 - Taxa de variação (%) do saldo migratório interno, em 2011 (INE, 2011).

Município	2001	Município	2001
Coimbra	7678,8	Portimão	-1237,5
Caldas da Rainha	7500	Torres Vedras	-1307,9
Póvoa de Lanhoso	6100	Nelas	-1433,3
Amares	4600	Belmonte	-1487,5
Mafra	2987,3	Alenquer	-1760
Santa Maria da Feira	2521,4	Aveiro	-2133,3
Vila Nova de Famalicão	1552,6	Sobral de Monte Agraço	-2733,3
Odivelas	1438	Lourinhã	-4283,3
São Brás de Alportel	1278,6	Porto de Mós	-6800
Vila Nova da Barquinha	1158,3	Nazaré	-15400
Faro	957,1		
Porto	58,6		
Lisboa	-37,8		

Nos dados referentes ao saldo migratório interno de 2001, encontram-se nos dez primeiros lugares, Coimbra, Caldas da Rainha, Póvoa do Lanhoso, Amares, Mafra, Santa Maria da Feira, Vila Nova de Famalicão, São Brás de Alportel, Vila Nova da Barquinha e Faro. Das três grandes

idades consideradas, apenas Lisboa apresenta uma taxa de variação do saldo migratório negativa (ANEXO B – 8.2.4. SALDO MIGRATÓRIO INTERNO 2001).

Retirando algumas elações face aos dados apresentados, pode-se constatar que Lisboa e Porto, perderam população residente nos últimos anos e diminuíram os índices de imigração. A cidade do Porto, apesar de estar a perder população e imigrantes, apresentou um saldo migratório interno positivo. À partida, os valores analisados para o caso de Faro, não oferecem uma perspectiva tendenciosa. No entanto, sabe-se que apesar do crescimento da população residente, este é um crescimento que tem vindo a diminuir, já que em 2001 esse valor era de 25,9% e o último apresentado é 0,1%, uma variação quase nula.

Sublinhando os municípios de Mafra e São Brás de Alportel, que se posicionam nos primeiros lugares que mais variaram pela positiva nestes quatro indicadores, podemos ver que são próximos de Lisboa. Isto pode ser explicado, pela capital ser a cidade mais populosa do país. Isto é, se a cidade com mais população tem aumentado a perda de residentes, é possível que uma parte considerável da população de Lisboa, tenha saído para os municípios próximos que ganham população residente e mais imigrantes no mesmo período de tempo.

4.1.2. EMPREGO

As taxas de variação, dos principais indicadores considerados, para avaliar o impacto do factor “Emprego” são:

- População Activa em 2011
- População Empregada em 2011
- População Inactiva em 2001 e 2011
- População Desempregada em 2001 e 2011

É fundamental, começar por clarificar os indicadores referidos. Dos quatro indicadores referidos acima, serão explícitas as definições de “população empregada”, “população activa” e “população inactiva”, visto ser entre estes que pode residir alguma confusão epistemológica.

População empregada, engloba todo o indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efectuado trabalho de pelo

menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência. População activa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. População inactiva é o grupo de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados (INE, 2011).

Tabela 10 - Taxa de variação (%) da população activa, em 2011 (INE, 2011).

Município	2011	Município	2011
Mafra	41,8	Valpaços	-19,2
Alcochete	37,9	Vila Nova de Paiva	-19,4
Montijo	35,1	Idanha-a-Nova	-21,1
Sesimbra	32,9	Mogadouro	-23,4
Arruda dos Vinhos	29,7	Pampilhosa da Serra	-24,2
Albufeira	28,7	Manteigas	-24,4
Loulé	21,7	Alcoutim	-24,6
Benavente	21,2	Oleiros	-25
Portimão	20,8	Mourão	-25,9
Lagos	20,7	Vila Velha de Ródão	-26,2
Faro	10,4		
Lisboa	-4,1		
Porto	-15,2		

Em 2011, o município que apresentou o maior crescimento de população activa foi Mafra, seguido de Alcochete, Montijo, Sesimbra, Arruda dos Vinhos, Albufeira, Loulé, Benavente, Portimão e Lagos, nos dez que mais se destacam da lista. Faro ocupa o 24º lugar, e Lisboa e Porto a perderem 4,1% e 15,2%, respectivamente (ANEXO B – 8.2.5. POPULAÇÃO ACTIVA 2011).

Tabela 11 - Taxa de variação (%) da população empregada, em 2011 (INE, 2011).

Município	2011	Município	2011
Mafra	35	Idanha-a-Nova	-19,2
Alcochete	30,8	Alcoutim	-19,4
Montijo	28,3	Oleiros	-21,1
Sesimbra	26,9	Pinhel	-23,4
Arruda dos Vinhos	25,5	Mogadouro	-24,2

Condeixa-a-Nova	14,3	Vila Velha de Ródão	-24,4
Albufeira	13,7	Fiqueiró dos Vinhos	-24,6
Benavente	13,1	Pampilhosa da Serra	-25
Sobral de Monte Agraço	11,8	Manteigas	-25,9
Vila Nova de Cerveira	9,9	Mourão	-26,2
Faro	1,5		
Lisboa	-8,7		
Porto	-22,1		

No mesmo ano, os dados da população activa e empregada demonstram no top 10, os municípios de Maфра, Alcochete, Montijo, Sesimbra, Arruda dos Vinhos, Condeixa-a-Nova, Albufeira, Benavente, Sobral de Monte Agraço e Vila Nova de Cerveira. Faro apresenta uma taxa positiva, menor que os 50% registados no período até 2001. Lisboa continuam a perder população empregada (ANEXO B – 8.2.6. POPULAÇÃO EMPREGADA 2011).

No que diz respeito aos dados provenientes das tabelas referentes à população inactiva e população desempregada, deve ser feita uma apreciação mais dirigida para as grandes cidades, onde, quando estes índices aumentam, podem causar a procura de emprego ou de uma vida mais barata noutros lugares, aumentando a emigração. Também é pertinente, após a observação destas tabelas que apresentam a taxa de variação de 1981 para 2001 e das congéneres de 2001 a 2011, a comparação dos valores nestes intervalos de tempo.

Tabela 12 - Taxa de variação (%) da população inactiva e desempregada, nos três principais municípios, em 2001 e 2011 (INE, 2011)

População Inactiva			População Desempregada		
Município	2001	2011	Município	2001	2011
Faro	17,1	11,6	Faro	54,5	159,2
Porto	-13,1	-0,1	Porto	15,6	45,8
Lisboa	-26,8	-4,8	Lisboa	-7,5	54,3

A taxa de população inactiva de 1981 para 2001, Lisboa, Porto e Faro, ocupavam as posições, 274, 213 e 30, respectivamente num total de 278 municípios em que, o primeiro representa o que mais ganhou população inactiva e o último como o que mais perdeu. De 2001 para 2011, Faro continua a ganhar população inactiva com uma taxa de variação de 11,6%, menor, face ao período anterior, enquanto Porto e Lisboa sobem na tabela apresentando valores quase positivos.

Acompanhando esta lógica comparativa, deparamo-nos com um ambiente mais “hostil” quando se comparam os resultados no campo do desemprego, novamente em especial, nas grandes cidades. No caso de Lisboa, até 2001, apresentava uma queda no desemprego de 7,5% e nos dez anos seguintes, sofre uma subida de 54%. Relativo aos mesmos anos, Faro aumenta de uma taxa de variação de 54,5% para 159,2% e Porto sobe de 15,6% para 45,8% (ANEXO B – 8.2.7. POPULAÇÃO INACTIVA 2001; 8.2.8. POPULAÇÃO INACTIVA 2011; 8.2.9. POPULAÇÃO DESEMPREGADA 2001; 8.2.10. POPULAÇÃO DESEMPREGADA 2001).

Neste ponto, é de salientar que novamente, são municípios próximos a Lisboa os que mais se evidenciam pela positiva. Mafra, Montijo e Sesimbra, são os que mais variaram pela positiva, em proporção, em emprego e mais população activa. Neste campo, observa-se como Lisboa e Faro foram das grandes cidades, que tinham a menor taxa de variação de desemprego e que nos últimos anos mais têm crescido. A principal diferença entre as duas, é Lisboa ter tido, em 2001, uma taxa de variação negativa e em 2011 chegar aos 72,5%, no grupo etário dos 25 aos 34 anos.

Recentemente, foi publicada uma notícia intitulada “Cidades com emprego atraem”. Esta notícia, foi uma das conclusões retiradas de um estudo, do Observatório da Universidade da Beira, em que o principal objectivo era determinar os principais factores que determinam, o nível de qualidade de vida e também, o que motiva a mobilidade e fixação da população. Mais uma demonstração, de que este é um factor com um peso suficientemente relevante, no que toca à escolha dos locais de residência da população (Manso & Simões, 2012).

4.1.3. AMBIENTE, ENERGIA E TERRITÓRIO

Neste subcapítulo, com enfoque no factor “Ambiente, Energia e Território”, são consideradas as taxas de variação dos seguintes indicadores:

- Explorações Agrícolas em 2009
- Superfície Agrícola Utilizada em 2009

Primeiramente, é necessário distinguir de forma clara, a diferença entre uma exploração agrícola e uma superfície agrícola utilizada. Uma exploração agrícola, é uma unidade técnico-económica que utiliza factores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir

produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável. Uma superfície agrícola utilizada, é uma superfície da exploração que inclui terras aráveis (limpa e sobcoberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes. (INE, 2011)

Outro dado importante a destacar, é o facto do município de Lisboa e do Porto nunca serem contabilizados nestas estatísticas, o que demonstra que os centros destas cidades fazem unicamente parte do meio urbano, sem qualquer espaço que se considere dedicado às actividades típicas do meio rural, pelo menos as consideradas até há 40 anos atrás, como a agricultura.

Tabela 13 - Taxa de variação (%) total das explorações agrícolas, em 2009 (INE, 2011).

Município	2009	Município	2009
Castro Verde	18,9	Águeda	-53,5
Serpa	12,3	Leiria	-53,9
Castelo de Vide	10,5	Sintra	-54,1
Alfândega da Fé	9,9	Marinha Grande	-54,9
Viana do Alentejo	9,9	Batalha	-55,5
Pampilhosa da Serra	9,4	Amadora	-57,9
Montemor-o-Novo	6,3	Mira	-59,5
Macedo de Cavaleiros	5,3	Cascais	-64,6
Moura	4,9	Oeiras	-67,6
Arraiolos	4,5	Barreiro	-69,2
Faro	-37,2		
Lisboa	-		
Porto	-		

No total de explorações agrícolas, desde 1999 até 2009, os dez municípios que se destacam nos primeiros lugares são, Castro Verde, Serpa, Castelo de Vide, Alfândega da Fé, Viana do Alentejo, Pampilhosa da Serra, Montemor-o-Novo, Macedo dos Cavaleiros, Moura e Arraiolos (ANEXO B – 8.2.11. TOTAL EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS 2009). É importante referir que a variação de 1999 para 2009 foi inferior ao período transato, compreendido entre 1989 e 1999.

Nas explorações agrícolas com menos de 1 hectare, destacam-se, Aljustrel, enfatizando o registo de 900% contra 141% de Macedo dos Cavaleiros, seguido de Marvão, Penela, Mangualde, Mortágua, Serpa, Penacova, Elvas e Vila Pouca de Aguiar.

De 1 a 5 hectares, os primeiros dez lugares são preenchidos por, Castro Verde, Serpa, Alfândega da Fé, Moura, Viana do Alentejo, Vila Real de Santo, Pampilhosa da Serra, Fronteira, Valongo e Miranda do Douro.

De 5 a 20 hectares de exploração agrícola, Sever do Vouga, Marinha Grande, Amadora, Castelo de Paiva, São Pedro do Sul, Almada, Vila de Rei, Pampilhosa da Serra, Castro Verde e Vieira do Minho, são os municípios com a maior variação positiva.

Os dez municípios, com explorações de área de 20 a 50 hectares que mais se destacaram neste intervalo de tempo, e que mais variaram entre todas as classes de áreas, são, Trofa, Matosinhos, Cantanhede, Ovar, São Pedro do Sul, Paços de Ferreira, Castro Daire, Sardoal, São Brás de Alportel e Monchique. Nesta classe, desde 1999 há mais oito municípios que entraram nas estatísticas.

Na última categoria, de explorações com mais de 50 hectares, encontram-se nas dez primeiras posições os municípios de, Faro, São Brás de Alportel, Vila Nova de Cerveira, Guimarães, Ribeira de Pena, Viana do Castelo, Vila Nova de Famalicão, Amarante, Peso da Régua e Ílhavo. Aqui, ressalta também um aumento de municípios tidos em conta nas estatísticas, mais vinte e seis que em 1999. Em 2009, a contagem é feita com um total de 233 municípios.

Tabela 14 - Taxa de variação (%) total da superfície agrícola utilizada, em 2009 (INE, 2011).

Município	2009	Município	2009
Entroncamento	190,3	Moita	-52
Melgaço	151,1	Oleiros	-52,9
Ribeira de Pena	128,1	Setúbal	-53,3
Vila do Bispo	89,6	Batalha	-53,7
Gavião	80	Cascais	-55,6
São Brás de Alportel	64,6	Ponte da Barca	-64,5
Montalegre	60	Góis	-69,6
Odivelas	56,3	Manteigas	-74,5
Amarante	51,2	Amadora	-79,2
Alvito	47,1	Oeiras	-90,7
Faro	-18,2		
Lisboa	-		
Porto	-		

Em relação à superfície agrícola utilizada, na contagem geral, os dez municípios com maior variação positiva são, Entroncamento, Melgaço, Ribeira de Pena, Vila do Bispo, Gavião, São Brás de Alportel, Montalegre, Odivelas, Amarante e Alvito (ANEXO B – 8.2.12. TOTAL SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA 2009).

Nas estatísticas respeitantes a uma superfície com menos de 1 hectare, os municípios que mais se destacaram pela positiva foram, Marvão, Macedo de Cavaleiros, Mértola, Penela, Vila Pouca de Aguiar, Mangualde, Elvas, Serpa, Torre de Moncorvo e Mortágua.

Na categoria de 1 a 5 hectares, encontram-se nos primeiros dez da tabela os municípios de Castro Verde, Viana do Alentejo, Miranda do Douro, Fronteira, Moura, Serpa, Castanheira de Pêra, Pampilhosa da Serra, Mértola e Alfândega da Fé.

Os dez municípios que mais se destacaram, ganhando mais superfícies agrícolas utilizadas de 5 a 20 hectares, foram, Marinha Grande, Castelo de Paiva, São Pedro do Sul, Sever do Vouga, Pampilhosa da Serra, Castelo de Vide, Almada, Vieira do Minho, Castro Verde e Tábua.

Na classe que apresenta o “top” das taxas de variação do mesmo factor, mas com área compreendida entre 20 a 50 hectares, estão nas primeiras dez posições os municípios de, São Brás de Alportel, Monchique, Maia, Proença-a-Nova, Valença, Vila Nova de Famalicão, Cinfães, Viana do Castelo, Vagos e Oliveira de Azeméis. De 1999 para 2009, são contabilizados mais onze municípios na estatística.

A última classe das superfícies agrícolas utilizadas, as que se inserem numa área maior que 50 hectares, demonstra nos dez primeiros lugares, Rio Maior, Melgaço, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre, Vila do Bispo, Peso da Régua, Gavião, Boticas, Arouca e Alcanena. É de salientar que, nesta classe são contabilizados 173 municípios em 2009, mais dezassete municípios que em 1999.

Em primeiro lugar, é de salientar que, considerando o total de explorações agrícolas, sem separar por áreas respeitantes, os municípios de Lisboa e Porto continuam sem entrar nas estatísticas até 2009. Faro, de 1989 para 1999, teve uma taxa de variação negativa de 23,2% e no período seguinte, de 1999 para 2009, decresceu para uma taxa de 37%. Uma diferença a sublinhar, entre estes dois períodos, é que no primeiro existem apenas nove municípios que registam uma taxa de variação positiva enquanto que em 2009, foram registadas taxas de variação positivas em dezanove municípios. É nas explorações de 20 a 50 hectares e maiores de 50 hectares, que se nota um aumento significativo de municípios contabilizados.

Através destas referências, pode-se concluir que nos últimos anos tem havido uma maior aposta, neste caso é provável que por intermédio de algumas empresas, em iniciar novas explorações agrícolas e de áreas extensivas.

Considerando os dados referentes à superfície agrícola utilizada, é repetido o fenómeno de um maior número de municípios contabilizados, especialmente nas classes referentes às áreas de 20 a 50 hectares e maiores de 50 hectares.

Nas duas tabelas, respeitantes ao total de áreas tidas em conta, não são encontradas repetições de municípios, que se destaquem nos dez primeiros lugares das duas tabelas. Contudo, se as congéneres forem analisadas em paralelo, é possível ver que até à categoria de 20 a 50 hectares, há muitas semelhanças nos dez destacados pela positiva, especialmente nas unidades com área entre 5 a 20 hectares, onde se chega a ter sete municípios que se apresentam nas primeiras dez posições, tanto da tabela de explorações agrícolas como na de superfície agrícola utilizada.

Tendo em conta os dados apresentados e a variação total continental, conclui-se que com o passar do tempo, apesar do crescimento de alguns municípios, tanto da superfície agrícola utilizada como do número de explorações agrícolas, há cada vez menos área dedicada à actividade agrícola.

4.1.4. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO ÊXODO URBANO – CONCLUSÕES PRELIMINARES

Estudada a evolução dos indicadores que estão na origem, e verificação de um êxodo urbano, é necessário salientar o que significam os resultados e em que circunstâncias há de facto conclusões explícitas que demonstrem uma tendência no que respeita à movimentação e estabelecimento da população.

Primeiramente, é necessário explicitar e fundamentar de que forma se chega à descoberta da cidade que pode constituir a base de saída das primeiras pessoas, que optam por residir no meio rural.

Foram referidas as principais circunstâncias estatísticas, as que mais ênfase têm para os resultados pretendidos neste momento, em relação às três cidades com mais visibilidade em Portugal. Os municípios de Lisboa e Porto, estão claramente inseridos em meio urbano. Faro, também se caracteriza essencialmente por pertencer ao meio urbano, no entanto, há uma presença rural, no sentido mais linear e definido em primeiro lugar como espaço com actividades ligadas ao campo ou agricultura, que não deve ser desprezada. Por isso mesmo, Faro é o único município destas três cidades que figura nas tabelas que demonstram as estatísticas relevantes às explorações agrícolas e à superfície agrícola utilizada.

Lisboa é, dos três grandes municípios, o mais populoso e com maior densidade populacional, territorialmente maior e à partida o mais desenvolvido em Portugal, em vários aspectos. Durante os séculos XIX e XX, foi o principal destino dos emigrantes do meio rural, no decorrer de um êxodo rural massivo que provocou um abandono crescente dos campos, da vida rural e das

actividades mais ligadas à agricultura. Era na capital, que era mais necessária a mão de obra que dava resposta à revolução industrial nas suas várias vertentes, resultando num crescimento exponencial da cidade.

Neste momento, são analisados alguns indicadores de relevo importante, no que diz respeito à permanência, ou não, dos residentes de cada município, assim como outros indicadores que se podem exprimir como factores de atracção ou repulsão dos seus habitantes. Um dos mais importantes é o emprego existente e a variação que este sofre, pois em tempos, foi principalmente isso, que fez com que as pessoas saíssem do seu meio e viessem para as cidades à procura de trabalho, ou de um trabalho mais satisfatório e conseqüentemente uma vida melhor.

Sendo que Lisboa, como já foi referido, é o município com mais população residente e é o que nos últimos anos tem perdido mais residentes, acontecimento que contraria todo o passado anterior ao ano 2000, assim como a perda crescente de imigrantes e um aumento considerável de emigrantes, esta é considerada a origem deste fenómeno migratório. Há de facto uma saída crescente dos residentes da principal cidade portuguesa. Contudo, não é uma tendência que se possa afirmar, de igual modo, a uma escala nacional. Tal como o êxodo rural, teve como destino principal a cidade de Lisboa, o êxodo urbano caracteriza-se por uma origem relativamente destacável, sendo a mesma e não por mero acaso como já foi explicitado anteriormente. É necessário não esquecer, que este êxodo urbano se pode demonstrar, mais precisamente, como um processo de gentrificação rural e isso também é uma especificidade deste fenómeno que deve ser sempre referenciada pois, é o que mais diferencia o êxodo rural e o êxodo urbano.

Como resumo, para uma análise sucinta, completa e esclarecedora para encontrar o caso de estudo, foi realizada uma tabela com a lista dos municípios, presentes no “Top 10” dos indicadores que são vistos como positivos para um município que possa ser identificado como destino actual, para os novos residentes. Desta forma, são seleccionados os indicadores de, população residente, imigrantes de outro município, população que não mudou de município, saldo migratório interno, população empregada, população activa, superfície agrícola utilizada e explorações agrícolas. Os dois últimos indicadores, não são contabilizados na classificação, resumida a seguir, como resultado da importância que possuem neste estudo.

Nesta tabela, dividida em duas páginas (ANEXO B – 8.2.13. TOP – MUNICÍPIO DESTINO DE IMIGRAÇÃO), estão indicadas: a posição de cada município, nas tabelas organizadas anteriormente, e a pontuação obtida pelo lugar atingido, sendo que o 1º lugar equivale a 10 pontos, de seguida a pontuação é feita por ordem decrescente até ao 10º lugar que corresponde a 1 ponto. Em termos qualitativos e pressupostos, o factor “População”, é o que tem maior peso para esta etapa do estudo, é através disso que sabemos rapidamente, quais foram os principais municípios, cidades, que perderam mais residentes, que perderam mais residentes por migração e quais os que têm recebido mais novos residentes, assim como novos residentes de outro município. A soma total dos pontos obtidos, por município, dita qual é o caso de estudo que deve

ser analisado com maior precisão, a fim de concluir quais os principais factores que levaram a população a escolher esse local em específico e se são de facto, residentes anteriores na cidade que tem dado origem a esta tendência de migração.

Em relação aos primeiros quatro indicadores analisados, relativos ao factor denominado “População”, há uma demonstração razoavelmente evidente de alguns resultados apresentados. O município de Mafra, é o único município presente entre os dez primeiros que mais se destacam nos quatro, dos últimos anos analisados, utilizados para este factor, foi o 8º na maior variação positiva de população residente, 4º na maior variação positiva de residentes que são imigrantes de outro município, 1º com a maior taxa de variação de residentes que não mudaram de município e apresentando a 5ª maior taxa de variação de saldo migratório interno.

Nos indicadores de população empregada e activa, Mafra foi o município que registou, em 2011, as maiores taxas de variação e figura na primeira posição destas duas tabelas.

Se tivermos em conta as posições, obtidas pelos municípios, nos indicadores respeitantes às explorações agrícolas e superfície agrícola, mesmo analisando as tabelas de cada área, não afecta o total final da contagem efectuada. A própria desarticulação, entre os resultados nestes indicadores e os que são relativos à “População” e “Emprego”, é demonstrativa da população que hoje em dia se move para o rural, segundo um conceito de gentrificação rural e nas últimas apostas identificadas neste meio por novos intervenientes. Há toda uma nova dinâmica e diversidade explorada no meio rural, o que também explica a diferença entre o rural actual e o rural que outrora se definia, quase por completo, pelas áreas que se destinavam à actividade agrícola. Sendo assim, Mafra é identificado como o principal destino dos novos habitantes do rural, um município que se pode inserir num meio considerado rural-urbano (Baptista, 2006).

Encontrado o caso de estudo, ficam por apurar algumas questões que são da maior importância para os objectivos apontados a esta dissertação. Para isso, segue-se uma aproximação ao mesmo, com o objectivo de aprofundar a temática abordada e retirar mais conclusões que até este ponto, podem ser apenas suspeitas com alguma base de sustentação.

5. INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

Os casos de estudo encontrados, por meio de filtragem estatística, foram os municípios de Lisboa e Mafra. O primeiro, interpretado como origem do fenómeno migratório estudado, o êxodo urbano, mais concretamente, a gentrificação rural. O município de Mafra como um dos principais destinos, para quem decidiu sair do município anterior, para residir num local ainda considerado como pertencente ao meio rural. Existem ainda uma série de questões, em relação a este tipo de movimentações, que devem ser respondidas e é no presente capítulo, que o município de Mafra é usado como exemplo para facilitar a obtenção de respostas.

No primeiro ponto seguinte, é descrita a metodologia usada para a obtenção de respostas dos inquéritos e a forma como são estatisticamente avaliados, é demonstrada em 5.2..

No ponto 5.3., são apresentados os principais resultados dos inquéritos realizados aos residentes de Lisboa.

No capítulo numerado 5.4., ficaremos a saber quais são as principais razões que atraíram os novos residentes a estabelecerem-se no município de Mafra, assim como os factores que as fizeram repulsar do local de residência anterior e as percepções locais face a este fenómeno migratório.

No ponto 5.5., é elaborada uma proposta de desenvolvimento rural para o caso de estudo, com a devida sustentação teórica, enquadramento e justificação, que faz a ligação entre o estudo sociológico à arquitectura paisagista.

A análise SWOT, à proposta de desenvolvimento rural, é exposta por último neste subcapítulo.

5.1. METODOLOGIA DO QUESTIONÁRIO

Para a realização de um inquérito por questionário, em que muitas vezes não nos encontramos pessoalmente com o inquirido, devem ser cumpridos alguns critérios para satisfazer os níveis mínimos de credibilidade num estudo estatístico (HILL, 2000).

Sucintamente, enfatizando os mais importantes, são explicitados alguns dos passos que foram tomados para a realização destes questionários.

Em primeiro lugar, foram concebidas as perguntas com intenção de conhecer minimamente os inquiridos e confirmar a fiabilidade das respostas, assim como o objectivo de obter as respostas que pudessem levar a conclusões no âmbito do estudo, mais concretamente, cumprir um dos objectivos delineados no início deste projecto. Na sequência dos objectivos pretendidos, são elaboradas as respostas possíveis no questionário que se apresenta de resposta fechada.

Após esta primeira fase, é cumprido o pré-teste, onde se formaliza a concepção do inquérito, isto é, se ele está elaborado de modo a ser respondido pelo público alvo no âmbito dos objectivos traçados. Por vezes, é necessário o uso de texto auxiliar à pergunta pois, a clareza deve primar para que não haja dúvidas da parte do inquirido e, assim todas as respostas serão preenchidas com sucesso. O pré-teste pode ser realizado várias vezes, por intermédio de várias colaborações, até ao momento em que não restem redundâncias e ambiguidades no questionário (Pegado, 2012).

Depois de efectuado o pré-teste e após chegar ao *layout* final, o questionário foi distribuído por meio de duas principais formas, designadamente, pela internet e pessoalmente através do contacto directo com os inquiridos. É de salientar que, estas foram as duas formas escolhidas para a obtenção de respostas, justificadas pela oportunidade que representam.

Um dos objectivos, no caso do município de Lisboa, era obter o máximo de respostas, do modo mais aleatório possível, para que o culminar desta etapa tivesse uma amostra significativa para o teste estatístico utilizado na sua avaliação. Neste caso, o uso da internet demonstrou-se significativamente poderoso para que a sua propagação se desse rapidamente e abrangendo uma vasta amostra, na medida do possível e nos limites do município, no que toca a características demográficas, sociais e culturais.

No caso do município de Mafra, o objectivo era encontrar um número razoavelmente significativo de residentes actuais que tivessem migrado de Lisboa para Mafra nos últimos anos. Neste caso, o uso da internet demonstrou-se muito limitado e, só presencialmente foi possível ir ao encontro desse público-alvo.

5.2. METODOLOGIA DA ANÁLISE AOS QUESTIONÁRIOS

Após a realização dos questionários por inquérito, era pretendida uma análise estatística, simples e eficiente, que permitisse obter alguns resultados decorrentes da amostra recolhida.

A forma encontrada, mais indicada, para alcançar resultados claros acerca desta etapa, foi o uso do Teste Qui-Quadrado.

Resumidamente, o coeficiente X^2 ou qui-quadrado é um valor da dispersão para duas variáveis de escala nominal. Através deste coeficiente, podemos saber em que medida é que os valores observados se desviam do valor esperado e assim, descobrir se há uma relação significativa entre as duas variáveis. Quanto maior for este valor, maior é a significância entre as variáveis analisadas.

A fórmula do qui-quadrado, é:

$$X^2 = \sum_n \frac{(fo - fe)^2}{fe}$$

O qui-quadrado (X^2) é o somatório (Σ), do quadrado do valor observado (fo) menos o valor esperado (fe), sobre o valor esperado (fe) (Miguens, 2008).

O nível de confiança (λ) é, $\lambda = 1 - \alpha$, em que α representa o nível de significância. Por consequência, nesta análise foi considerada um nível de significância de 5% e portanto, um nível de confiança de 95%. Assim, pela tabela de distribuição do qui-quadrado (8.3.2. TABELA – DISTRIBUIÇÃO DO QUI-QUADRADO), podemos conferir o nível de significância estatística consoante os graus de liberdade (n , na tabela) que são calculados da seguinte maneira:

$$n = GL = (n^\circ \text{ de linhas} - 1) \cdot (n^\circ \text{ de colunas} - 1)$$

Este valor, tal como o nível de significância estatística, varia consoante as perguntas analisadas.

5.3. LISBOA

As principais perguntas que foram incorporadas neste questionário (ANEXO C – 8.3.1. Inquérito por questionário realizado aos residentes de Lisboa), realizado para os residentes do município de Lisboa, para atingir os objectivos apontados a esta dissertação, são:

- Qual a intenção actual de migrar do meio urbano para o meio rural?;
- Quais as principais razões que levam a população a querer sair do meio urbano?;
- Quais as principais razões que levam a população a querer residir no meio rural?

Paralelamente, são efectuadas perguntas para conhecer o inquirido e desta forma, tentar relacionar a sua intenção migratória e as suas razões, com algumas características do seu perfil.

Em termos gerais, as principais relações que se pretendia testar eram, entre “a intenção actual de migrar” e a “idade” do inquirido”, tal como “a intenção actual de sair” e a “condição profissional”.

Primeiramente, são resumidas as respostas ao questionário através dos seus resultados directos.

As primeiras cinco questões destinavam-se a conhecer o inquirido, designadamente, o sexo, a faixa etária em que se insere, o nível de escolaridade, a condição profissional e o tipo de profissão desempenhada. Os dados quantitativos e a sua percentagem, de acordo com a amostra recolhida, são sucintamente apresentados nas cinco tabelas que se seguem.

Embora com maior presença, em termos estatísticos, o sexo feminino e masculino estão representados com uma pequena diferença.

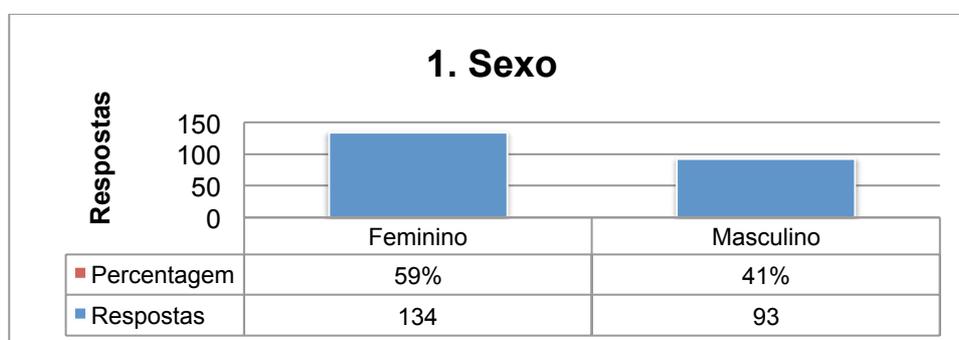


Figura 4 – Sexo dos inquiridos (n=227)

A maioria dos inquiridos, foi respondida pelos residentes com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos. Embora com menor significância, as outras faixas etárias também estão representadas em quantidade aceitável, superando cada uma os 10%. Deve ser feita uma ressalva quanto à categoria dos inquiridos com mais de 65 anos, que só representam 3% das respostas, o que em termos de análise pode ser considerado praticamente insignificante.

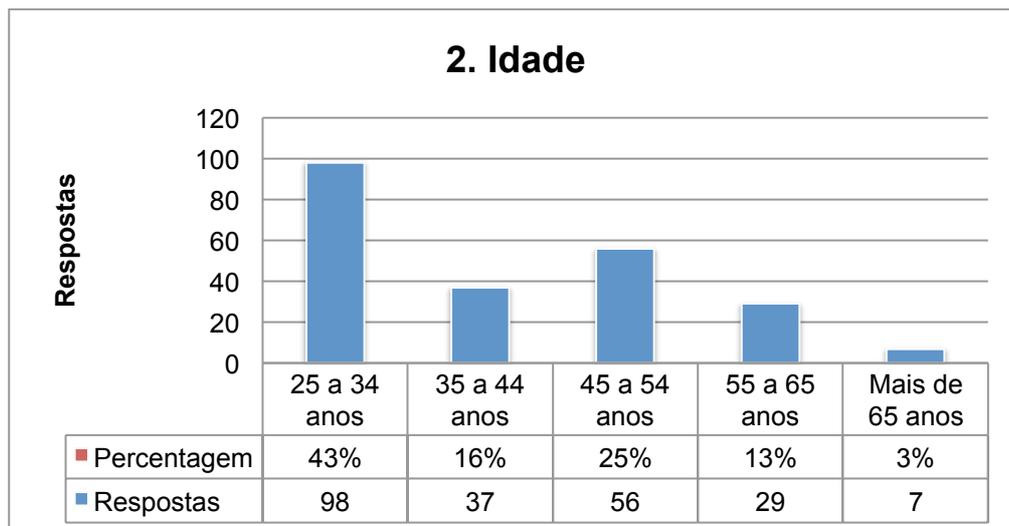


Figura 5 – Idade dos inquiridos (n=227)

A maioria dos inquiridos, possuem um nível de escolaridade equivalente ao ensino superior. Neste caso, sucede o mesmo que na pergunta antes, desta vez em relação aos inquiridos com o 9º ano de escolaridade ou outro nível.

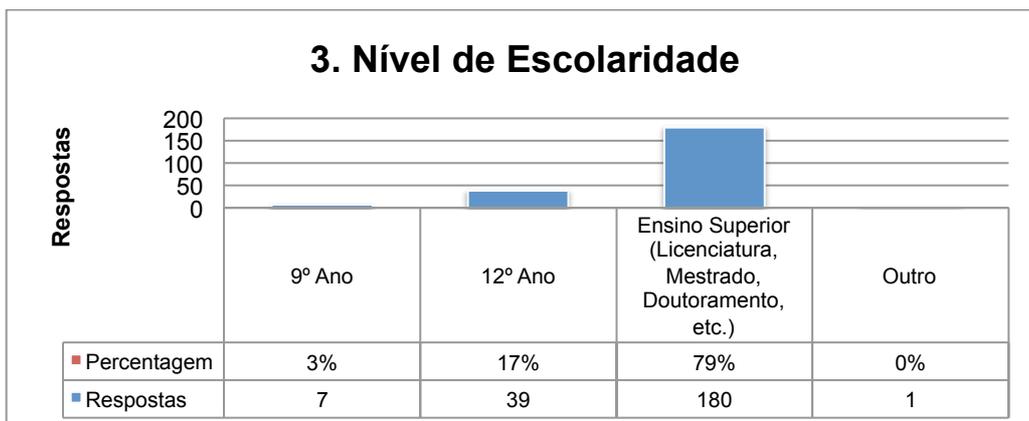


Figura 6 – Nível de escolaridade dos inquiridos (n=227)

Dos questionados, 67% estão empregados, sendo a resposta mais frequente a esta pergunta. No campo outro, respondido na maioria como emprego por conta própria ou *freelancer*, pode-se considerar como estando empregado e como consequência, a percentagem de empregados ascende aos 72%.

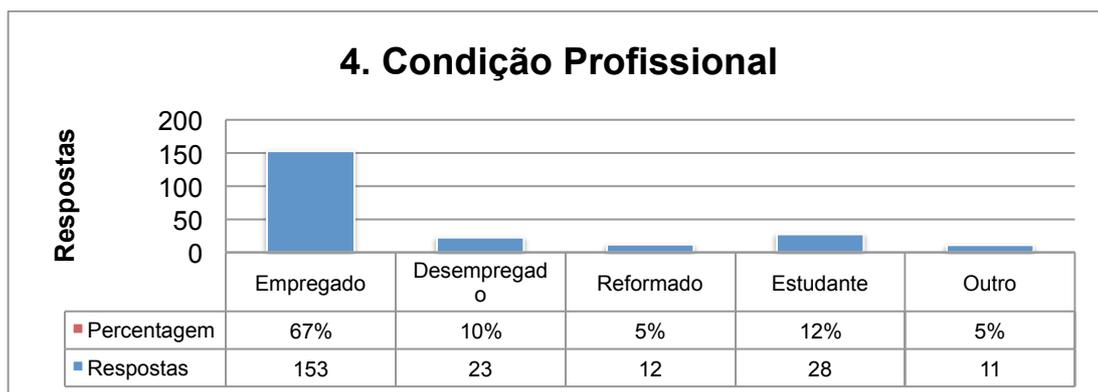


Figura 7 – Condição profissional dos inquiridos (n=227)

Das duzentas respostas obtidas, podemos ver que o campo profissional dos inquiridos é como um resultado do nível de escolaridade atingido, sendo que a maior parte pertence às três primeiras categorias profissionais apresentadas no quadro da Figura 8.

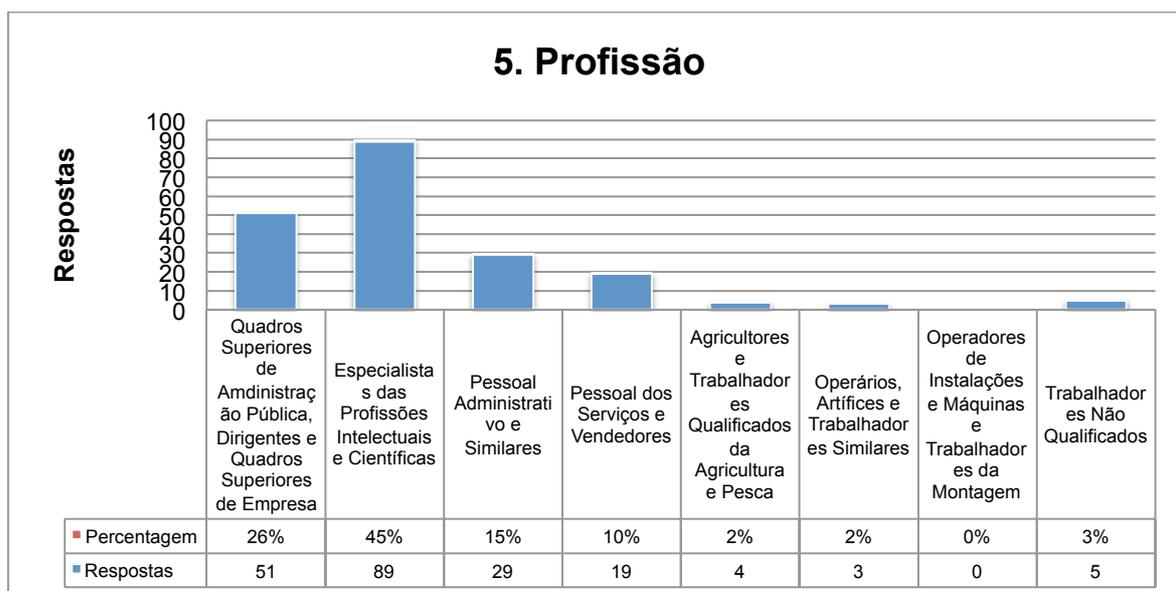


Figura 8 – Campo profissional dos inquiridos (n=200)

As respostas seguintes, são os resultados das perguntas que eram direccionadas especificamente para o tema desta dissertação.

Na intenção de viver fora da cidade, destaca-se o facto de 59% dos inquiridos, ter uma ideia clara de onde prefere viver. Apenas 3% nunca pensaram na hipótese de viver fora da cidade.

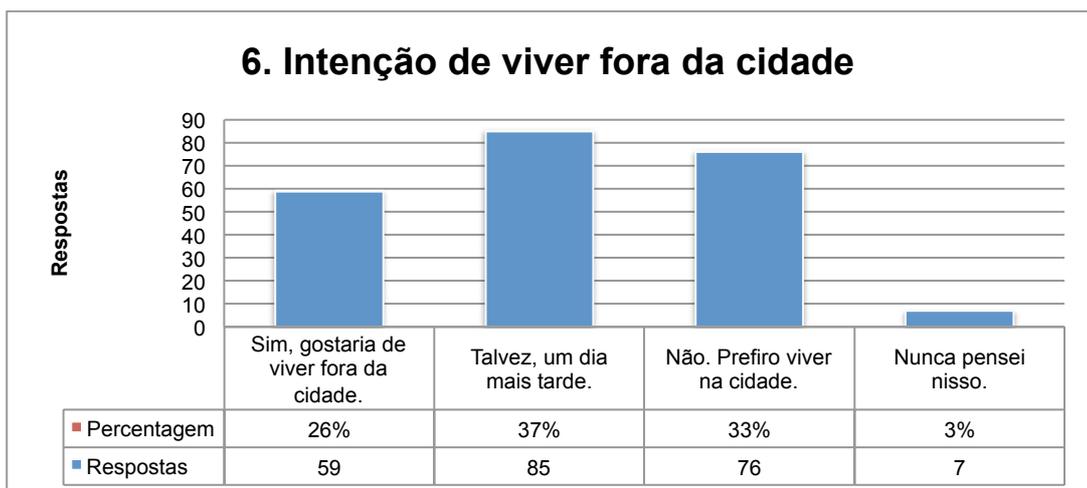


Figura 9 – Intenção de viver fora da cidade, dos inquiridos (n=227)

Nesta pergunta, cada inquirido deveria escolher as três razões que o podiam levar a sair da cidade. Apesar da distribuição aparentemente homogénea das razões escolhidas, podemos identificar as principais respondidas que foram, a poluição em geral, o estilo de vida na cidade e o custo de vida elevado.

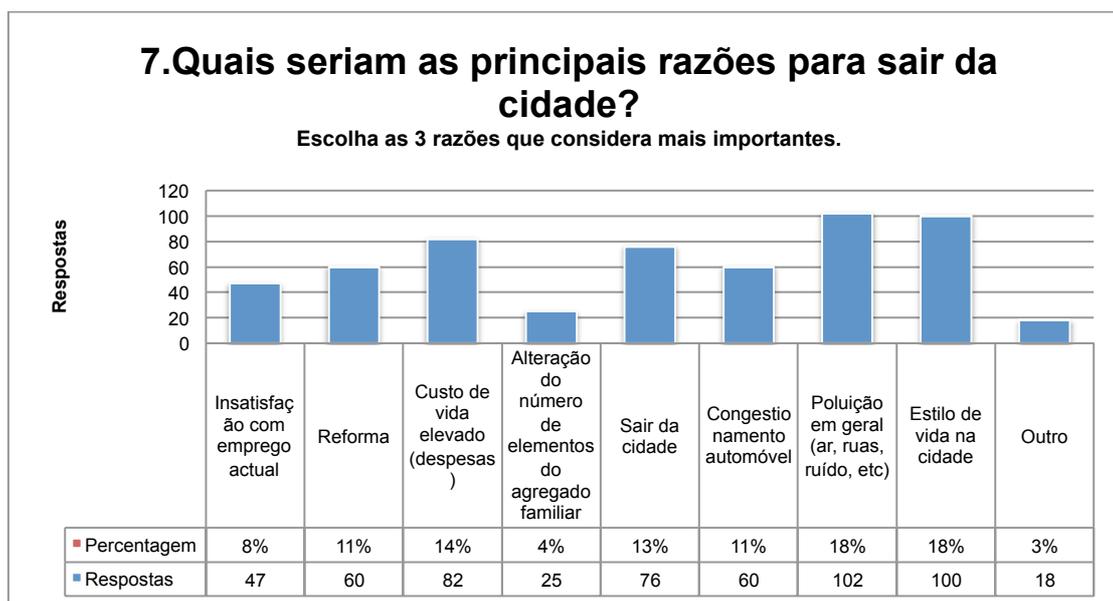


Figura 10 – Principais razões para sair da cidade, dos inquiridos (n=227)

Tal como na pergunta anterior, a intenção era que os inquiridos escolhessem as três principais razões que os faria atrair a viver no meio rural. Nesta questão, há um destaque maior na mais opção mais respondida, a proximidade com a natureza foi a principal razão eleita para viver no meio rural.

8. Quais seriam as principais razões para viver no meio rural/campo/fora da cidade?

Escolha as 3 razões que considera mais importantes.

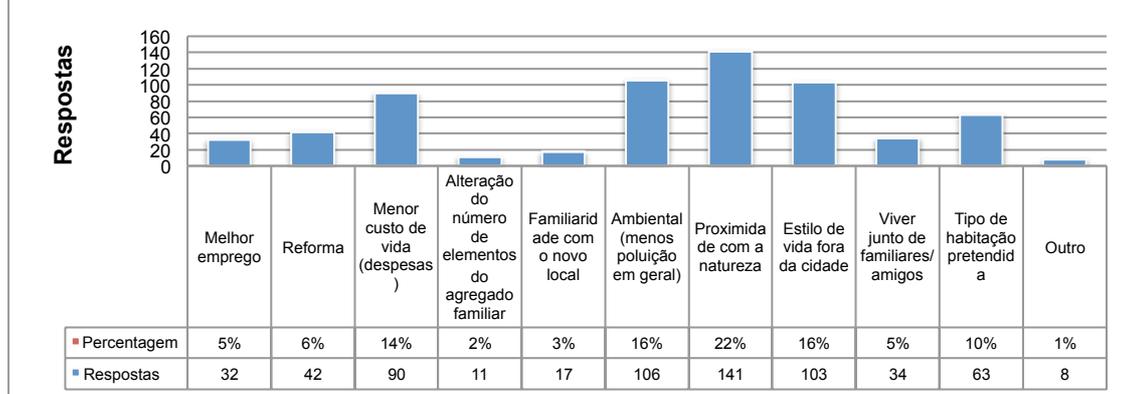


Figura 11 – Principais razões para viver no meio rural, dos inquiridos (n=227)

5.3.1. TESTE QUI-QUADRADO

Além das respostas directas que o questionário oferece, é possível testar a relação das suas variáveis. Para tal, é calculado o coeficiente qui-quadrado enunciado no início do capítulo.

A principal questão a relacionar com as outras variáveis é, a “Intenção de viver fora da cidade”. De acordo com o teste enunciado, é analisada a relação das respostas a este ponto do questionário com o sexo, a idade e a condição profissional dos inquiridos.

Tabela 15 - Relação entre o sexo e a intenção de sair da cidade. Valor observado, (Valor esperado).

Variável	Não. Prefiro viver na cidade.	Nunca pensei nisso.	Sim, gostaria de viver fora da cidade.	Talvez, um dia mais tarde.	TOTAL
Feminino	46 (45)	4 (4)	32 (34)	51 (50)	134
Masculino	30 (31)	3 (3)	27 (25)	34 (35)	93
TOTAL	76	7	59	85	227

Nível de significância estatística	7,815
Qui-Quadrado	0,4669

Pelos valores apresentados, obtemos um coeficiente de 0,4669. Sendo que o nível de significância estatística para esta relação, era de 7,815, o valor do coeficiente é bastante inferior e muito aproximado a zero, daí os valores observados serem praticamente iguais aos valores esperados. Assim, conclui-se que não há qualquer relação entre o sexo dos inquiridos e a sua querença em sair da cidade.

Tabela 16 – Relação entre a idade e a intenção de sair da cidade. Valor observado, (Valor esperado).

Variável	Não. Prefiro viver na cidade.	Nunca pensei nisso.	Sim, gostaria de viver fora da cidade.	Talvez, um dia mais tarde.	TOTAL
25 a 34 anos	34 (33)	2 (3)	21 (25)	41 (37)	98
35 a 44 anos	10 (12)	2 (1)	7 (10)	18 (14)	37
45 a 54 anos	16 (18)	2 (2)	17 (14)	21 (21)	55
Mais de 55 anos	16 (12)	1 (1)	14 (9)	5 (13)	36
TOTAL	76	7	59	85	227
Nível de significância estatística	16,929				
Qui-Quadrado	14,57093579				

Devido à fraca resposta dos inquiridos com mais de 65 anos, para esta análise eles foram incluídos na categoria dos “Mais de 55 anos”. Neste caso, o coeficiente calculado aproxima-se bastante do nível de significância. Em alguns casos o coeficiente individual do cruzamento das duas variáveis, isto é, uma das idades com uma das intenções de sair ou não da cidade, é superior a 1. Quando essa circunstância se dá, quer dizer que nesse campo a diferença entre o valor esperado e o valor observado foi significativa e portanto, há uma relação entre a linha e a coluna do tabela apresentada. A maior variação de valores, foi encontrada para as respostas dos inquiridos com mais de 55 anos.

Tabela 17 - Relação entre o nível de escolaridade e a intenção de sair da cidade. Valor observado, (Valor esperado).

Variável	Não. Prefiro viver na cidade.	Nunca pensei nisso.	Sim, gostaria de viver fora da cidade.	Talvez, um dia mais tarde.	TOTAL
12º Ano	13 (13)	5 (1)	13 (10)	9 (9)	40
9º Ano	2 (2)		3 (2)	2 (2)	7
Ensino Superior (Licenciatura, Mestrado, Doutorado, etc.)	61 (61)	2 (6)	43 (47)	74 (68)	179
TOTAL	76	7	59	85	227
Nível de significância estatística	12,592				
Qui-Quadrado	18,96273041				

Segundo a tabela 17, apresentada acima, podemos constatar que em alguns casos, o nível de ensino dos inquiridos pode estar relacionado com a intenção de sair da cidade. O coeficiente total do qui-quadrado, para a relação entre estas respostas, é razoavelmente superior ao nível de significância estatística verificado neste caso.

Tabela 18 - Relação entre a condição profissional e a intenção de sair da cidade. Valor observado, (Valor esperado)

Variável	Não. Prefiro viver na cidade.	Nunca pensei nisso.	Sim, gostaria de viver fora da cidade.	Talvez, um dia mais tarde.	TOTAL
Desempregado	4 (8)	1 (1)	10 (6)	8 (8)	23
Empregado	49 (54)	6 (5)	39 (41)	67 (61)	161
Estudante	14 (9)	0(1)	5 (7)	9 (11)	28
Reformado	10 (5)	0	4 (4)	0(5)	14
TOTAL	76	7	58	85	226
Nível de significância estatística	16,919				
Qui-Quadrado	22,003280				

Consoante a opção descrita na resposta “Outro”, os inquiridos foram incluídos na categoria dos empregados ou dos reformados. Na variância encontrada entre a condição profissional e a

intenção de sair da cidade, os valores tornam-se relevantes. O valor total, do coeficiente calculado é bastante superior ao nível de significância adoptado. Pode-se constatar que, os inquiridos que se encontram desempregados superaram a expectativa estatística e quase metade afirmou que gostaria de viver fora da cidade. Os reformados e os estudantes, também ultrapassaram os valores esperados preferindo viver na cidade.

5.4. MAFRA

As principais perguntas que foram incorporadas neste questionário (ANEXO D – 8.4.1. Inquérito por questionário realizado aos residentes de Mafra), realizado para os residentes do município de Mafra, para atingir os objectivos apontados a esta dissertação, são:

- Quais as principais razões que levaram a população a querer sair do meio urbano?;
- Quais as principais razões que levaram a população a querer residir no meio rural?

Paralelamente, são efectuadas perguntas para conhecer o inquirido e desta forma, tentar relacionar a sua intenção migratória e as suas razões, com algumas características do seu perfil.

Neste caso específico, a primeira meta traçada era encontrar a contemporaneidade deste fenómeno migratório, que até este passo se apresentava como uma suposição baseada em dados estatísticos mas sem ligação entre o município – origem e um dos possíveis municípios – destino. O município de Mafra demonstrou-se, estatisticamente, aquele com maior probabilidade de confirmar essa hipótese. A realidade do movimento tendencioso da população, seria descortinada no caso de encontrar uma amostra significativa de residentes mafrenses que tivessem sido residentes anteriores no município de Lisboa.

A ajuda do Presidente da Junta de Freguesia de Mafra, José António Pereira, demonstrou-se preciosa por afirmar que, “Mafra, entre os municípios portugueses, teve um dos maiores crescimentos de população residente na última década, se não o maior” e ainda que “em grande parte, essa população veio de Lisboa sobretudo em busca de uma melhor qualidade de vida”. A decisão deste contacto directo, resultou da ausência de dados estatísticos, que comprovassem factualmente esta ligação entre Mafra e Lisboa. Nestes casos, com base em Carmo e Ferreira (1998), a entrevista a um informador-chave, pode ser uma ferramenta poderosa e economizadora de tempo para o desenvolver da pesquisa.

Em linhas gerais, as principais perguntas com respostas a destacar eram, a “idade”, a “condição profissional” e as “principais razões que as levaram a querer viver no meio rural”. Também a destacar, é a possível relação da idade e nível de ensino com o facto dos residentes já terem vivido em Lisboa.

A pesquisa por inquiridos que já tivessem residido em Lisboa não foi totalmente aleatória, isto porque a procura se centrava em residentes com idade igual ou superior a 25 anos e de preferência, famílias com um filho. Estes parâmetros foram decididos com base no fundamento teórico até aqui pesquisado. Das 110 pessoas residentes em Maфра a quem foi apresentado o questionário, 57% já tinham residido em Lisboa. Ainda assim, as pessoas que afirmaram ter vivido em Lisboa podem não precisar os limites administrativos da fronteira territorial que define este município.

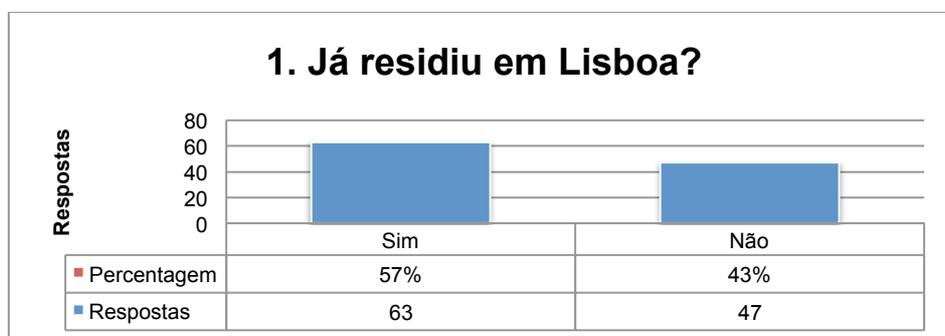


Figura 12 – Residência anterior dos inquiridos (n=110)

Depois, era importante saber qual a composição etária, nível de ensino, condição profissional e profissão, deste grupo de 63 pessoas que já viveram em Lisboa e que preferiram mudar-se para o meio rural.

Através da Figura 13, podemos conferir que, quase na totalidade, os ex-residentes em Lisboa têm idade compreendida entre os 45 e os 65 anos, resultando em 95% do total.

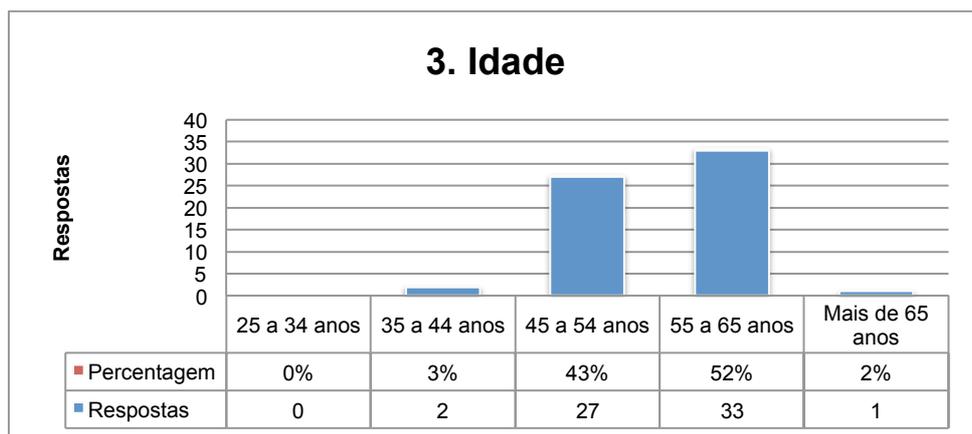


Figura 13 – Idade dos inquiridos ex-residentes em Lisboa (n=63)

Das 63 respostas consideradas, 89% dos inquiridos possuem habilitação escolar ao nível do ensino superior. As outras opções quase não têm representação nas respostas com excepção de 6 pessoas que têm o 12º ano e que ainda significam 10% do total.

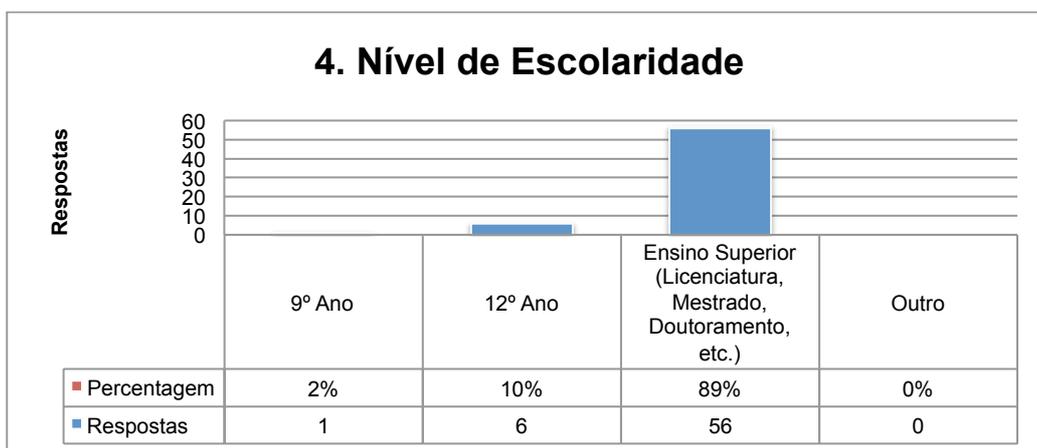


Figura 14 – Nível de escolaridade dos inquiridos ex-residentes em Lisboa (n=63)

No que diz respeito à condição profissional dos ex-residentes de Lisboa, 89% dos inquiridos estão empregados. É a resposta, de longe, com maior destaque.

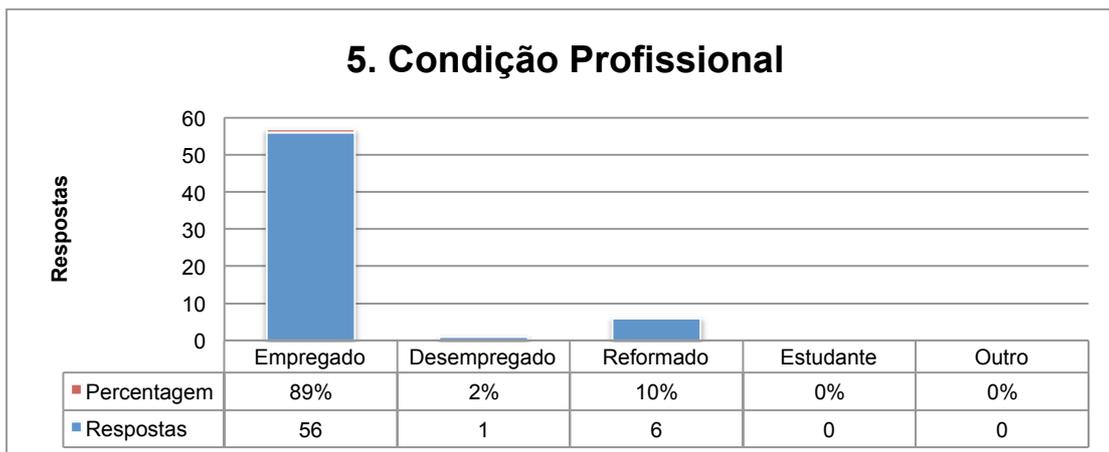


Figura 15 – Condição profissional dos inquiridos ex-residentes em Lisboa (n=63)

Na figura seguinte, pode-se constatar que a constituição a nível profissional, dos inquiridos em Maфра que já residiram em Lisboa, não é muito diferente dos residentes actuais de Lisboa que foram também questionados no âmbito deste trabalho. Os lisboetas demonstraram-se em maior proporção na categoria dos “Quadros Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa” e em menor percentagem no campo profissional do “Pessoal Administrativo e Similares”. No entanto, as semelhanças são claras nos resultados dos dois inquiridos.

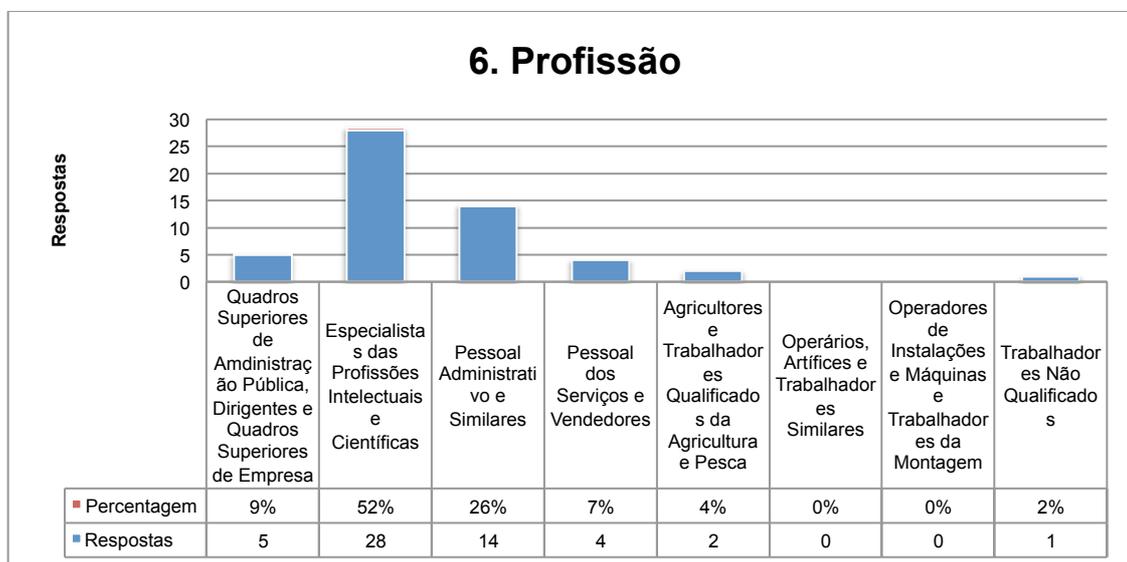


Figura 16 – Profissão dos inquiridos ex-residentes em Lisboa (n=63)

Na Figura 17, correspondente aos resultados obtidos da sétima pergunta, observa-se que os principais factores que levaram esta nova população rural a sair da cidade foram, o custo de vida

elevado e o estilo de vida na cidade, com 27% e 24% de representação respectivamente, seguidos da resposta respeitante à poluição que estes migradores podiam sentir em Lisboa. Estes resultados coincidem de certa forma com os que foram obtidos no inquérito apresentado aos residentes de Lisboa, em que as três respostas mais frequentes foram as mesmas, com o destaque para uma maior evidência nesta população que agora vive em Maфра.

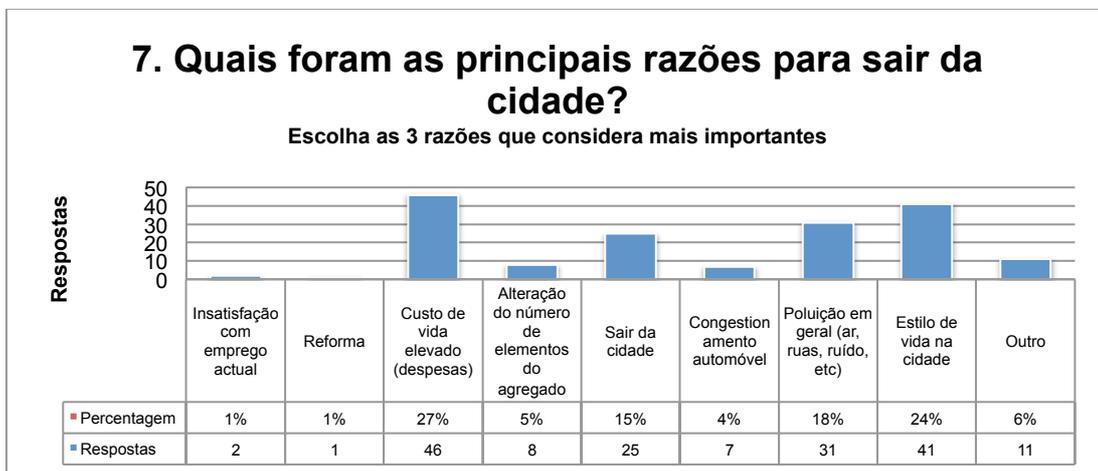


Figura 17 – Principais razões para sair da cidade, dos inquiridos (n=63)

Na última questão do inquérito apresentado aos novos residentes de Maфра, são várias as coincidências entre as razões que foram de facto, as principais que levaram as pessoas a preferir viver no rural, e as razões que foram consideradas como principais pelos actuais residentes em Lisboa. Nesta situação, apesar das coincidências, há que realçar que a razão mais escolhida, como uma das principais para viver no meio rural, foi o menor custo de vida com 24% das respostas, enquanto que os resultados dos lisboetas demonstraram que essa razão representava 14%. De resto, as opções seguintes a esta primeira com maior distinção, foram a proximidade com a natureza e o estilo de vida fora da cidade. O tipo de habitação pretendida e o factor ambiental também têm uma presença significativa nas respostas.

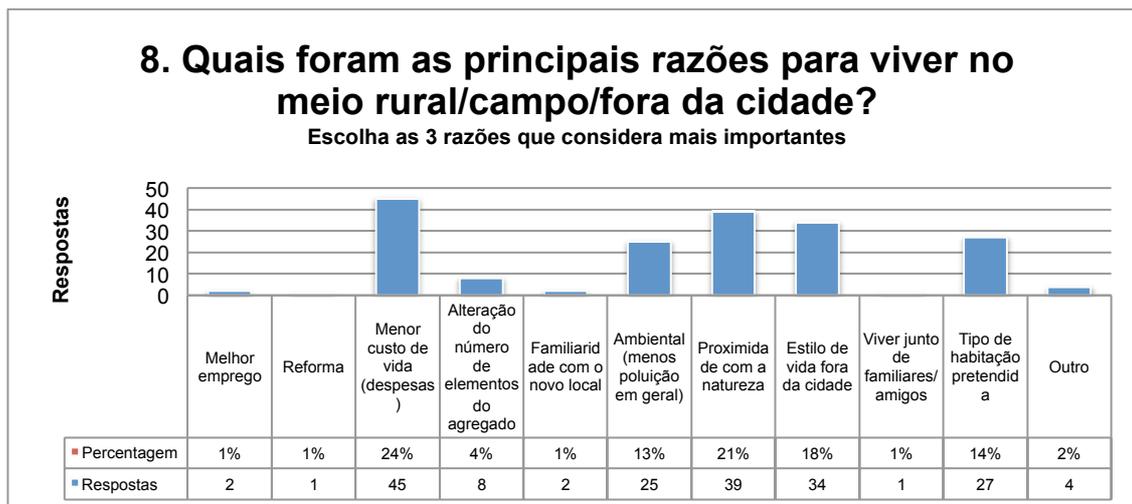


Figura 18 – Principais razões para viver no meio rural, dos inquiridos (n=63)

5.5. PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Apresenta-se, no primeiro ponto deste subcapítulo, uma aproximação a um regulamento de boas práticas a serem usadas no ordenamento do território nacional, com vista ao desenvolvimento rural e a um melhor aproveitamento do território em geral. A viabilidade e realidade possível de implementação destas práticas derivam do estudo até aqui desenvolvido, tendo em conta o interesse da população em habitar diferentes espaços do território, de acordo com as suas exigências quanto ao local de residência.

O ponto 5.5.2., é utilizado para a elaboração de uma Análise SWOT. Esta análise revela-se uma pré-conclusão da importância de um estudo de cariz sociológico, na participação de algumas medidas que podem ser tomadas nos planos de ordenamento do território nas suas diferentes escalas.

5.5.1. REGULAMENTO

Actualmente, é muito importante estabelecer linhas guias nos planos de ordenamento do território que permitam uma melhor distribuição da população pelo território nacional. As ferramentas usadas pela União Europeia e, conseqüentemente, por Portugal na atracção das pessoas para viver e trabalhar no meio rural não são suficientes. Apesar do crescimento do uso de

financiamentos gerados por tais políticas, a maior parte da população pode continuar a pensar que mudar para o meio rural, ou ali permanecer, é sinónimo de “deserto” em vários aspectos. Contudo, há também um número bastante significativo de indivíduos que gostariam de viver no espaço rural, principalmente pela qualidade de vida que este pode oferecer.

Tal como foi referido durante a revisão literária resumida no Capítulo 2., autores como Ilídio de Araújo, distinguem algumas medidas concretas para um melhor aproveitamento do território, designadamente do rural. Também no projecto “Rural Matters”, são indicadas algumas características deste espaço e das quais é possível aferir que este, não é de todo um espaço limitado.

Em primeiro lugar, os planeadores envolvidos devem possuir obrigatoriamente largos e profundos conhecimentos das disciplinas comprometidas, com alto relevo para a consciência científica e técnica mas sem nunca menosprezar a criatividade artística, evitando políticas marcadas por uma tecnocracia exagerada. Estes profissionais, devem trabalhar também em paralelo e em especial, com as diversas ciências sociais e humanas porque, em última instância, o ordenamento do território é realizado por pessoas e para pessoas, de forma a tentar maximizar uma ocupação e utilização sustentável da paisagem, respeitando todos os seus recursos, incluindo obviamente os recursos humanos existentes.

Os últimos modelos usados no campo do planeamento, deram prioridade ao desenvolvimento industrial e capital, salvaguardando os principais interesses nas grandes cidades e desprezando o meio rural. Uma das acções fundamentais, é o controlo da distribuição demográfica através de políticas variadas (Araújo, 1986). Até aos dias de hoje, não se observa um grande sucesso nesta gestão e por isso, continuamos a depararmo-nos com um rural distante e deficientemente ocupado.

Resumidamente, com o fundamento recebido ao longo deste estudo de carácter sociológico, as acções a tomar, para a prevenção da contínua degradação e esquecimento do meio rural, são as propostas a seguir:

- Definição avançada e actualizada das dinâmicas e interesses da população;
- Fomento de empregos, através da promoção de políticas nacionais e regionais que agradem à população e acompanhem as suas dinâmicas migratórias, fortalecendo os seus pontos fortes do ponto de vista do ordenamento do território;
- Promoção de eventos culturais e tradicionais no meio rural, através das empresas fortemente sediadas nas maiores cidades;
- Aumento da diversificação social e económica do espaço rural, através do retorno de algumas actividades tradicionais que se servem do seu solo, mantendo a sua identidade e produção, enquanto articuladas com a realidade actual;

- Potencialização de dinâmicas socioeconómicas interdependentes entre o meio rural e o meio urbano, assegurando a sustentabilidade e identidade de ambos os espaços;
- Estudo minucioso das capacidades, em especial as potencialidades e limites de todo o território nacional, tanto para o meio rural como para o meio urbano. Neste caso, deve haver também uma preocupação maior pelo espaço usado e por quem o usa, prevalecendo a compreensão total de toda a sua biocenose;
- Compreensão dos limites de satisfação e necessidade da população residente e da população migratória, definindo de forma precisa o solo urbanizável e legislando a consequente penalização da dispersão habitacional ilegal que despreza muitas vezes, a proximidade da população com a natureza e a harmonia que deve existir entre a vertente cultural e natural da paisagem;
- Racionalização de infraestruturas, designadamente da rede viária, respeitando o património natural, evitando o esbanjamento, prejuízo e impacto negativo da construção excedente ou desordenada;
- Fazer propaganda de turismo interno, nas suas várias vertentes, para dar a conhecer a paisagem e território nacional, assim como as suas características.

Com estas acções possíveis, pretende-se um uso mais harmonioso e sustentável do território nacional, especialmente do meio rural, permitindo uma possível descompressão das grandes cidades, combatendo algumas das principais insatisfações da população urbana e alguns dos resultados negativos que se tornaram habituais no desordenamento do território. Não se pretende um êxodo urbano à escala do êxodo rural, que resulte numa invasão do rural mas sim, um melhor aproveitamento dos recursos existentes a nível nacional de forma racional.

Resumidamente, se há de facto uma parte da população que se interessa, no imediato ou a longo prazo, pelo meio rural e pela proximidade da natureza que este representa, há que “informar” a população da total identidade e potencialidade que este espaço tem, tanto para os habitantes como para o futuro do país. Esta oferta de informação e atracção, só é possível através de políticas específicas e direccionadas para objectivos delineados com precisão e conhecimento.

5.5.2. ANÁLISE SWOT

A Análise SWOT é uma ferramenta simples e de grande valor, utilizada para fazer análise de um futuro possível, um cenário ou ambiente proposto, usada como base para gestão e planeamento estratégico de uma organização ou empresa. SWOT é uma sigla com origem na língua inglesa, e é um acrónimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). Assim, a análise SWOT, segundo Tarapanoff (2001), corresponde à identificação, por parte de uma organização, e de forma integrada, dos principais aspectos que caracterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto ao nível interno como à forma de como esta se relaciona com o meio envolvente. Neste caso, tentou-se verificar a posição do meio rural, no decorrer do seu aproveitamento nos planos de ordenamento do território.

No caso apreciado nesta dissertação, as forças e fraquezas prendem-se com a natureza do meio rural, ou seja, pretende-se identificar os pontos fortes e os pontos fracos para o desenvolvimento rural. A correcta e precisa identificação das forças e fraquezas, é crucial para o sucesso futuro da implementação desta tipologia estratégica.

As oportunidades e ameaças são, geralmente, os factores exógenos e que mesmo que à partida esses não sejam identificados, devem ser minimamente previstos. Por exemplo, quando se procede a uma alteração num determinado ambiente, as suas características mudam e afectam, em maior ou menor escala, positiva ou negativamente, a sua envolvente. Do mesmo modo, as características do ambiente circundante, pode ser uma dificuldade ou uma potencialidade para a aplicação de uma qualquer estratégia. Segundo Goldschmidt (2006), quando ocorre uma mudança na legislação, por exemplo, todas as partes envolvidas são afectadas.

Clarifique-se que, as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças são relativas e por isso, é um conjunto que depois de identificado pode ser modificado consoante a permanência das características estudadas. Pretende-se então que a estratégia aplicada, maximize as forças do desenvolvimento rural e minimize ao máximo as suas fraquezas.

De seguida, através da Figura 17, resume-se a análise SWOT para o desenvolvimento rural, através das acções propostas para guiar os planos de ordenamento do território, com base no estudo realizado. Nesta figura, são destacados os principais pontos identificados nas diferentes categorias acima referidas.



Figura 19 – Análise SWOT da implementação de medidas direccionadas para desenvolvimento rural.

6. DISCUSSÃO DE RESULTADOS E CONCLUSÕES

6.1. LIMITAÇÕES, APROXIMAÇÕES E CREDIBILIDADE DA METODOLOGIA ADOPTADA

O estudo em causa, pode ter algumas limitações quanto aos resultados obtidos pela metodologia aplicada. Dada a diversidade, de métodos de recolha e de dados recolhidos em busca de respostas concretas, às perguntas objectivadas no início da dissertação, há uma vasta informação que foi tratada no sentido do afinamento da informação para a extracção do seu conteúdo mais pertinente.

A principal fim metódico era, cumprir o estudo de forma neutra, objectiva e rigorosa, pondo de lado a parcialidade corrente de falsas convicções ou convicções não fundamentadas. Estas, são muitas vezes a origem de um estudo desrespeitoso para com a ciência tratada e de um retrato falso da realidade (Sieber, 1992).

O tempo e a amostra recolhida, foram as principais limitações para a elaboração deste trabalho. Sobretudo na quantidade de inquiridos, o tempo é um factor que se pode mostrar decisivo numa maior obtenção de resultados e não tanto na forma como este é divulgado. No entanto, a diversificação do tipo de recolha de informação é um dos métodos de atenuar estas barreiras, dado que no início de um estudo deste tipo, o praticante desconhece em clareza, a total realidade dos factos e da teoria envolvida. O tempo, o tipo e porção de informação adquirida são factores decisivos. Principalmente no caso de caracterizar as pessoas e as razões que as levaram a escolher o meio rural para residir, seria essencial mais tempo para obter conclusões com uma amostra maior e mais diferenciada. Em termos espaciais, seria interessante que os inquiridos pudessem apresentados em outros municípios que se destacam também actualmente, tal como Mafra, como destinos para os emigrantes lisboetas.

A consciência, de que as conclusões deste estudo não devem ser vistas dogmaticamente ou de forma axiomática em projectos futuros, é um ponto assente nesta dissertação. Contudo, podem representar um contributo a trabalhos realizados no âmbito ou para uma reflexão futura ainda mais aprofundada.

6.2. CONCLUSÕES GERAIS

Atingindo o término deste percurso, resta salientar as mais importantes elações que se podem retirar desta pesquisa, em especial para o aspecto da contribuição deste tipo de trabalhos no ordenamento do território, na diferente e mais adequada ocupação do espaço e na construção de uma paisagem mais rica e equilibrada.

Em primeiro lugar, deve considerar-se que é possível fundamentar, em termos teóricos, o conceito de gentrificação rural, ainda que este possa ser definido também por nobilitação rural. Esse fundamento deve-se em primeiro lugar, à revisão e adaptação de termos anteriormente usados e, em segundo lugar pelo estudo realizado posteriormente à conceptualização de gentrificação rural.

Na realidade, as pessoas que hoje se movimentam para o meio rural, não num processo inverso ao êxodo rural, são identificadas por ter, na sua maioria, um nível de ensino superior e por procurar uma qualidade de vida melhor neste espaço, em detrimento de viver na cidade. Este movimento, é proporcionado por factores identificados pela população neo-rural que fazem com que esta procure principalmente, um tipo de habitação menos comum no meio urbano, um bem-estar geral com maior proximidade à natureza e sobretudo, um custo de vida menor em comparação ao praticado nas grandes metrópoles.

Se de facto, há um interesse de uma considerada parte da população em viver fora da cidade, essa tendência pode ser apoiada através de estratégias que ajudem a devolver ao meio rural uma dignidade e uma importância que em tempos tiveram. Este pode ser um dos meios para dinamizar o território e a paisagem onde este se circunscreve, aumentando o seu valor não só de uma perspectiva visual mas também como sistema funcional. Através da confirmação deste gosto por viver próximo da natureza e na possibilidade que os residentes de Lisboa colocam em viver fora da cidade, foram desenhadas várias hipóteses que os planos de ordenamento do território podem seguir, de forma a atrair a população indicada para ocupar o meio rural podendo salvaguardar este espaço, aquando do seu aproveitamento. Claro está que, estas medidas propostas a ser aplicadas no planeamento, devem ser respeitadas com rigor mas nem todas representam etapas obrigatórias no processo. O objectivo é, usá-las pertinentemente com o devido estudo executado *a priori*, sabendo ao certo onde e em que situações é que elas terão ou não efeito.

6.3. DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

Tal como foi referido, um dos principais efeitos que este trabalho poderia ter seria, a incorporação de algum do seu conteúdo em trabalhos futuros que se desenvolvessem no mesmo tema ou com objectivos relacionados. No âmbito desta dissertação, diferentes investigações se podem imaginar, passando por exemplo, pelos temas seguidamente elencados:

- Aprofundamento do conceito de Gentrificação Rural

Objectivo: Definir vários níveis de gentrificação rural, bem como as consequências de cada um

- Levantamento mais vasto, por exemplo através de censos da população, do interesse da mesma em residir no rural

Objectivo: Aumentar a fiabilidade das medidas propostas anteriormente, assegurando o sucesso da execução das mesmas;

- Estudo do modo e dos modelos de implementação das estratégias referidas no regulamento proposto

Objectivo: perceber como e em que sentido podem ser aplicadas as recomendações apresentadas e avaliar os seus efeitos reais;

- Apresentação das medidas propostas a especialistas na área

Objectivo: comprovar a validade dos argumentos que fundamentaram a proposta nesta dissertação;

- Análise da viabilidade de edifícios existentes no meio rural

Objectivo: racionalização do espaço edificado, impedindo a existência de edifícios devolutos ou avaliando o seu possível uso em actividades diversificadas no futuro;

- Estudo da percepção dos turistas acerca do meio rural, assim como as razões que o procuram

Objectivo: para aplicar planos turísticos que tenham como objectivo usar o espaço rural como destino turístico, é importante conhecer as razões que levam essas pessoas a escolher o rural e assim adaptá-lo, dentro do possível, para se adaptarem os produtos turísticos às exigências dos visitantes;

- Execução de alguns casos de estudo, em municípios rurais, para avaliar a viabilidade deste estudo

Objectivo: Apresentar as paisagens rurais, antes e depois da implementação de algumas das diferenças impostas pelo programa, a uma amostra considerável de pessoas para avaliar os resultados e o interesse futuro da população. Este, seria um dos possíveis métodos constantes de avaliação do ordenamento do território, permitindo uma plasticidade maior aos planos adoptados e constante correcção dos mesmos;

- Análise da paisagem, nos diferentes municípios, em todas as suas vertentes

Objectivo: Adequar correctamente as medidas propostas aos diferentes casos, potenciando os factores positivos e prevenindo possíveis impactes negativos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, A. C., Barreto, A. V., Pessoa, F. S., Telles, G. R., Araújo, I. A., & Moreira, J. M. (2010). *Perspectivas da Arquitectura Paisagista*. (U. d. Algarve, Ed.) Portugal: Universidade do Algarve.
- Alcamo, J. (2008). The SAS approach: Combining qualitative and quantitative knowledge in environmental scenarios. (Elsevier, Ed.) *Environmental Futures — The Practice of Environmental Scenario Analysis*, 2, 123-150.
- Amaral, A. F. (2003). A Reserva Ecológica Nacional e a Reserva Agrícola Nacional: dois instrumentos fundamentais para a definição de uma política de ambiente. In G. R. Telles, *A Utopia e os Pés na Terra*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- Andresen, T. (1992). *Para a Crítica da Paisagem*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Universidade de Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Aveiro.
- Antrop, M. (2004). Landscape change and the urbanisation process in Europe. *Landscape and Urban Planning*, 67, 9-26.
- Antrop, M. (1997). The Concept of Traditional Landscapes as a Base for Landscape Evaluation and Planning. The Example of Flanders Region. *Landscape and Urban Planning*, 38, 105-117.
- Araújo, I. d. (1986). *A Alternativa é Rural* (Vol. 7). (D. G.-D. Norte, Ed.) Portugal: Direcção Geral de Ordenamento - Delegação do Norte.
- Arsénio, P. (2011). Qualidade da Paisagem e Fitodiversidade - Contributo para o Ordenamento e Gestão de Áreas Costeiras de Elevado Valor Natural. Dissertação de Doutoramento, UTL-ISA, Lisboa.
- Assunto, R. (1976). Paesaggio, Ambiente, Territorio. Un tentativo di precisazione concettuale. *XVIII*, pp. 45-48.
- Baptista, F. O. (2006). O Rural depois da Agricultura. In M. Fonseca, Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer (pp. 85-105). Lisboa.
- Bartók, B. (2009). The Fundamentals of Landscape Architecture. In T. Waterman, *The Fundamentals of Landscape Architecture*. Suíça: AVA Publishing.
- Beale, C. L. (1975). *The revival of population growth in nonmetropolitan America* (Vol. 605). (U. D. Agriculture, Ed.) Washington DC, Maryland, EUA: Economic Research Service.

- Berkel, D. B., Carvalho-Ribeiro, S., Verburg, P. H., & Lovett, A. (2011). Identifying assets and constraints for rural development with qualitative scenarios: A case study of Castro Laboreiro, Portugal. (Elsevier, Ed.) *Landscape and Urban Planning* , 102, 127-141.
- Berque, A. (1993). L'écoumène, mesure terrestre de l'Homme, mesure humaine de la Terre: pour une problématique du monde ambiant (Vol. 4). (L. géographique, Ed.) L'Espace géographique.
- Berry, B. J. (1976). *Urbanization and Counterurbanization* (Vol. 11). (S. Publications, Ed.) Beverly Hills, EUA: Urban Affairs Annual Review.
- Bidou-Zachariasen, C. (2008). *La Gentrification Urbaine* (Vol. 1). Espaces et Sociétés.
- Bijker, R. A., Haartsen, T., & Strijker, D. (15 de Setembro de 2012). Migration to less-popular rural areas in the Netherlands: Exploring the motivations. (Elsevier, Ed.) *Journal of Rural Studies* , 1-9.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. (P. Editora, Ed.) Porto: Porto Editora.
- Bomans, K., Steenberghen, T., Dewaelheyns, V., Leinfelder, H., & Gulinck, H. (2010). Underrated transformations in the open space - The case of an urbanized and multifunctional area. (Elsevier, Ed.) *Landscape and Urban Planning* .
- Boyle, P. J., & Halfacree, K. (1998). *Migration into Rural Areas: Theories and Issues*. (J. W. Ltd, Ed.) West Sussex, Reino Unido.
- Bulcão, L. (2005). *Avaliação da Paisagem - Contributo para o planeamento de paisagens protegidas*. Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, FCT-UNL, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Lisboa.
- Burton, R. J., Kuczera, C., & Schwarz, G. (2008). Exploring Farmer's Cultural Resitance to Voluntary Agri-environmental Schemes. *Sociologia Ruralis* , 48 (1), 16-37.
- Cabral, F. (1957). A missão do Arquitecto Paisagista. 2, pp. 59-68.
- Cabral, F. C. (1993). *Fundamentos de Arquitectura Paisagista*. Lisboa, Portugal: Instituto da Conservação da Natureza.
- Cancela d'Abreu, A. (2001). Caracterização e Identificação das Paisagens dos Açores - Relatório Final. Universidade de Évora, Évora.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, R. M. (Setembro de 2012). A história do rural tem futuro! *Le Monde Diplomatique* , 7-9.

- Champion, A. G. (1991). Counterurbanization: The Changing Pace and Nature of Population Deconcentration. (E. Arnold, Ed.) Londres, Reino Unido.
- Cloke, P., & Thrift, N. (1987). Intra-class conflict in rural areas. (Elsevier, Ed.) *Journal of Rural Studies* , 3 (4), 321-333.
- Cognard, F. (2001). *Reprise démographique et nouvelles populations dans les moyennes montagnes françaises* (Vol. 1). (P. S. Espace, Ed.) França: Espace, Populations, Sociétés.
- Colman, D., & Nixon, F. (1981). *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna* . São Paulo, Brasil: Campus.
- Comissão Europeia. (2005). Regulamento (CE), n.o 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Bruxelas.
- Cullen, G. (2010). *Paisagem Urbana* (Vol. 1). Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Easterlin, R. A., Angelescu, L., & Zweig, J. S. (2011). The Impact of Modern Economic Growth on Urban–Rural Differences in Subjective Well-Being. (Elsevier, Ed.) *World Development* , 39 (12), 2187–2198.
- Feliciano, J. F. (Dezembro de 2012). Êxodo rural: os antecedentes e o fenómeno. (P. Ribeiro, Entrevistador)
- Figueiredo, E. (11 de Fevereiro de 2010). Rural Matters. *A uma só voz*. (AveiroFM, Entrevistador) Aveiro, Portugal: AveiroFM.
- Foddy, W. (2002). Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. (Celta, Ed.) Métodos e Técnicas.
- Fougurouse, C. (1996). *Le Renouveau Rural: Dépendance Ou Autonomie?* (L'Harmatta, Ed.) Paris, França.
- Fry, G. L. (2001). Multifunctional landscapes – towards transdisciplinary research. (Elsevier, Ed.) *Landscape and Urban Planning* , 57 (3-4), 159-168.
- Gaspar, S. d. (2007). *Gentrification: processo global, especificidades locais?* Obtido de Ponto urbe: <http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/107-gentrification-processo-global-especificidades-locais>
- Guimond, L., & Simard, M. (2010). Gentrification and neo-rural populations in the Québec countryside: Representations of various actors. *Journal of Rural Studies* , 26, pp. 449-464.
- Goldschmidt, A. (2006). *Análise SWOT na captação de recursos – avaliação de oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos*. Obtido em 5 de Agosto de 2009,

de CETS - Centro de Estudos do Terceiro Sector FGV - EAESP :

<http://integracao.fgvsp.br/ano6/06/financiadores.htm>

- Hallyday, J., & Coombes, M. (1995). Search of counterurbanisation: some evidence from Devon on the relationship between patterns of migration and motivation. (Elsevier, Ed.) *Journal of Rural Studies* , 11 (4), 433-446.
- Hersperger, A. B. (2009). Going beyond landscape change description: quantifying the importance of driving forces of landscape change in a Central Europe case study. (Elsevier, Ed.) *Land Use Policy* , 26 (2), 640-648.
- Hill, A., Hill, M.M. (2000). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hines, J. D. (2010). *In pursuit of experience: the postindustrial gentrification of the rural American West*. (Ethnography, Ed.) Obtido em 2012, de Sage:
<http://eth.sagepub.com/content/11/2/285>
- Hodge, E. (1999). *Landscape character assessment. A new force in structure plans*. Oxford Brookes University. Oxford: Oxford Brookes University.
- Hodge, G. (1983). *Canadian small town renaissance* (Vol. 17). (R. Studies, Ed.) Canadá: Regional Studies.
- Houaiss, A. (2001). *Houaiss*. (o. ' gr. éksodos, p. marcha, e. militar, & c. p. procissão, Edits.) Rio de Janeiro, Brasil: Instituto António Houaiss de Lexicografia.
- INE. (2011). Obtido em 2012, de PORDATA: <http://www.pordata.pt/>
- Kayser, B. (1990). *La Renaissance Rurale: Sociologie des Campagnes du Monde Occidental*. (A. Colin, Ed.) Paris, França.
- Kayser, B. (1993). *Naissance de Nouvelles Campagnes*. (É. d. l'Aube, Ed.) La Tour d'Aigues, França.
- Keddie, P. D., & Joseph, A. E. (1991). *The turnaround of the turnaround? Rural population change in Canada, 1976 to 1986* (Vol. 35). Canadá: The Canadian Geographer.
- Kerselaers, E., Rogge, E., Dessen, J., Lauwers, L., & Huylenbroeck, G. V. (2011). Prioritising land to be preserved for agriculture: a context-specific value tree. (Elsevier, Ed.) *Land Use Policy* , 28 (1), 219-226.
- Kristensen, L. S., Thenail, C., & Kristensen, S. P. (2004). Landscape changes in agrar-ian landscapes in the 1990s: the interaction between farmers and the farmed landscape. (Elsevier, Ed.) *Journal of Environment Management* , 71 (3), 231-244.
- Lacaze, J.-P. *O Ordenamento do Território*. (I. Piaget, Ed.) Biblioteca Básica de Ciência e Cultura.

- Lefebvre, H. (1969). *O direito á cidade*. São Paulo: Documentos Ltda.
- Léger, D., & Hervieu, B. (1979). *Le Retour à la Nature « Au Fond de la Forêt... l'État »*. (L. Seuil, Ed.) Paris, França.
- Magalhães, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista - Morfologia e Complexidade*. (Estampa, Ed.) Lisboa, Portugal: Estampa.
- Manso, J. R., & Simões, N. M. (2012). Os municípios e a qualidade de vida em Portugal: Proposta metodológica com vista à sua mensuração e ordenação. (C. Domingues, Ed.) *Jornal do Fundão* , 3465, 5.
- Marsden, T., & Sonnino, R. (2008). Rural development and the regional state: Denying multifunctional agriculture in the UK. (Elsevier, Ed.) *Journal of Rural Studies* , 24, 422-431.
- McHarg, I. (1969). *Design With Nature* (1ª Edição ed.). Nova Iorque: Natural History Press.
- Meadows, D. (1998). *Indicators and Information Systems for Sustainable Development*. Hartland Four Corners VT: The Sustainability Institute.
- Mendes, L. (2006) – “A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição socio-espacial”, *Finisterra*, vol. XLI, n.º 81. pp.57-82.
- Merlin, P., & Choay, F. (2009). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. (P. U. PUF, Ed.) Presses Universitaires de France - PUF.
- Miguens, M. d. (2008). *Probabilidades e Estatística C - Estatística*. Lisboa: FCT - UNL.
- Monteiro, C. (2 de Setembro de 2012). *Atenor: Regresso ao campo*. (D. d. Notícias, Ed.) 1058, pp. 30-35.
- Murdoch, J., & Marsden, T. (1996). Reconstituting rurality: class, community and power in the development process. (UCL, Ed.) Londres: UCL.
- Nunes, J. (2008). *PROAP - Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista, Lda*. Obtido de http://www.proap.pt/site/L_por/empresa/codigo.html
- O'Rourke, E. (2005). Socio-natural interaction and landscape dynamics in the Burren, Ireland. (Elsevier, Ed.) *Landscape and Urban Plan* , 70, 69-83.
- Oliveira, Fernanda Paula M. (2002) *Direito do Ordenamento do Território*, Coimbra, Almedina, Cadernos CEDOUA
- Pegado, E. (Dezembro de 2012). *Como realizar um inquérito*. (P. Ribeiro, Entrevistador) Lisboa.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2007). *Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013*. Portugal

- Phillips, M. (Julho de 2005). Differential productions of rural gentrification: illustrations from North and South Norfolk. (Elsevier, Ed.) *Geoforum* , 477-494.
- Phillips, M. (Fevereiro de 2004). Other geographies of gentrification. *Other geographies of gentrification* , 28(1). (S. Journals, Ed.) Leicester, Reino Unido: Sage.
- Phillips, M. (1993). Rural gentrification and the processes of class colonisation. (Elsevier, Ed.) *Journal of Rural Studies* , 9 (2), 123-140.
- Priberam. (2012). *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. (Priberam Informática, S.A.) Obtido em 2012, de Priberam:
<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=%C3%AAxodo>
- Renting, H., Rossing, W., Groot, J., Ploeg, J. V., Laurent, C., Perraud, D., et al. (2009). Exploring multifunctional agriculture. A review of conceptual approaches and prospects for an integrative transitional framework. (Elsevier, Ed.) *Journal of Environmental Management* , 90, 112-123.
- Ribeiro, L. (27 de Setembro de 2012). Visão Portugal. (Visão, Ed.) *A minha cidade é uma aldeia* , 1021.
- Rodrigues, Walter José dos Santos. (2008). *Cidade em transição: nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL. Disponível em URL: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2604>
- Roy, L., Paquette, S., & Domon, G. (2005). érudit. *La campagne des néoruraux: motifs de migration, territoires valorisés et usages de l'espace domestique* , 46(1). (R. Sociographiques, Ed.) érudit. Obtido de érudit:
<http://www.erudit.org/revue/rs/2005/v46/n1/012089ar.pdf>
- Schneeberger, N. B. (2007). Driving forces and rates of landscape change as a promising combination for landscape change research – an application on the northern fringe of the Swiss Alps. (Elsevier, Ed.) *Land Use Policy* , 26 (4), 859-868.
- Seers, D., Nafziger, W., O'Brien, D., & Bernstein, H. (1979). *Development Theory: Four Critical Studies*. (D. Lehmann, Ed.) London: Frank Cass.
- Sieber, J. (1992). Planning ethically responsible research. A guide for students and internal review boards. Newbury Park: Sage.
- Simão, J. V. (2009). Turismo como Motor de Desenvolvimento Local: o caso do Vale do Tua. Lisboa, Portugal: Dissertação de Mestrado.
- Smith, N. (1996). *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. Routledge, Londres e Nova Iorque.

- Solana-Solana, M. (2010). Rural gentrification in Catalonia, Spain: A case study of migration, social change and conflicts in the Empordanet area. *Geoforum* , 41 (3), 508-517.
- Spittler, G. (1977). *Urban exodus urban-rural and rural-rural migration in gobir (niger)*. In H. Buller (Ed.), *Sociologia Ruralis* (Vol. 17, pp. 223-235). ESRS.
- Steiner, F. (2000). *The living landscape* (1ª Edição ed.). Nova Iorque: McGraw Hill.
- Tarapanoff, K. (2001). *Inteligência Organizacional e Competitiva*. Brasília: Editora UNB.
- Telles, G. R. (2001). In M. R. Magalhães, *A Arquitectura Paisagista - Morfologia e Complexidade*. Lisboa, Portugal: Estampa.
- Telles, G. R. (Abril de 1994). Paisagem global. Um conceito para o futuro. pp. 28-33.
- Terluin, I. (2003). Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. (Elsevier, Ed.) *Journal of Rural Studies* , 19, 327-344.
- Verhoevea, A., Roob, N. D., & Roggea, E. (2012). How to visualise the invisible: Revealing re-use of rural buildings by non-agricultural entrepreneurs in the region of Roeselare–Tielt (Belgium). (Elsevier, Ed.) *Journal of Rural Studies* , 29 (2), 407-416.
- Walmsley, D. J., Epps, W. R., & Duncan, C. J. (1998). Migration to the New South Wales North Coast 1986-1991:lifestyle motivated counterurbanisation. (Elsevier, Ed.) *Geoforum* , 29 (1), 105-118.
- Xerez, R. (2008). Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa. IV Congresso Português de Sociologia.
- Xuemei Bai, D. B. Chapter 27 - Urban Systems. In *Millennium Ecosystem Assessment*. Washington, DC: ISLAND PRESS.

8. ANEXOS

8.1. ANEXO A – ESTADO DA ARTE

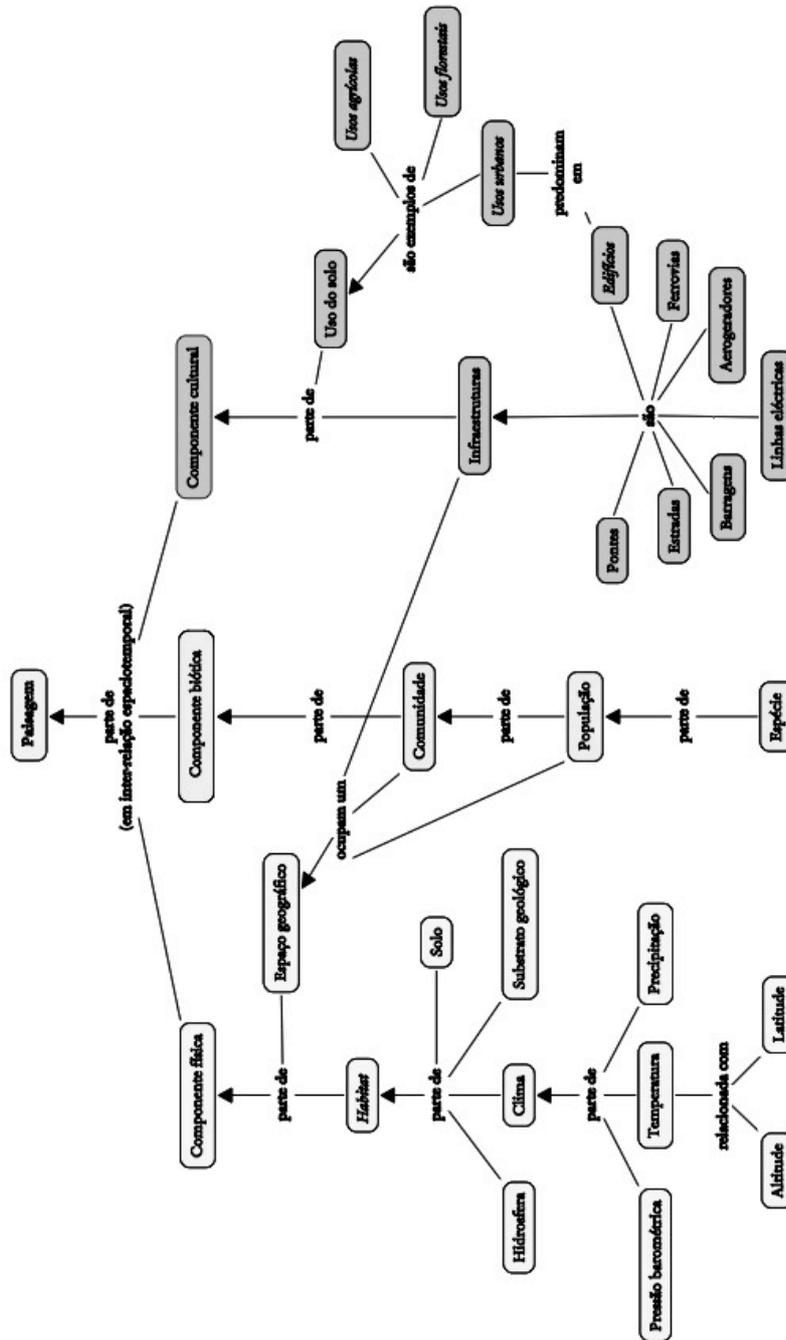


Figura 1 – Mapa de Conceitos realizado para o conceito de Paisagem.

Fonte: Arsénio (2011, p. 23)

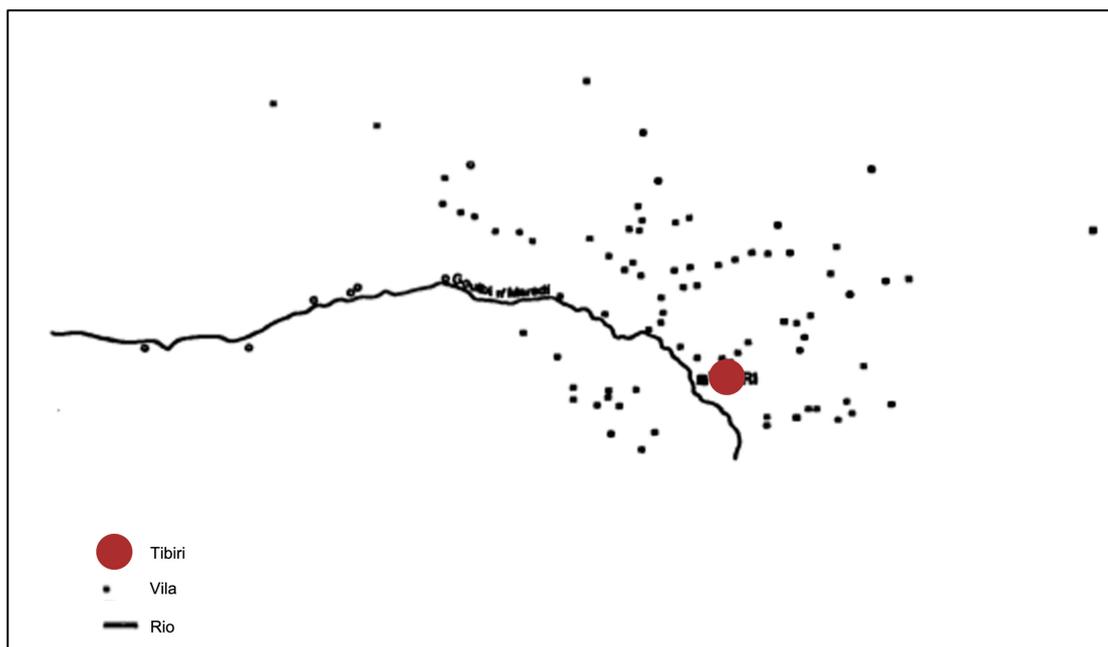


Figura 2 - Vilas estabelecidas em Gobir em 1907.

Fonte: Tilho, 1911 (Adaptado de Spittler, 1977)



Figura 4 - Vilas estabelecidas em Gobir em 1957.

Fonte: Carte de l'Afrique de l'Ouest, Institut Géographique National, Paris 1962 (Adaptado de Spittler, 1977)

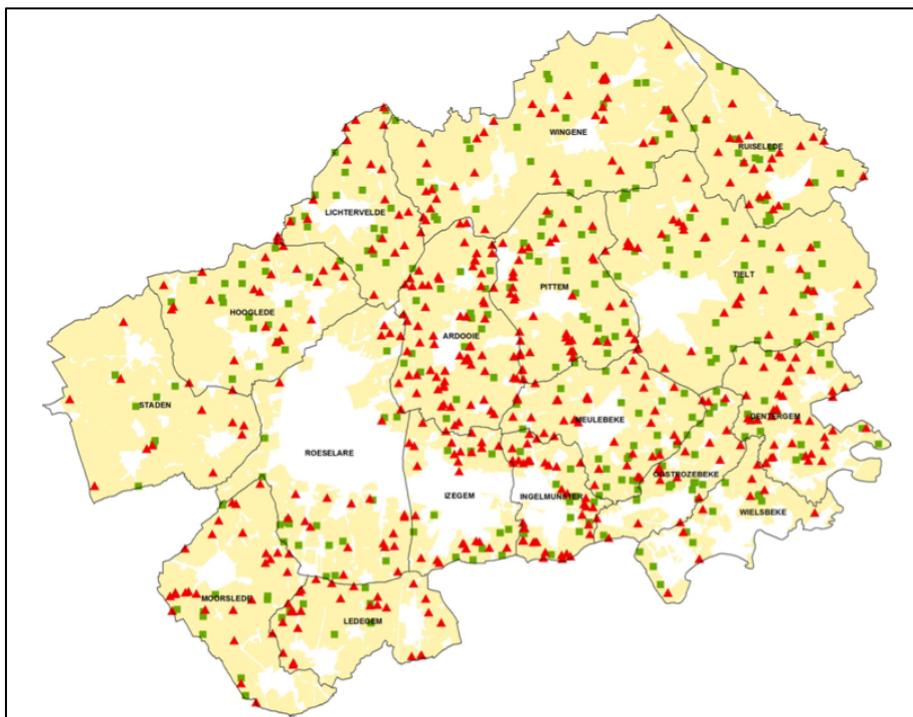


Figura 5 - Distribuição das atividades não-agrícolas na região de Roeselare-Tielt. Quadrado verde: edifício agrícola. Triângulo vermelho: outro edifício.

Fonte: Verhoevea, Roob & Roggea (2012)

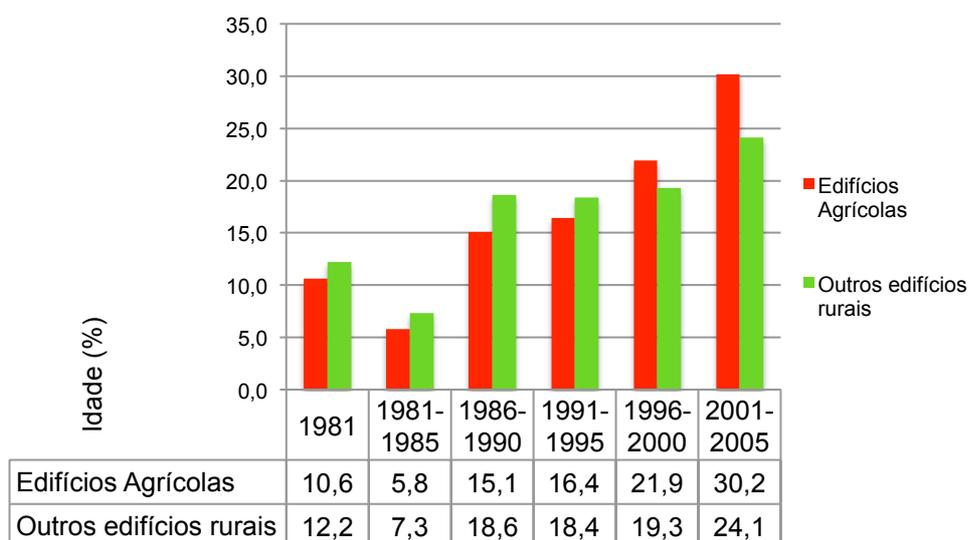


Figura 6 - Pirâmide etária de atividades não-agrícolas, 2006/01/01

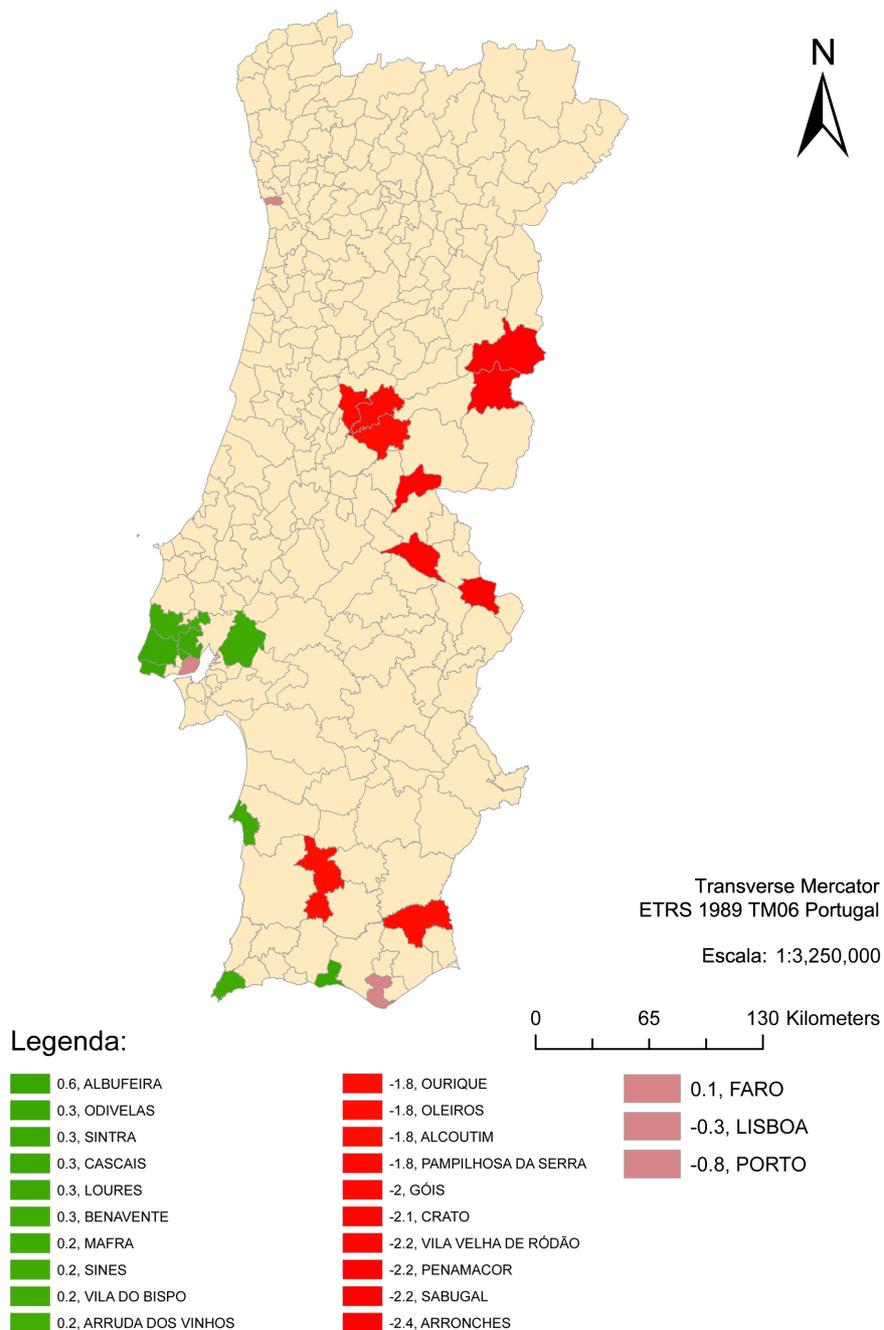
Fonte: Adaptado de Verhoevea, Roob & Roggea (2012)

8.2. ANEXO B – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO ÊXODO URBANO

Neste ANEXO B, são apresentados os mapas referentes às estatísticas comentadas no capítulo numerado 4.1. Os dados estatísticos são retirados do INE(PorData) e posteriormente adaptados ao mapa de Portugal Continental, destacando de acordo com o indicador avaliado:

- a verde, os dez municípios com as taxas de variação mais altas (em percentagem);
- a vermelho, os dez municípios com as taxas de variação mais baixas (em percentagem);
- a vermelho claro, os três principais municípios portugueses (em percentagem).

8.2.1. POPULAÇÃO RESIDENTE 2011



8.2.1.1. POPULAÇÃO RESIDENTE 2001-20011

Média das taxas de variação (%) 2001-2011 excluindo 2010 (ano de previsão)

Município	2001-2011	Município	2001-2011
Albufeira	27,4	Montalegre	-11,9
Sesimbra	26,4	Carrazeda de Ansiães	-11,9
Seixal	21,7	Vimioso	-12,1
Sintra	21,5	Vinhais	-12,2
Entroncamento	18,5	Penamacor	-12,3
Benavente	16,7	Alcoutim	-12,3
Maia	16,4	Gavião	-12,5
Palmela	16,0	Mação	-12,6
São Brás de Alportel	15,3	Oleiros	-12,9
Mafra	14,3	Pampilhosa da Serra	-13,1
Faro	7,1		
Porto	-10,3		
Lisboa	-11,4		

Média das taxas de variação (%) 2001-2011, incluindo 2010 (ano de previsão)

Município	2001-2011	Município	2001-2011
Albufeira	22,4	Ribeira de Pena	-8,8
Sesimbra	19,2	Idanha-a-Nova	-9,1
Seixal	15,1	Penamacor	-9,1
Sintra	13,8	Meda	-9,7
Benavente	13,5	Oleiros	-9,9
Entroncamento	13,0	Vinhais	-10,0
Palmela	12,5	Vimioso	-10,1
Mafra	12,4	Carrazeda de Ansiães	-10,2
Maia	12,0	Alcoutim	-10,5
Loulé	10,5	Montalegre	-10,7
Faro	7,7		
Porto	-5,6		
Lisboa	-6,3		

8.2.1.2. POPULAÇÃO RESIDENTE 2008-2011

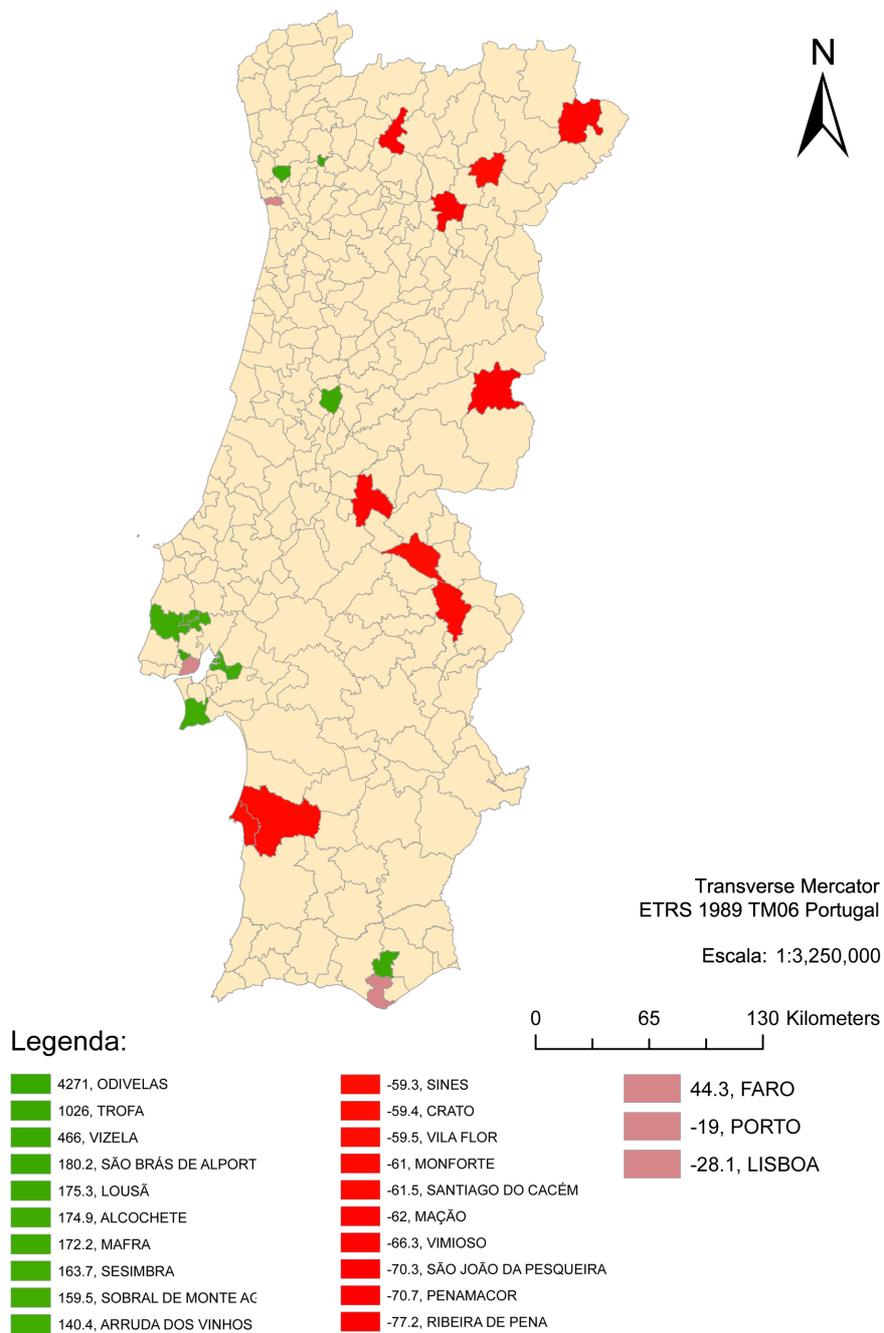
Média das taxas de variação (%) de 2008-2011, excluindo 2010 (ano de previsão)

Município	2008-2011	Município	2008-2011
Sesimbra	13,7	Crato	-5,4
Alcochete	12,0	Mértola	-5,5
Mafra	10,4	Penamacor	-5,8
São Brás de Alportel	9,0	Vila Velha de Ródão	-5,9
Albufeira	8,5	Mação	-5,9
Lousã	8,2	Alcoutim	-6,1
Lagoa	7,6	Almeida	-6,2
Benavente	7,0	Gavião	-6,2
Sintra	7,0	Porto	-6,4
Arruda dos Vinhos	6,9	Pampilhosa da Serra	-6,8
Faro	0,9		
Lisboa	-4,9		
Porto	-6,4		

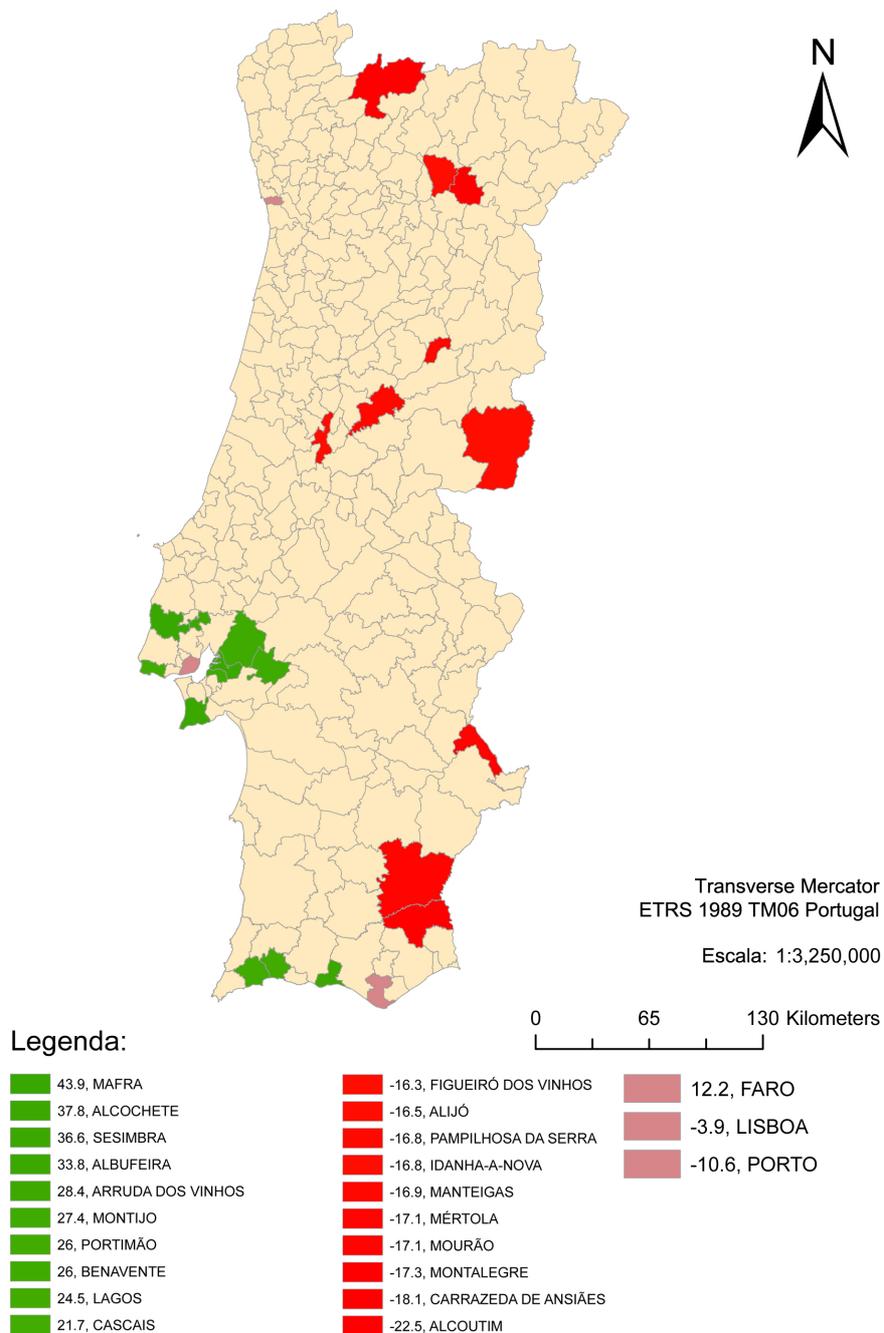
Média das taxas de variação (%) de 2008-2011, incluindo 2010 (ano de previsão)

Município	2008-2011	Município	2008-2011
Mafra	9,0	Vila Flor	-4,0
Alcochete	8,3	Armamar	-4,1
Sesimbra	8,0	Figueiró dos Vinhos	-4,1
Montijo	7,1	Idanha-a-Nova	-4,2
Albufeira	7,0	Carraceda de Ansiães	-4,2
Arruda dos Vinhos	6,8	Sabugal	-4,2
Portimão	6,0	Meda	-4,2
Lagos	5,5	Alijó	-4,2
Benavente	5,4	Montalegre	-4,5
Loulé	4,8	Alcoutim	-5,4
Faro	3,2		
Lisboa	-0,1		
Porto	-1,5		

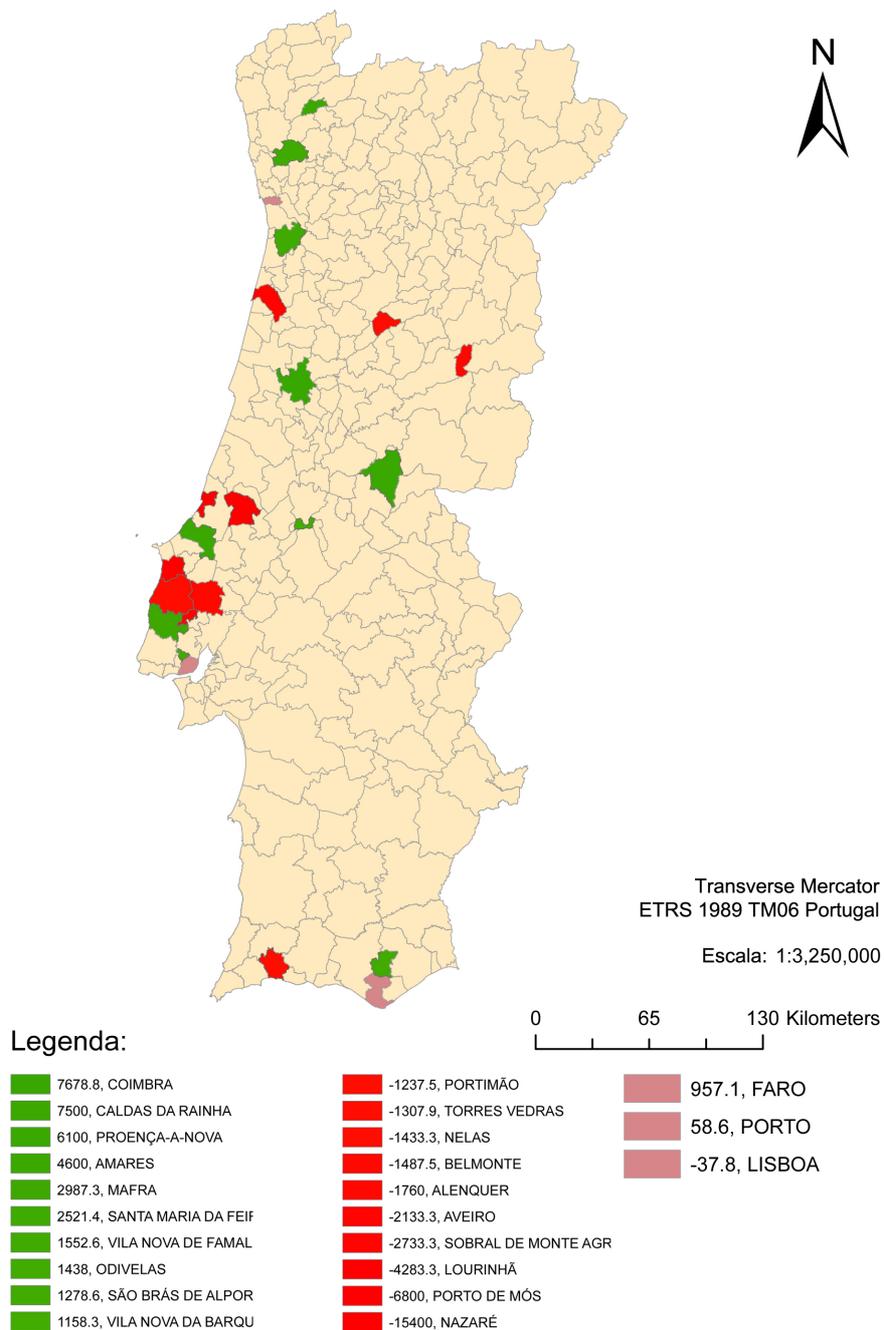
8.2.2. POPULAÇÃO IMIGRANTE DE OUTRO MUNICÍPIO 2001



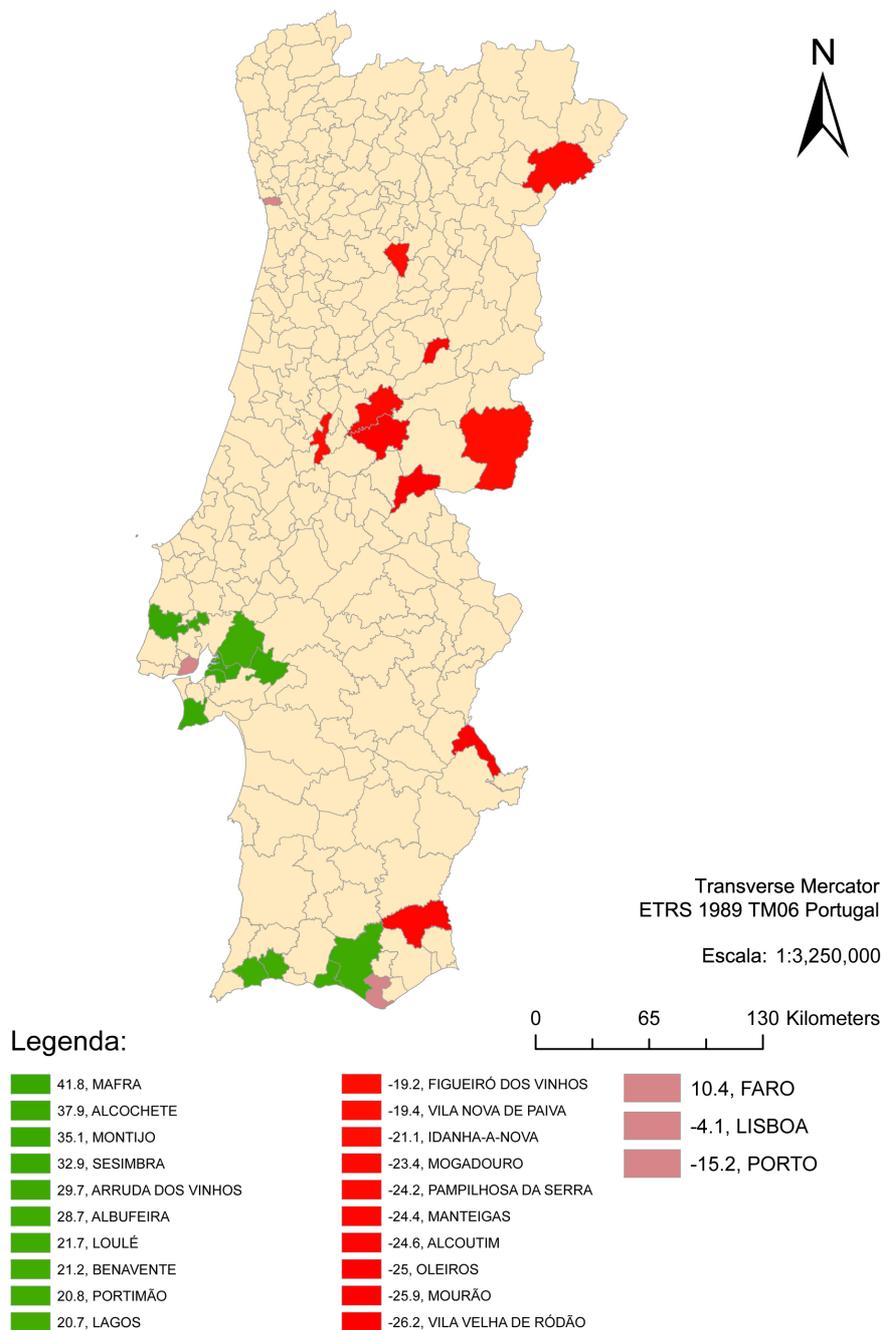
8.2.3. POPULAÇÃO QUE NÃO MUDOU DE MUNICÍPIO 2011



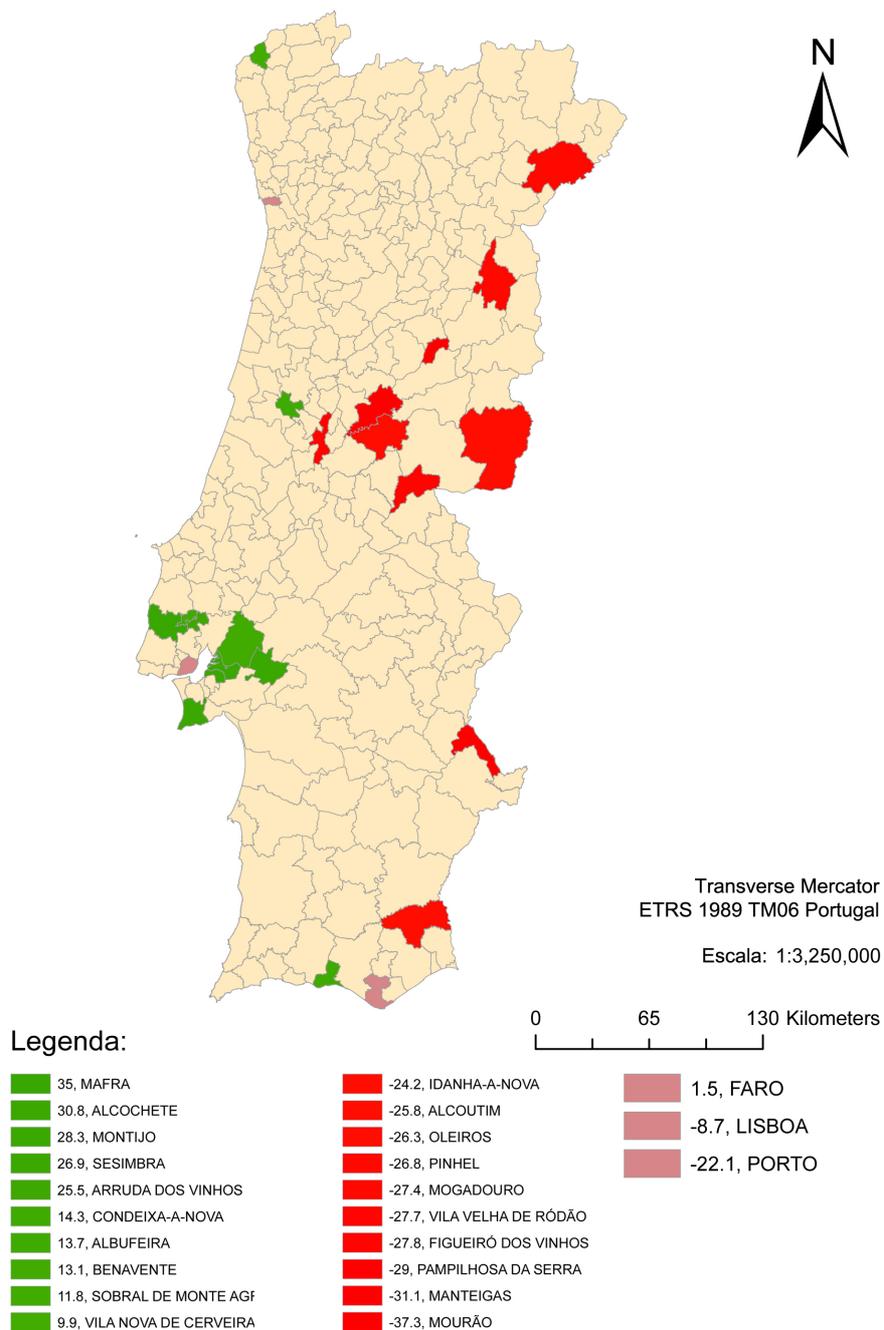
8.2.4. SALDO MIGRATÓRIO INTERNO 2001



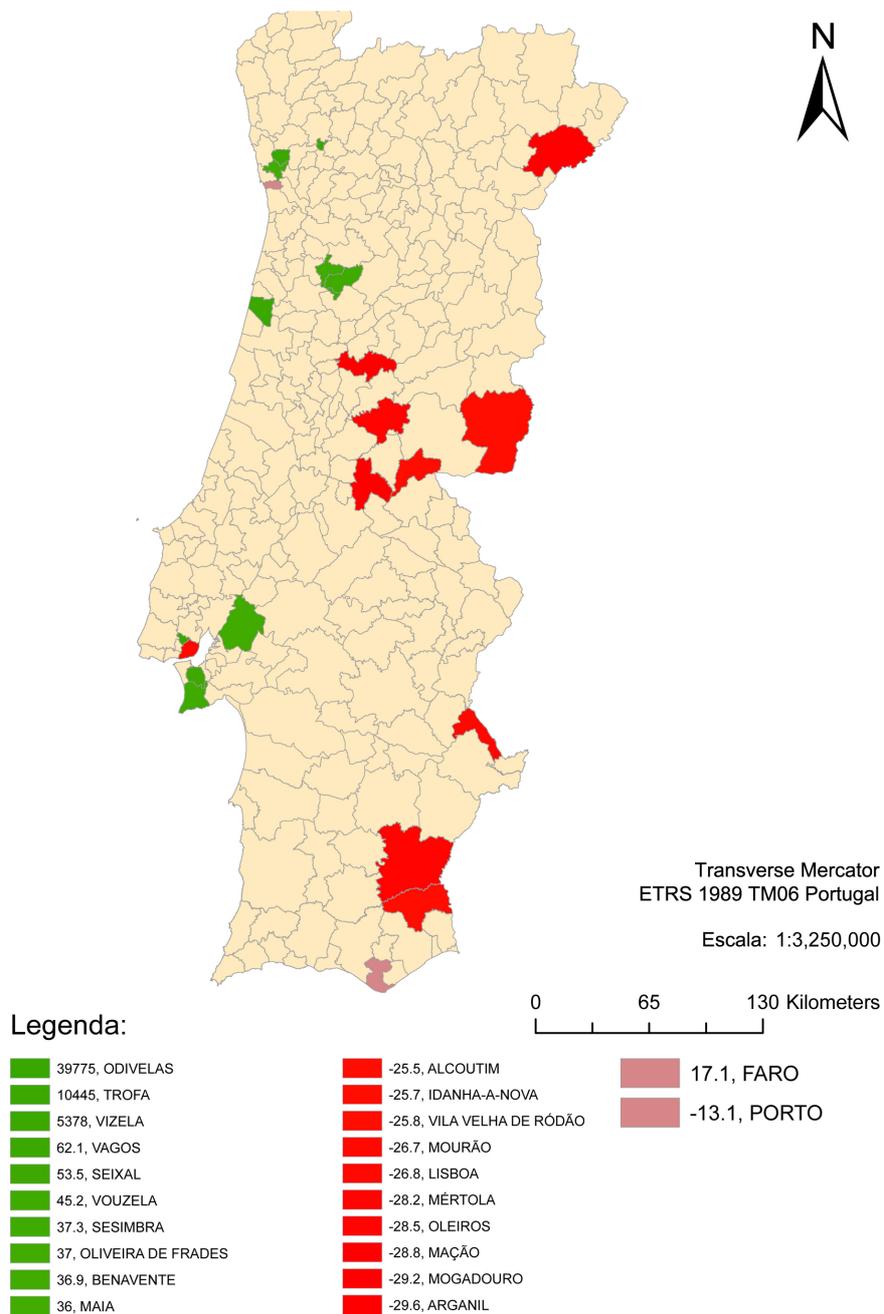
8.2.5. POPULAÇÃO ACTIVA 2011



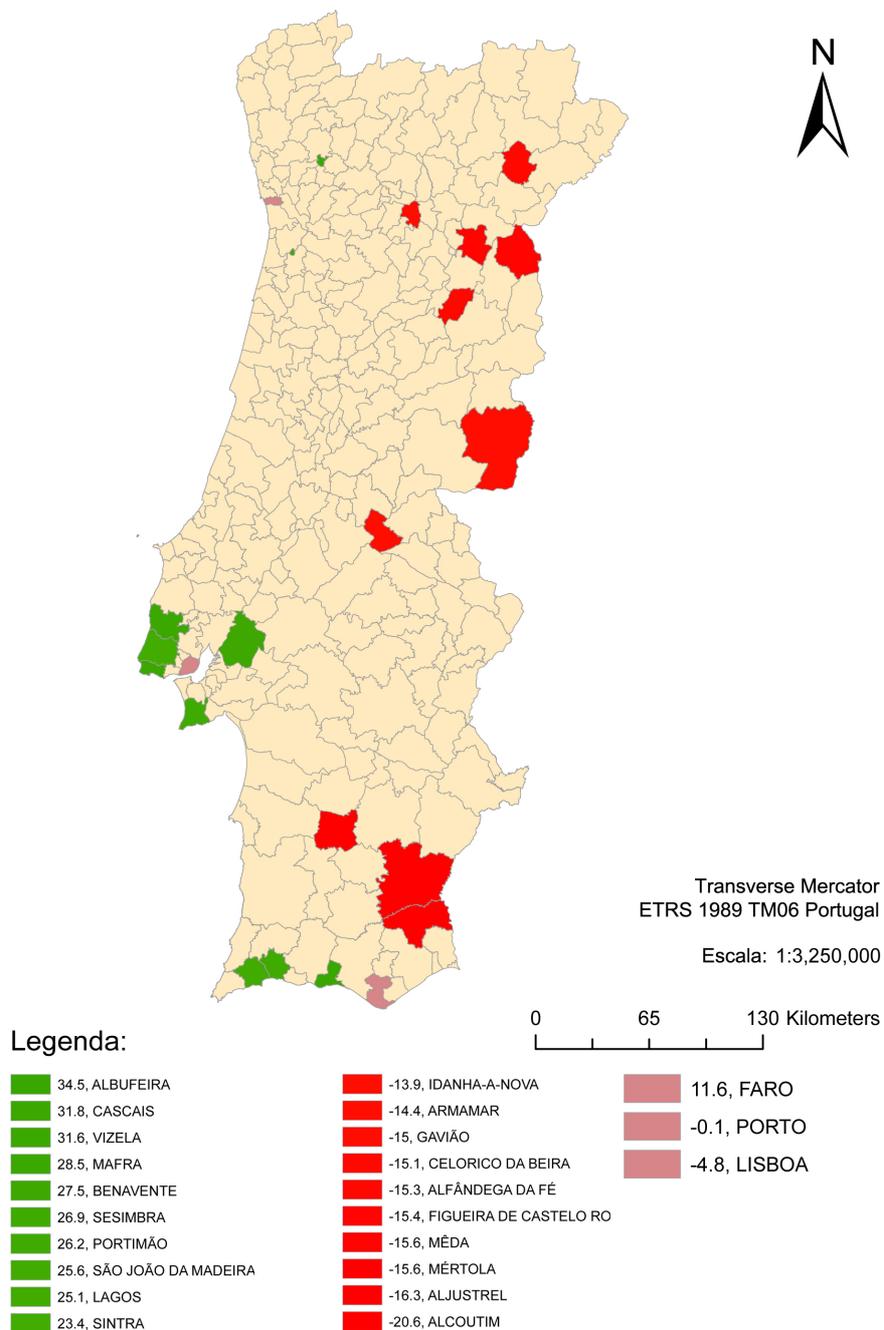
8.2.6. POPULAÇÃO EMPREGADA 2011



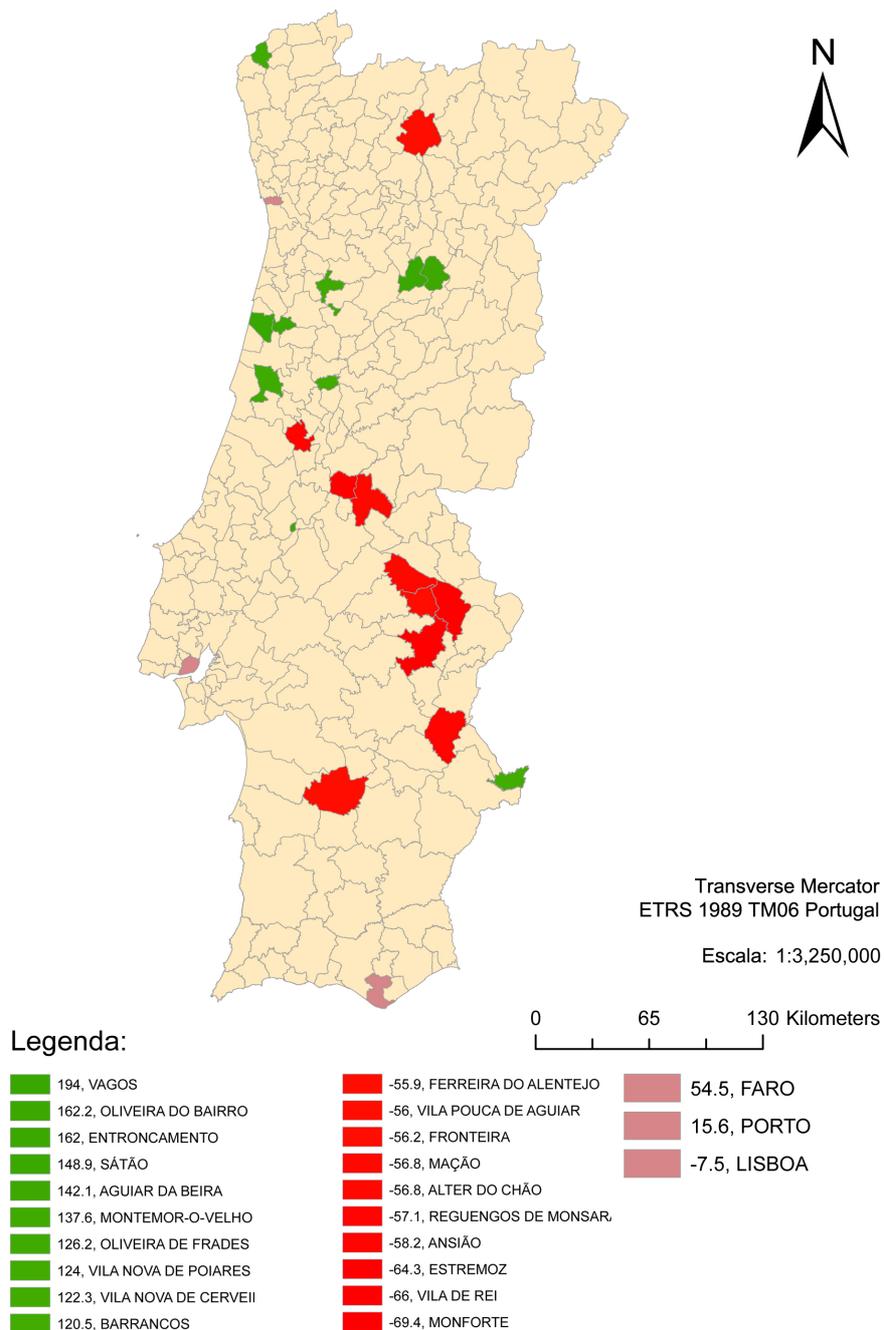
8.2.7. POPULAÇÃO INACTIVA 2001



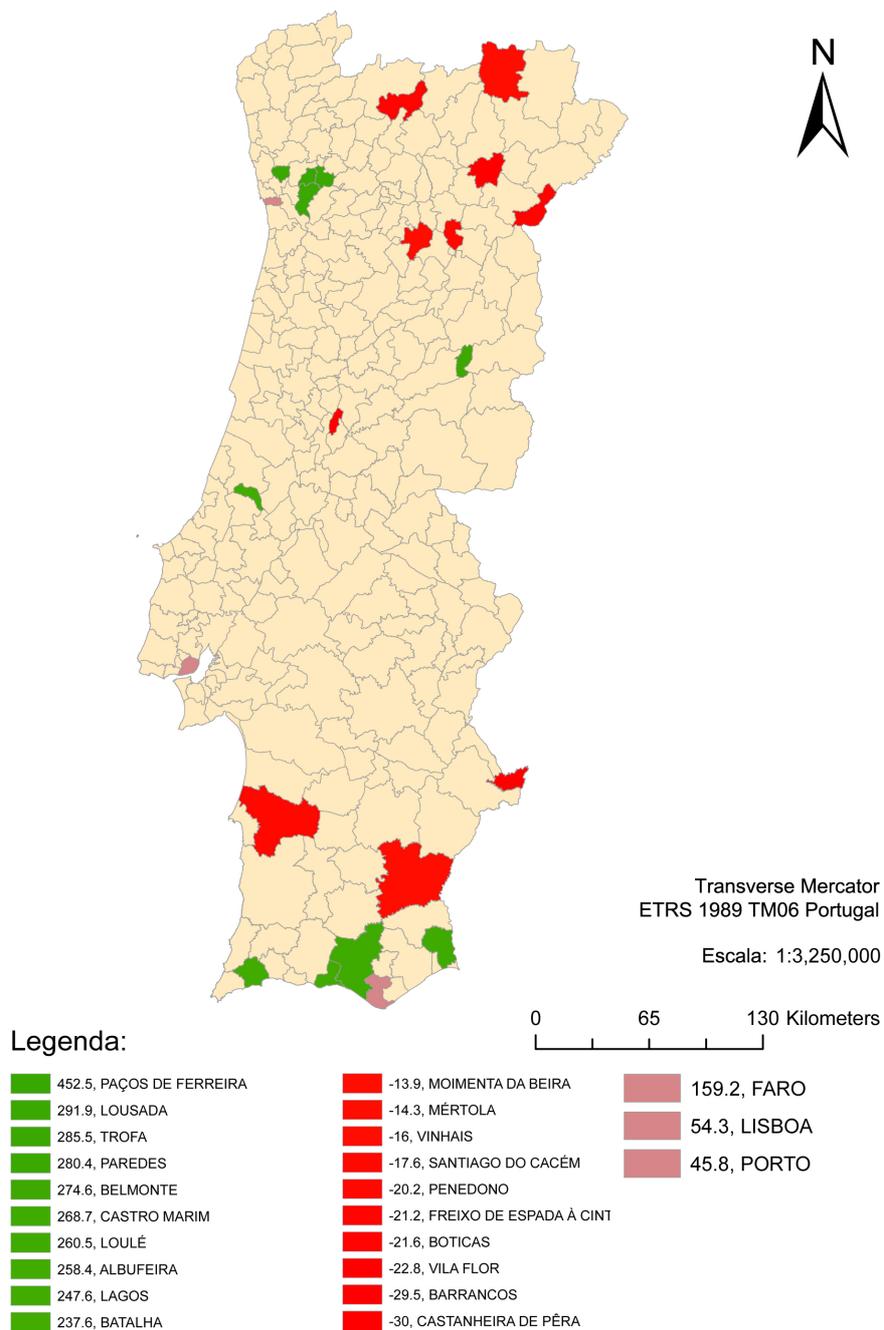
8.2.8. POPULAÇÃO INACTIVA 2011



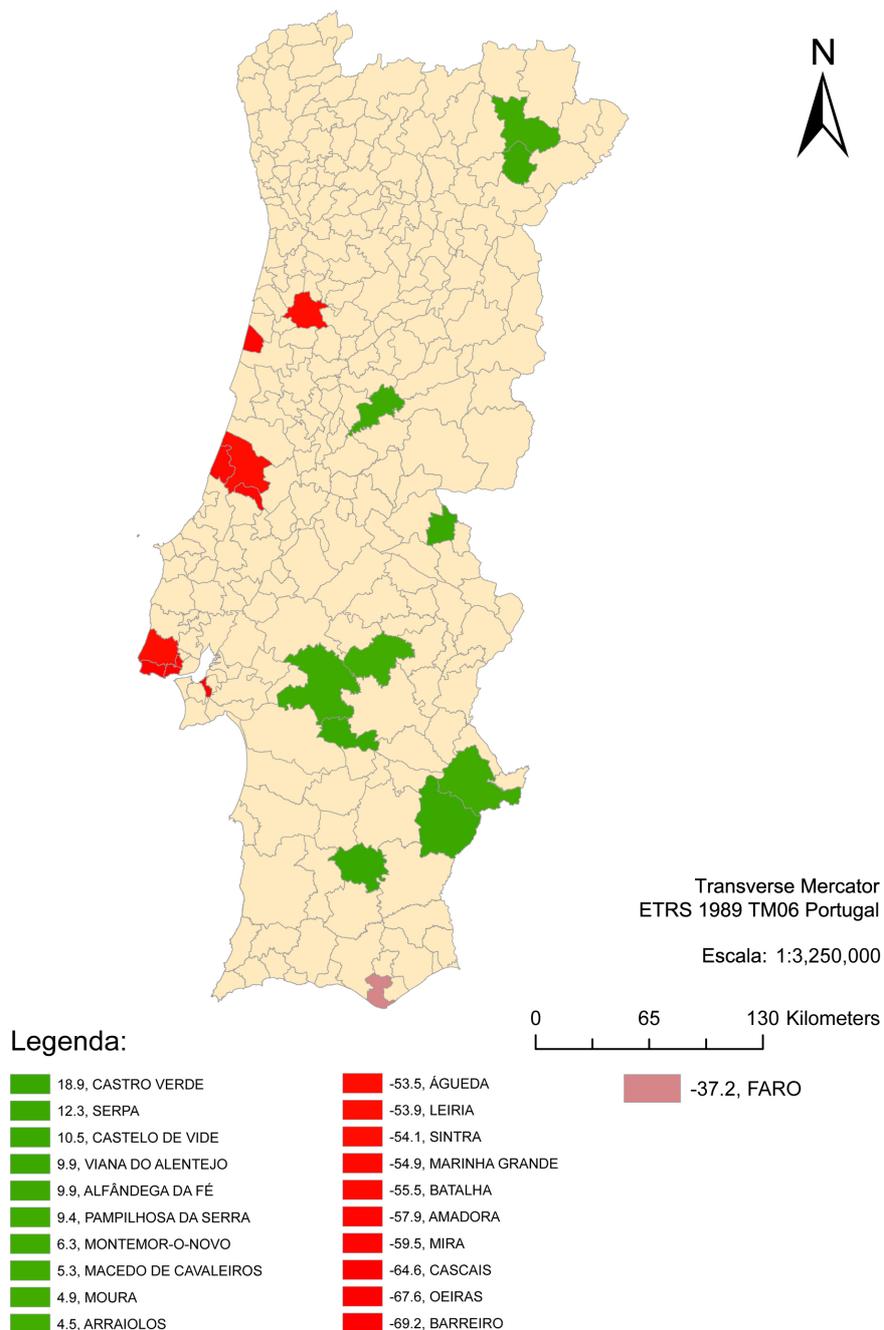
8.2.9. POPULAÇÃO DESEMPREGADA 2001



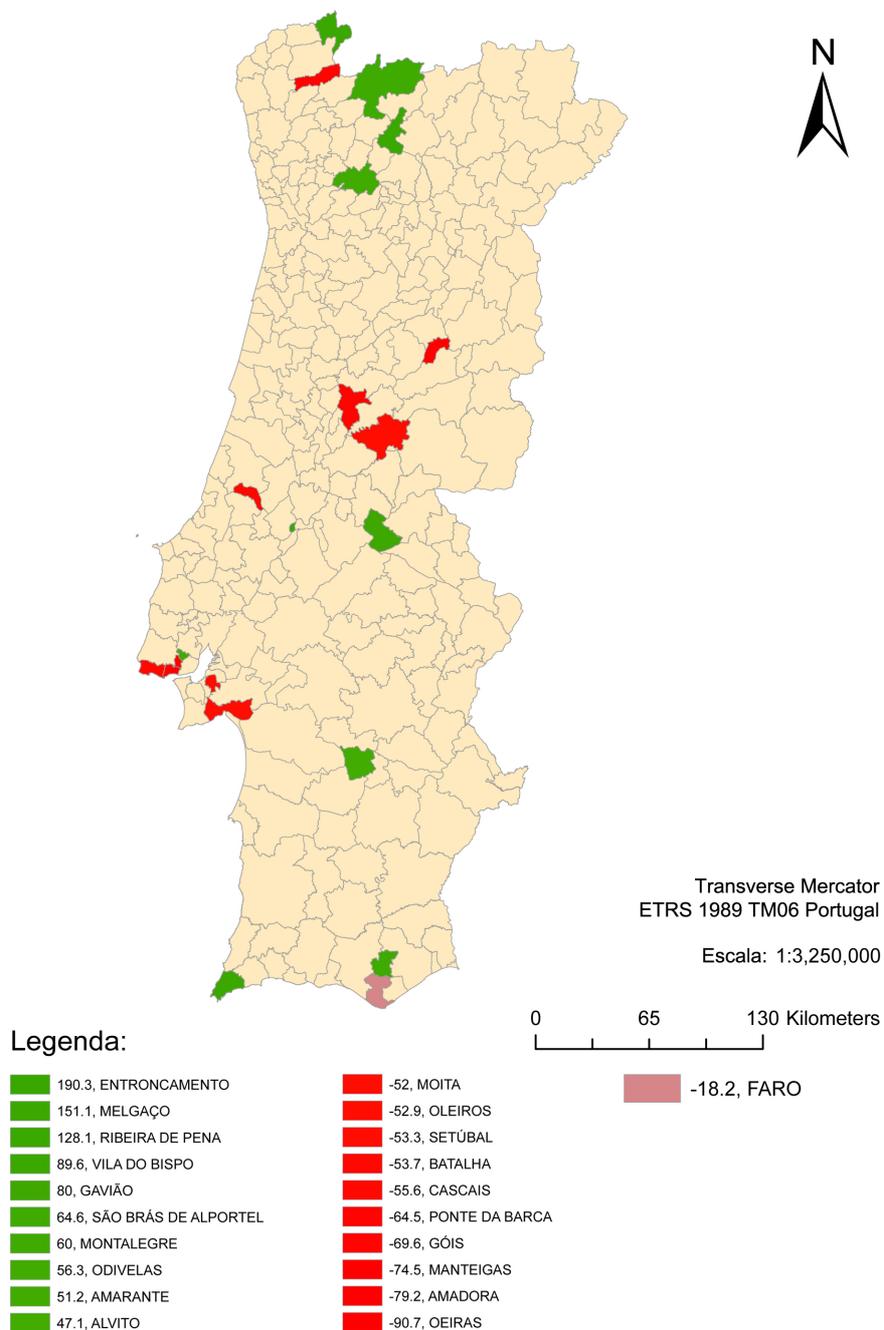
8.2.10. POPULAÇÃO DESEMPREGADA 2011



8.2.11. TOTAL EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS 2009



8.2.12. TOTAL SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA 2009



8.2.13. TOP – MUNICÍPIO DESTINO DE IMIGRAÇÃO

Municípios	População						Pontos
	População Residente 2011	População Residente 2001-2011	População Residente 2008-2011	População que não mudou 2011	Imigrantes de outro município 2001	Saldo Migratório Interno 2001	
	Ranking	Ranking	Ranking	Ranking	Ranking	Ranking	
Albufeira	1	1	5	4			32
Alcochete	9		2	2	3		19
Alfândega da Fé							
Alvito							
Amarante							
Amares						4	7
Arraiolos							
Arruda dos Vinhos	7		6	5	7		13
Benavente	6	5	9	7			16
Caldas da Rainha						2	9
Cascais	2			10			10
Castelo de Vide							
Castro Verde							
Coimbra						1	10
Condeixa-a-Nova					9		2
Entroncamento		6					5
Faro						10	1
Gavião							
Lagos			8	9			5
Loulé		10	10				2
Loures	3						8
Lousã					2		9
Macedo de Cavaleiros							
Mafra	8	8	1	1	4	5	39
Melgaço							
Montalegre							
Montemor-o-Novo							
Montijo			4	6			12
Moura							
Odivelas	4						7
Pampilhosa da Serra							
Portimão			7	8			7
Póvoa de Lanhoso						3	8
Ribeira de Pena							
Santa Maria da Feira					8	6	8
São Brás de Alportel					1	8	13
São João da Madeira					10		1
Serpa							
Sesimbra		2	3	3	5		30
Sines	10						1
Sintra	5	4					13
Sobral de Monte Agraço					6		5
Viana do Alentejo							
Vila do Bispo							
Vila Nova da Barquinha						9	2
Vila Nova de Cerveira							
Vila Nova de Famalicão						7	4

Municípios	Emprego			Energia, Ambiente e Território			Ranking Final
	População Empregada 2011	População Activa 2011	Pontos	Explorações Agrícolas 2009	Superfície Agrícola Utilizada 2009	Pontos	
	Ranking	Ranking		Ranking	Ranking		
Albufeira	7	6	10				36
Alcochete	2	2	18				37
Alfândega da Fé				4			0
Alvito					10		0
Amarante					9		0
Amares							7
Arraiolos				10			0
Arruda dos Vinhos	5	5	12				25
Benavente	8	8	6				19
Caldas da Rainha							9
Cascais							0
Castelo de Vide				3			0
Castro Verde				1			0
Coimbra							10
Condeixa-a-Nova	6		5				7
Entroncamento					1		5
Faro							1
Gavião					5		0
Lagos		10	1				4
Loulé		7	4				6
Loures							8
Lousã							9
Macedo de Cavaleiros				8			0
Mafra	1	1	20				49
Melgaço					2		0
Montalegre					7		0
Montemor-o-Novo				7			0
Montijo	3	3	16				23
Moura				9			0
Odivelas					8		7
Pampilhosa da Serra				6			0
Portimão		9	2				6
Póvoa de Lanhoso							8
Ribeira de Pena					3		0
Santa Maria da Feira							8
São Brás de Alportel					6		13
São João da Madeira							1
Serpa				2			0
Sesimbra	4	4	14				37
Sines							1
Sintra							13
Sobral de Monte Agraço	9		2				7
Viana do Alentejo				5			0
Vila do Bispo					4		0
Vila Nova da Barquinha							2
Vila Nova de Cerveira	10		1				1
Vila Nova de Famalicão							4

Estas são as tabelas resumo, que ajudaram a definir qual seria o município onde seria mais fácil encontrar a realidade do fenómeno migratório estudado, o êxodo urbano e a gentrificação rural. A pontuação final foi organizada da seguinte forma: o 1º lugar no indicador analisado equivale a 10 pontos, de seguida a pontuação é feita por ordem decrescente até ao 10º lugar que corresponde a 1 ponto. Por fim, o resultado demonstrou, com 49 pontos, que Mafra seria o município onde o estudo devia prosseguir com o intuito de confirmar a teoria e as suposições, poupando o tempo possível e precioso para a realização deste trabalho.

8.3. ANEXO C – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS RESIDENTES DO MUNICÍPIO DE LISBOA

8.3.1. LAYOUT FINAL

O questionário seguinte, foi o modelo final apresentado aos residentes do município de Lisboa.

Êxodo Urbano, Gentrificação Rural e o Futuro da Paisagem

Inquérito elaborado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Arquitectura Paisagista.

Destinado aos residentes de Lisboa, com idade a partir dos 25 anos.

1.Sexo *

- Feminino
- Masculino

2.Idade *

- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 55 anos
- 55 a 65 anos
- Mais de 65 anos

3.Nível de Escolaridade *

- 9º Ano
- 12º Ano
- Ensino Superior (Licenciatura, Mestrado, Doutoramento, etc.)
- Outro:

4.Condição profissional *

- Empregado
- Desempregado
- Reformado
- Estudante
- Outro:

5.Profissão

Em que opção se enquadra a sua profissão?

- Quadros Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa
- Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
- Pessoal Administrativo e Similares
- Pessoal dos Serviços e Vendedores
- Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca
- Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
- Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem
- Trabalhadores Não Qualificados

6. Intenção de viver fora da cidade *

Escolha a opção que se enquadre mais com a sua intenção de migrar da cidade para o meio rural

- Sim, gostaria de viver fora da cidade.
- Talvez, um dia mais tarde.
- Não. Prefiro viver na cidade.
- Nunca pensei nisso.

7. Quais seriam as principais razões para sair da cidade? *

Escolha as 3 razões que considera mais importantes.

- Insatisfação com emprego actual
- Reforma
- Custo de vida elevado (despesas)
- Alteração do número de elementos do agregado familiar
- Sair da cidade
- Congestionamento automóvel
- Poluição em geral (ar, ruas, ruído, etc)
- Estilo de vida na cidade
- Outro:

8. Quais seriam as principais razões para viver no meio rural/campo/fora da cidade? *

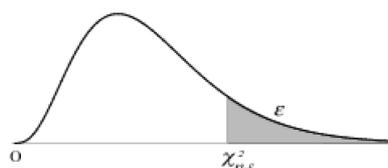
Escolha as 3 razões que considera mais importantes.

- Melhor emprego
- Reforma
- Menor custo de vida (despesas)
- Alteração do número de elementos do agregado familiar
- Familiaridade com o novo local
- Ambiental (menos poluição em geral)
- Proximidade com a natureza

- Estilo de vida fora da cidade
- Viver junto de familiares/amigos
- Tipo de habitação pretendida
- Outro:

8.3.2. TABELA – DISTRIBUIÇÃO DO QUI-QUADRADO

$$\chi^2_{n,\varepsilon} : P(X > \chi^2_{n,\varepsilon}) = \varepsilon$$



ε	.995	.990	.975	.950	.900	.750	.500	.250	.100	.050	.025	.010	.005	.001
n														
1	.000	.000	.001	.004	.016	.102	.455	1.323	2.706	3.841	5.024	6.635	7.879	10.827
2	.010	.020	.051	.103	.211	.575	1.386	2.773	4.605	5.991	7.378	9.210	10.597	13.815
3	.072	.115	.216	.352	.584	1.213	2.366	4.108	6.251	7.815	9.348	11.345	12.838	16.266
4	.207	.297	.484	.711	1.064	1.923	3.357	5.385	7.779	9.488	11.143	13.277	14.860	18.466
5	.412	.554	.831	1.145	1.610	2.675	4.351	6.626	9.236	11.070	12.832	15.086	16.750	20.515
6	.676	.872	1.237	1.635	2.204	3.455	5.348	7.841	10.645	12.592	14.449	16.812	18.548	22.457
7	.989	1.239	1.690	2.167	2.833	4.255	6.346	9.037	12.017	14.067	16.013	18.475	20.278	24.321
8	1.344	1.647	2.180	2.733	3.490	5.071	7.344	10.219	13.362	15.507	17.535	20.090	21.955	26.124
9	1.735	2.088	2.700	3.325	4.168	5.899	8.343	11.389	14.684	16.919	19.023	21.666	23.589	27.877
10	2.156	2.558	3.247	3.940	4.865	6.737	9.342	12.549	15.987	18.307	20.483	23.209	25.188	29.588
11	2.603	3.053	3.816	4.575	5.578	7.584	10.341	13.701	17.275	19.675	21.920	24.725	26.757	31.264
12	3.074	3.571	4.404	5.226	6.304	8.438	11.340	14.845	18.549	21.026	23.337	26.217	28.300	32.909
13	3.565	4.107	5.009	5.892	7.041	9.299	12.340	15.984	19.812	22.362	24.736	27.688	29.819	34.527
14	4.075	4.660	5.629	6.571	7.790	10.165	13.339	17.117	21.064	23.685	26.119	29.141	31.319	36.124
15	4.601	5.229	6.262	7.261	8.547	11.037	14.339	18.245	22.307	24.996	27.488	30.578	32.801	37.698
16	5.142	5.812	6.908	7.962	9.312	11.912	15.338	19.369	23.542	26.296	28.845	32.000	34.267	39.252
17	5.697	6.408	7.564	8.672	10.085	12.792	16.338	20.489	24.769	27.587	30.191	33.409	35.718	40.791
18	6.265	7.015	8.231	9.390	10.865	13.675	17.338	21.605	25.989	28.869	31.526	34.805	37.156	42.312
19	6.844	7.633	8.907	10.117	11.651	14.562	18.338	22.718	27.204	30.144	32.852	36.191	38.582	43.819
20	7.434	8.260	9.591	10.851	12.443	15.452	19.337	23.828	28.412	31.410	34.170	37.566	39.997	45.314
21	8.034	8.897	10.283	11.591	13.240	16.344	20.337	24.935	29.615	32.671	35.479	38.932	41.401	46.796
22	8.643	9.542	10.982	12.338	14.041	17.240	21.337	26.039	30.813	33.924	36.781	40.289	42.796	48.268
23	9.260	10.196	11.689	13.091	14.848	18.137	22.337	27.141	32.007	35.172	38.076	41.638	44.181	49.728
24	9.886	10.856	12.401	13.848	15.659	19.037	23.337	28.241	33.196	36.415	39.364	42.980	45.558	51.179
25	10.520	11.524	13.120	14.611	16.473	19.939	24.337	29.339	34.382	37.652	40.646	44.314	46.928	52.619
26	11.160	12.198	13.844	15.379	17.292	20.843	25.336	30.435	35.563	38.885	41.923	45.642	48.290	54.051
27	11.808	12.878	14.573	16.151	18.114	21.749	26.336	31.528	36.741	40.113	43.195	46.963	49.645	55.475
28	12.461	13.565	15.308	16.928	18.939	22.657	27.336	32.620	37.916	41.337	44.461	48.278	50.994	56.892
29	13.121	14.256	16.047	17.708	19.768	23.567	28.336	33.711	39.087	42.557	45.722	49.588	52.335	58.301
30	13.787	14.953	16.791	18.493	20.599	24.478	29.336	34.800	40.256	43.773	46.979	50.892	53.672	59.702
40	20.707	22.164	24.433	26.509	29.051	33.660	39.335	45.616	51.805	55.758	59.342	63.691	66.766	73.403
50	27.991	29.707	32.357	34.764	37.689	42.942	49.335	56.334	63.167	67.505	71.420	76.154	79.490	86.660
60	35.534	37.485	40.482	43.188	46.459	52.294	59.335	66.981	74.397	79.082	83.298	88.379	91.952	99.608
70	43.275	45.442	48.758	51.739	55.329	61.698	69.334	77.577	85.527	90.531	95.023	100.425	104.215	112.317
80	51.172	53.540	57.153	60.391	64.278	71.145	79.334	88.130	96.578	101.879	106.629	112.329	116.321	124.839
90	59.196	61.754	65.647	69.126	73.291	80.625	89.334	98.650	107.565	113.145	118.136	124.116	128.299	137.208
100	67.328	70.065	74.222	77.929	82.358	90.133	99.334	109.141	118.498	124.342	129.561	135.807	140.170	149.449

Fonte: disponível em URL: <http://pascal.iseg.utl.pt/~als/Estatistica2G/TabelasEst2G.pdf> (pág. 4)

8.4. ANEXO D – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS RESIDENTES DO MUNICÍPIO DE MAFRA

8.4.1. LAYOUT FINAL

O questionário seguinte, foi o modelo final apresentado aos residentes do município de Mafra, com preferência para os residentes que anteriormente viveram no município de Lisboa.

Êxodo Urbano, Gentrificação Rural e o Futuro da Paisagem

Inquérito elaborado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Arquitectura Paisagista.

Destinado aos residentes do município de Mafra, com idade a partir dos 25 anos.

1. Já residiu em Lisboa?*

- Sim
- Não

2. Sexo *

- Feminino
- Masculino

3. Idade *

- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 a 65 anos
- Mais de 65 anos

4. Nível de Escolaridade *

- 9º Ano
- 12º Ano
- Ensino Superior (Licenciatura, Mestrado, Doutoramento, etc.)
- Outro:

5. Condição profissional *

- Empregado
- Desempregado
- Reformado
- Estudante
- Outro:

6. Profissão

Em que opção se enquadra a sua profissão?

- Quadros Superiores de Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa
- Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
- Pessoal Administrativo e Similares
- Pessoal dos Serviços e Vendedores
- Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca
- Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
- Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem
- Trabalhadores Não Qualificados

7. Quais foram as principais razões para sair da cidade? (Caso tenha mudado de município)

Escolha as 3 razões que considera mais importantes.

- Insatisfação com emprego anterior (caso tenha mudado)
- Reforma

- Custo de vida elevado (despesas)
- Alteração do número de elementos do agregado familiar
- Sair da cidade
- Congestionamento automóvel
- Poluição em geral (ar, ruas, ruído, etc)
- Estilo de vida na cidade
- Outro:

8. Quais foram as principais razões para viver no meio rural/campo/fora da cidade? *

Escolha as 3 razões que considera mais importantes.

- Melhor emprego
- Reforma
- Menor custo de vida (despesas)
- Alteração do número de elementos do agregado familiar
- Familiaridade com o novo local
- Ambiental (menos poluição em geral)
- Proximidade com a natureza
- Estilo de vida fora da cidade
- Viver junto de familiares/amigos
- Tipo de habitação pretendida
- Outro: